



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Thaís Silva Alcântara de Souza

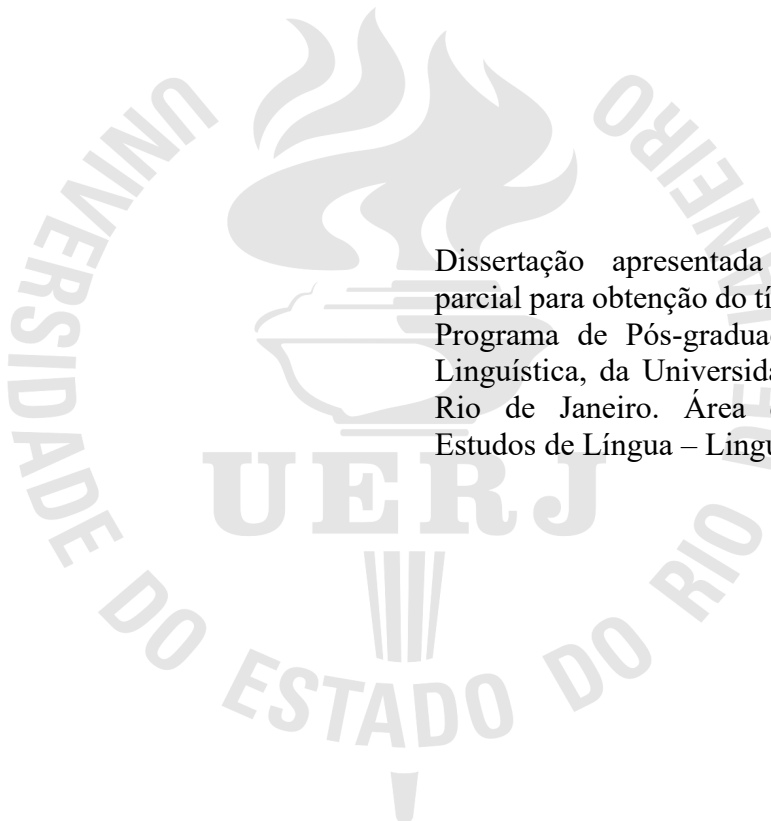
Análise cartográfica das Reinações de Narizinho: de Lobato a Lajolo

São Gonçalo

2024

Thaís Silva Alcântara de Souza

Análise cartográfica das Reinações de Narizinho: de Lobato a Lajolo



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua – Linguística

Orientador: Prof. Dr. Bruno Deusdará

Coorientadora: Prof.^a Dra. Thatiana Muylaert

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729 TESE	<p>Souza, Thaís Silva Alcântara de. Análise cartográfica das Reinações de Narizinho : de Lobato a Lajolo / Thaís Silva Alcântara de Souza. – 2024. 104f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Bruno Deusdará. Coorientadora: Prof.^a Dra. Thatiana Muylaert. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Lobato, Monteiro, 1882-1948. Reinações de Narizinho – Teses. 2. Lajolo, Marisa, 1944- - Crítica e interpretação – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. I. Deusdará, Bruno. II. Muylaert, Thatiana. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thais Silva Alcântara de Souza

Análise cartográfica das Reinações de Narizinho: de Lobato a Lajolo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua – Linguística

Aprovada em 31 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Deusdará (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Maria do Rosário da Silva Roxô
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Andréa Rodrigues
Instituto de Letras – UERJ

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Ao Bernardo, minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu pai celeste que me criou e sonhou para mim este momento, que me deu condições para compor este trabalho que tanto agregou na minha trajetória de vida.

Ao meu orientador, Bruno Deusdará, que me mostrou que a jornada do mestrado não deve ser dolorosa, que por detrás de uma pesquisa, há um pesquisador que precisa ser ouvido. Obrigada, Bruno, por me mostrar que o que escrevo aqui, ultrapassa uma mera pesquisa e que anuncia o que de mais motivador há dentro de mim.

À minha querida coorientadora, Thatiana Muylaert, que segurou na minha mão e disse: estamos juntas, você consegue! Àquela que me apresentou uma Thaís tão forte e com uma voz tão potente, mesmo quando eu não a enxergava.

À professora, Andréa Rodrigues, por ter aceitado o convite para compor essa banca, e que tanto contribuiu com sugestões e críticas para a escrita e reescrita dessa pesquisa.

À minha doce mãe, Ana Nícia, que me fez perceber que, mesmo com um bebê de meses, eu poderia ser a Thaís pesquisadora, ou melhor, a Thais-mãe-professora-mulher-pesquisadora. Obrigada por ser minha rede de apoio, minha base. Essa conquista é nossa!

Ao meu pai, Roberto Alcântara, por, mesmo em meio ao silêncio, me mostrar apoio e por me encorajar a persistir, mesmo que o caminho seja árduo. Você e minha mãe me proporcionaram afeto, carinho, cuidado, amor e atenção, todas as minhas vitórias são de vocês também. Eu os amo!

À minha irmã, Laís Alcântara, que, durante uma conversa na mesa do café, me encorajou a voltar a escrever e que me fez entender que eu não seria menos mãe por deixar, durante algumas horas, meu bebê sob os cuidados da minha mãe, para me dedicar ao mestrado.

Ao meu Marido, Eraldo Américo, que me encorajou a seguir com a vida acadêmica e enxergou potencial em mim, mesmo na fase do puerpério, e que, mesmo diante das adversidades, nunca deixou de me incentivar.

À minha psicóloga, Beatriz Barreto, que ajudou a organizar meus pensamentos, que aliviou minhas angústias, que acalmou minhas ansiedades e que vibrou e vibra por cada conquista minha, mas sem deixar de me lembrar sobre o equilíbrio que eu preciso ter para adquirir uma vida cada dia mais saudável.

À minha amiga, Rebeca Alvarez, por trilhar esse caminho do mestrado comigo, mesmo por detrás de uma tela. Agradeço por me inspirar e por me oferecer um ombro amigo nos momentos em que pensei que não fosse conseguir concretizar o que almejava.

A todos os professores, do instituto de Letras da UERJ, que, durante minha trajetória acadêmica, estiveram ministrando conteúdos riquíssimos e contribuindo para o meu crescimento educacional e profissional.

Enfim, sou grata por todos que perpassaram pela minha vida e deixaram pedaços de si, em mim.

Eu aprendi qual é o valor de um sonho alcançar
Eu entendi que, o caminho, pedras terá
Eu vi em campo aberto se erguer construção
E foi com muitas pedras e foi com muitas mãos

Eu vi o meu limite vir diante de mim
Eu enfrentei batalhas que eu não venci
Mas o troféu não é de quem não fracassou
Eu tive muitas quedas, mas não fiquei no chão

E ao olhar pra trás, tudo que passou
Venho agradecer quem comigo estava
Ergo minhas mãos pra reconhecer

E hoje eu sou quem eu sou
Pois Sua mão me acompanhava
Mas eu sei, não é o fim, é só o começo da jornada
Eu abro o meu coração pra minha nova história

Vejo vitórias se hoje eu olho pra trás
E à minha frente, eu sei
Existem muito mais
Eu sei que minha jornada aqui só começou
Ao longo dessa estrada, sozinha não estou.

Letra da Música: Só o Começo- Vocal Livre

RESUMO

SOUZA, Thaís Alcântara de. *Análise cartográfica das Reinações de Narizinho*: de Lobato a Lajolo. 2024. 104f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Este trabalho pretende mostrar - a partir da análise da edição de luxo de *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, organizada por Lajolo- os efeitos de sentido de cunho racista que as marcas linguísticas transparecem na narrativa de Lobato e que, conseqüentemente, contribuem para que a sociedade continue fomentando o preconceito racial, bem como outros assuntos de cunho social que se apresentam na obra, em comparação com as notas de rodapé criadas por Lajolo, que combatem os preconceitos suscitados no texto do autor. Nas notas, é possível analisar o discurso estabelecido entre Lúcia e Emília, que dialogam por meio delas. O aporte teórico central apoia-se na Análise Cartográfica do Discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), compreendendo o percurso e o processo de construção de sentidos na cartografia da obra, bem como nas pistas presentes na obra intitulada Pistas do método da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2014;2015). E também nas teorizações postuladas pelo pesquisador e professor Dominique Maingueneau (1993; 2008; 2013; 2014; 2015; 2016), acerca das noções de prática discursiva e interdiscurso. O objetivo deste trabalho é detectar e mostrar que, por meio dos pressupostos e dos subentendidos, os efeitos discursivos que subjazem a obra, contribuem com a disseminação de um discurso racista que aparece não tão velado e que as pistas deixadas na materialidade textual ajudam na constatação dessa problemática. Quanto à composição do corpus, pretende-se reunir quatro notas de rodapé que serão analisadas, para, ao final do trabalho, propor uma reflexão sobre a produção de novas práticas discursivas, que surgem de acordo com o contexto histórico, político e social.

Palavras-chave: análise cartográfica do discurso; interdiscurso; prática discursiva; pressuposto e subentendido; *Reinações de Narizinho*.

ABSTRACT

SOUZA, Thaís Alcântara de. *Cartographic analysis of the Reinações de Narizinho*: of Lobato to Lajolo. 2024. 104f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This paper aims to demonstrate -based on the analysis of the luxury edition of *Reinações de Narizinho*, by Monteiro Lobato, organized by Lajolo - the effects of racist meaning that linguistic marks appear in Lobato's narrative and which, consequently, were obtained to that society continues to encourage racial prejudice, as well as other social issues that appear in the work, in comparison with the footnotes created by Lajolo, which combat the prejudices raised in the author's text. The footnotes provide an analysis of the conversations between Lúcia and Emília, who engage in crystallized conceptions about racism and the social roles of women in the past century compared to the present. The central theoretical framework is based on the Cartographic Analysis of Discourse (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), comprising the path and process of the development of meaning in the cartography of Lobato's work, in addition to the clues found in the book *Pistas do Método da Cartografia* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2014; 2015). It also relies on the contributions by researcher and professor Dominique Maingueneau (1993; 2008; 2013; 2014; 2015; 2016), regarding discursive practice and interdiscourse. The objective of this study is to identify and argue that, through assumptions and implications, the discursive effects underlying Lobato's work contribute to the dissemination of a racist discourse that is not exactly veiled, with textual evidence that helps confirm this issue. Regarding the content of the *corpus*, this paper gathers and analyzes four footnotes, and ultimately proposes a reflection on the production of new discursive practices that emerge within the historical, political, and social context.

Keywords: cartographic analysis of discourse; interdiscourse; discursive practice; assumption and implication; *Reinações de Narizinho*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Narrativa de Lobato sobre Narizinho falando com o Marquês de Rabicó	68
Figura 2 –	Diálogo entre Narizinho e Emília	69
Figura 3 –	Reportagem sobre o papel social de Marcela Temer	71
Figura 4 –	Resultado de pesquisa, por Amostra de Domicílios Contínua 2019, realizada pelo IBGE sobre o quantitativo de pessoas, dividido por sexo, que realizam afazeres domésticos	74
Figura 5 –	Tema da redação do ENEM	75
Figura 6 –	Narrativa de Lobato sobre o encontro de Lúcia com animais personificados	78
Figura 7 –	Entrevista no programa Mais Você, da rede Globo	83
Figura 8 –	Narrativa de Lobato sobre o diálogo entre a princesa e a boneca Emília	84
Figura 9 –	Nota de rodapé com o diálogo entre Emília e Lúcia acerca de tipo de cor	86
Figura 10 –	Trecho da narrativa de Lobato em que Emília discute sobre a negritude de tia Anastácia	86
Figura 11 –	Nota de rodapé em que Lúcia adverte Emília sobre seu modo de se referir à tia Anastácia	88
Figura 12 –	Narrativa de Lobato com Lúcia apresentando Dona Benta e Tia Nastácia	89
Figura 13 –	Nota de rodapé em que Emília e Lúcia dialogam sobre o conto de fadas <i>A princesa Negrina</i>	91

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	PISTAS TRAÇADAS DIANTE DO CONTEXTO CARTOGRÁFICO	15
1.2	Cartografando caminhos	20
2	DO DISCURSO PARA UMA PRÁTICA DISCURSIVA	26
2.1	As três cenas enunciativas e a noção de ethos	30
2.2	O que se pretende investigar à luz da prática discursiva	36
2.3	Do discurso ao interdiscurso	39
2.4	Pressupostos e subentendidos - nem tudo que se diz, de fato é	43
3	LETRAMENTO LITERÁRIO- É QUESTÃO DE RAÇA OU NÃO É?	49
4	O PROCESSO DE LEITURA COMO INTERAÇÃO	54
4.1	Não um, mas vários tipos de leitores	58
5	LITERATURA INFANTOJUVENIL E MONTEIRO LOBATO: DESCREVENDO A EDIÇÃO DE LUXO DE <i>REINAÇÕES DE NARIZINHO</i>	62
6	OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A LITERATURA- UMA ANÁLISE DISCURSIVA	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Pensar no discurso que permeia a literatura infantojuvenil, aqui neste trabalho especificamente, a literatura de Monteiro Lobato em *Reinações de Narizinho*, como tema de pesquisa, motiva-nos a partir de interesses e de inquietações de diferentes maneiras como, por exemplo, o modo pelo qual as pessoas de pele escura são chamadas e tratadas na obra e, até mesmo, como se dá o papel social da mulher. Ora falaremos, em nossos escritos, como pesquisadores da Análise do Discurso, ora como profissionais da educação ou pais/responsáveis interessados e preocupados em abordar questões de multidimensionalidade da vida social.

Nesta introdução, discutimos, a princípio, as motivações que nos levaram à produção desta dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos como profissional de educação, atuando no Ensino Fundamental I, como estudante em busca de aprimorar os conhecimentos acerca da Análise do Discurso e como cidadã que está exposta a uma sociedade arraigada de diversos paradigmas sociais, culturais, históricos e políticos em que perpassam diferentes tipos de discursos. Salientamos que tais motivações não surgem somente de questões pessoais, mas também de reflexões coletivas que estão à mercê da sociedade e que reconfiguram ecos que pretendemos revocar durante a escrita de nossa dissertação.

O interesse pela escolha da literatura lobatiana se relacionou com a minha experiência que remontou às minhas vivências durante a infância com a adaptação, para a televisão, da obra literária do *Sítio do Pica Pau Amarelo*, do escritor Monteiro Lobato. Quando vi, pela primeira vez, o livro *Reinações de Narizinho*, que foi organizado por Marisa Lajolo (Lobato, 2019), fiquei deslumbrada com a capa dessa edição de luxo, por ter cores fortes, um formato atual e por apresentar imagens das personagens que não faziam parte do meu imaginário.

Para a minha surpresa, quando abri o livro, deparei-me com as notas de rodapé. Nesse momento, ao lê-las, pensei na minha área de atuação como professora alfabetizadora e em possibilidades de trabalhar com essa obra com base na Análise do Discurso justamente, para, por meio das notas de rodapé, organizadas em espécie de diálogo entre as personagens como enunciadoras desse espaço, esclarecer estereótipos que poderiam vir a reboque da narrativa em função de alguns termos que atualmente se revestem de uma conotação negativa socialmente. Essas notas aproximam o leitor e chamam a sua atenção por trazerem, nesse diálogo, Emília e Lúcia (Narizinho), que também fazem parte da narrativa original. Portanto, pode-se conjecturar ou aventar que isso indicou uma preocupação no sentido de elucidar e de contextualizar temas que poderiam ser reforçados pelas palavras do texto, pensando no leitor contemporâneo.

As obras de Monteiro Lobato, destinadas ao público infantojuvenil, têm recebido diferentes adaptações e edições nos últimos anos. Isso se intensificou em 2019, devido à disponibilização de todos os textos do autor ao domínio público. Nesse cenário, no ano corrente, a Companhia das Letrinhas publicou uma edição especial de *Reinações de Narizinho*, organizada por Marisa Lajolo¹ e ilustrada por Lole, que mereceu destaque devido ao caráter problematizador das interferências feitas no texto original, por meio de notas de rodapé, construídas em forma de diálogos entre as personagens Lúcia e Emília.

Dessa forma, pretendemos, com o presente trabalho, analisar essa edição de luxo organizada pela crítica literária, particularmente suas notas de rodapé, pelo ponto de vista discursivo, por meio da Teoria da Análise do Discurso apresentada por Dominique Maingueneau (1997, 2006, 2010, 2014, 2016), em relação aos pressupostos e aos subentendidos que podem ser elencados no decorrer da pesquisa, tendo como parâmetro a definição e o desdobramento acerca do interdiscurso apresentado também por Maingueneau (2008) e conjecturando reflexões sobre a teoria dialógica formulada por Bakhtin (2006), que serão de suma importância para o desenvolvimento dessa análise.

Ainda, apoiamos nossa pesquisa sob a perspectiva metodológica da cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995), que considera importante o percurso e a individualidade do pesquisador, enfatizando que é por meio das vivências e das trocas com outros textos que surgem novas propostas. A fim de tecermos conhecimento e aprofundamento sobre o estudo de cunho discursivo, nos embasaremos na Análise Cartográfica do Discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021). As noções sobre leitura (FREIRE, 1989); (FERES, 2016) e tipos de leitores (MAINGUENEAU, 1996) nos direcionarão melhor na análise, uma vez que torna-se indispensável entender o enredo que abarca a obra literária apresentada nesta seção, bem como o tipo de público leitor.

Assim, pretendemos investigar e analisar a narrativa original de Lobato, que, por vezes, no decorrer desta nova edição de Lajolo, se mostra mais clara e objetiva para o leitor atual. É importante nos atentarmos para o fato de que, nos recortes que serão tomados para análise, muitas informações estão implícitas. Isto acontece por alguns motivos, seja por conter informações que não estão registradas textualmente, que extrapolam as palavras do texto, que estão subentendidas ou pressupostas, seja por causa da diferença do tempo que distancia o leitor atual do leitor presente na primeira publicação da obra, leitor este que vivia a realidade

¹ Ao longo do trabalho, sempre que se fizer remissão, a partir de agora, às notas de rodapé, a referência será feita à Lajolo (2019). Contudo, quando a referência se relacionar ao corpo do texto “original”, se fará a menção a Lobato (2019).

da época e, que, pelo contexto histórico, se situava na narrativa. Nesta obra, as notas de rodapé escritas por Lajolo também cumprem a função de nortear e de localizar o leitor atual no contexto da primeira publicação da obra. Isso também faz com que as informações, que não estão explícitas no texto, que necessitam de um embasamento histórico, sejam esclarecidas e entendidas por quem lê hoje.

A fim de analisar as peças que serão destacadas tanto da narrativa original, quanto nas notas de rodapé, será necessário traçar um percurso. Um percurso de tempo, de espaço e de território. Mas não só isso, será necessário observar e analisar os discursos que se instauram na narrativa original e nas notas de rodapé escritas por alguém que não pertence ao tempo cronológico de Lobato. Discurso este que trará novos pensamentos, olhares mais cuidadosos e críticas pautadas em um contexto histórico diferente do que é apresentado hoje para um leitor atual. Para traçar este percurso de pesquisa e de análise, usaremos a perspectiva cartográfica.

Neste trabalho, a cartografia não é apresentada em seu sentido geográfico, não estamos preocupados em obter um conhecimento preciso, fundamentado em dados estatísticos ou algo parecido. Não desejamos estabelecer uma metodologia como um conjunto de processos rígidos, mas como um método flexível de análise crítica. Além disso, não estamos à procura de uma verdade absoluta, mas de traçar um percurso discursivo que foi e continua sendo real, tendo a obra *Reinações de Narizinho* como base.

A fim de organizar a leitura e o entendimento acerca do que refletiremos, organizamos o trabalho em três partes. A primeira parte corresponde ao capítulo 1 que tem, por finalidade, apresentar perspectivas sobre o nosso estudo. A segunda parte é constituída pelos capítulos 2, 3, 4 que apresentarão a base na qual se firma a pesquisa, a teoria. A parte III, englobando os capítulos 5 e 6, tem por finalidade apresentar a análise com desdobramentos teóricos aplicados aos recortes do texto literário, mostrando perspectivas de como entender o dito, mesmo que não esteja diretamente explícito e os efeitos de sentido causados por ele.

Desse modo, o primeiro capítulo abordará a perspectiva cartográfica apresentada por Deleuze e Guattari (1995), vinculada a noção de rizomas (DELEUZE; GUATTARI, 1995) com a finalidade de mostrar o processo de pesquisa e análise deste trabalho, e não sua representação por meio de exposição de dados e fatos. O segundo capítulo abordará os postulados da Análise do Discurso de Maingueneau (1993; 2008; 2013; 2014; 2015; 2016), em que será apresentada a noção de *prática discursiva*.

Ainda, trará outras noções acerca da teoria da Análise do Discurso, com foco na distinção entre Discurso e Interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008), bem como a noção de Pressuposto e Subentendido (MAINGUENEAU, 1996), para entender a narrativa original,

assim como as notas de rodapé e os efeitos de sentidos provocados pelos enunciados. Com a finalidade de entender como os efeitos de sentidos impactam os ambientes e as relações dos indivíduos, será proposta uma rápida leitura acerca do Letramento Literário (COSSON, 2012). Por fim, será apresentada importância ao ato de ler (FREIRE, 1989) e (FERES, 2016), bem como os tipos de leitores (MAINGUENEAU, 1996) que terão contato com essa obra reformulada em sua nova edição.

Por último, a terceira parte se constituirá dos capítulos 5 e 6, os quais abordam, de maneira mais minuciosa, questões sobre a literatura de Monteiro Lobato (1930), e sua nova edição reformulada por Lajolo (2019). E a análise dos recortes literários sob o viés da Análise Cartográfica do Discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), que visa elucidar e compreender como se estabelece a prática discursiva desses recortes que serão analisados, assim como as temáticas que rodeiam seus enunciados.

1 PISTAS TRAÇADAS DIANTE DO CONTEXTO CARTOGRÁFICO

Quando iniciei a escrita deste trabalho, eu ocupava o lugar de professora, que isolada pela pandemia da COVID-19, se questionava sobre os caminhos que a educação assumia. Por um lado, professores e alunos na busca pelo aprendizado, de outro lado professores e alunos enfrentando a evasão escolar e as dificuldades sociais e tecnológicas que os distaciavam. Esses dois cenários deixaram marcas na minha trajetória acadêmica, pois por um lado do muro, eu era aluna do mestrado, rodeada de aparatos tecnológicos e por profissionais da educação que também estavam equipados. Contudo, do outro lado, eu vivia e via, como professora de escola municipal, um ensino público fadado ao fracasso, pois os alunos, minhas crianças, não tinham suporte nenhum para dar continuidade às aulas. Muitos dos alunos, moradores da comunidade do Para-Pedro, situada na cidade do Rio de Janeiro, não possuíam acesso às aulas, seja porque não tinham internet, aparelho celular, ou até mesmo, ajuda familiar para acessar as ferramentas digitais, visto que, ainda não eram alfabetizados e precisavam de auxílio para acessar o material, bem como as aulas online. Eu, como professora, entrava na sala virtual e permanecia por horas, sem ter para quem ensinar. Dedicava meu tempo na elaboração e criação de aulas, vídeos, atividades e planejamentos sem ter para quem direcionar.

Todos os dias eu tentava imaginar onde essas crianças poderiam estar e a qual contexto estavam expostas. Muitas delas, circulando noite e dia pelas ruas, brincavam, se alimentavam, viam e sentiam um mundo caótico e amedrontado por um vírus tão cruel e pela violência. Muitas delas viviam essa realidade porque seus responsáveis, longe de casa, trabalhavam.

Quando voltamos a preencher o vazio dos prédios escolares, pensávamos que seria possível recuperar o tempo perdido inserindo conteúdos e atividades de “maneira dinâmica”, mas somente na prática foi que percebi que meus alunos necessitavam, muito além do que ler palavras e enunciados, ler o mundo. Em umas das aulas, falei sobre o dia Mundial da Consciência Negra, apresentei um vídeo com personagens infantis a fim de elucidar o assunto e levei atividades para trabalhar essa data comemorativa. Contudo, ao terminar de passar o vídeo, fui surpreendida com um aluno chorando. Ele chorava porque sentia medo da situação de escravidão que ele, naquele momento, passava a conhecer. Meu aluno, negro, morador de comunidade e de baixa renda, achou que a escravidão ainda existia, que ele poderia ser preso, acorrentado, massacrado e açoitado. Durante essa cena, ouço uma voz que ecoava: “ainda bem que sou branca”. Outra criança, branca, moradora de comunidade e de baixa renda, dizia isso

com alívio e com um sorriso no rosto, ela disse isso sem maldade e sem o intuito de ofender seu amigo.

Assistindo a tudo isso, me indaguei sobre os efeitos de sentidos que uma prática discursiva (MAINGUENEAU, 2008) pode provocar, seja pelos enunciados que estão sendo verbalizados, escritos ou ilustrados. Além disso, questioneei o meu papel enquanto professora que possui conhecimento para explicar e elucidar o que se passava na história contada através do vídeo. Mas, eu também, não poderia deixar de refletir sobre os impactos que, a história do povo brasileiro, com os resquícios da escravidão, causavam em várias gerações. Diversas inquietações tomaram conta de mim e comecei a refletir em como eu poderia, na função que ocupava, mediar assuntos, histórias e discursos que se levantavam por meio de materiais didáticos e vídeos, e principalmente, pela literatura infantojuvenil que se fazia presente em todo espaço da sala de aula. Pensei, neste momento, no que seria melhor fazer, suspender qualquer material que abordasse assuntos polêmicos, principalmente sobre questão de raça, ou adaptar as histórias e contextualizá-las com a ideia de combate a qualquer tipo de discriminação.

Sob esse contexto real, lembrei da obra *Reinações de Narizinho*, escrita por Monteiro Lobato e comecei a conjecturar formas de apresentar e inserir no contexto da sala de aula, principalmente porque era uma obra que já habitava naquele espaço. A partir disso, mesmo que meu público-alvo fosse composto por crianças na fase de alfabetização, percebi que eles, expostos a uma sociedade racista e preconceituosa, precisavam saber, desde pequenos, combater esse tipo de prática e dialogar sem medo sobre o assunto seja dentro da sala de aula, ou até mesmo em suas casas, na rua, e futuramente, em sua trajetória enquanto adultos.

Hoje, ao caminhar para o fechamento deste trabalho, assumo a posição de mãe. Termino minha pesquisa com um bebê nos braços e me colocando em outra posição, para além da qual assumia enquanto professora, mediadora e analista do discurso. Como mãe, sinto-me ainda mais responsável em romper com as ideias cristalizadas que rodeiam os sujeitos, enquanto participantes ativos dessa sociedade. Bernardo, meu filho, chegou para acender em mim o desejo e o dever de formar cidadãos de bem, que não toleram injustiças, que lutam por igualdades de direitos e que combatem qualquer tipo de intolerância.

Durante seus primeiros dias de vida, Bê, como o chamo carinhosamente, precisou fazer um exame de Eletroencefalograma (EEG), para avaliar os impulsos elétricos do cérebro que são gerados naturalmente, a fim de diagnosticar suas crises convulsivas, uma sequência de quatro crises, em três dias. Ao ver, sua miúda cabeça, cercada por mais de vinte eletrodos comecei a pensar na ideia de rizoma. Sem poder fazer nada, somente observar, enxerguei

aqueles finos fios como linhas, caminhos, raízes, conexões que se ramificavam e que, ao final, me levariam a algum lugar, me dariam uma resposta sobre seu estado de saúde.

Assim, como essa pesquisa, que foi escrita e reescrita, pensada e repensada, assumi diferentes caminhos para chegar ao seu término, dentro do contexto do mestrado, mas uma pausa, tendo em vista a vasta caminhada enquanto pesquisadora. Tudo o que vivi durante esses anos, enquanto ocupava o papel de aluna da UERJ, impulsionaram minha escrita, portanto, é impossível falar em uma metodologia de trabalho, sem entender que todo percurso experiencial pelo qual vivi, impulsionou a origem de tudo que exponho nessas páginas.

Os professores Bruno Deusdará e Décio Rocha, em sua obra intitulada “Análise cartográfica do discurso” (2021), dialogam justamente sobre os caminhos que os pesquisadores percorrem quando tecem suas pesquisas. Eles apontam que as vivências, o contexto e as angústias que perpassam nossas vidas, nos movem a escrever.

[...] grande parte das tradições da ciência moderna concorre para um apagamento da vinculação do pesquisador com o campo sócio-histórico. Essas tradições pretendem exercer sobre o pesquisador a impossível convocação à neutralização desses vínculos, fazendo crer que o projeto de uma pesquisa se inicie apenas a partir do momento em que se tem o domínio de um quadro teórico, quando então se poderá passar à observação de um objeto. Deseja-se, com isso, ocultar as intuições, as angústias, os incômodos que levam alguém a buscar no desenvolvimento de uma pesquisa o desdobramento de uma questão (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.120).

Sendo assim, perspectiva cartográfica, distante da ideia de estabelecer procedimentos de pesquisa predeterminados, regras ou protocolos, utiliza pistas como referências que “concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio caminhar no percurso da pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 13). Na obra *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, os autores Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia e outros pesquisadores dispõem de oito pistas com o intuito de nortear e coletivizar a experiência do cartógrafo. “Em vez de regras para serem aplicadas, propusemos a ideia de pistas. Apresentamos pistas para nos guiar no trabalho de pesquisa, sabendo que para acompanhar processos não podemos ter predeterminada, de antemão, a totalidade dos procedimentos metodológicos” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2015, p. 77).

A primeira pista, “a cartografia como método de pesquisa-intervenção”, tem o intuito de orientar o trabalho do pesquisador, mas distante do pensamento prescritivo e de criação de regras. A cartografia parte do plano das experiências que o sujeito apresenta sobre o objeto para

produção de conhecimento. Sendo assim, ele não está preocupado com o resultado ao final de sua pesquisa, mas em como se deu o processo de investigação.

A segunda pista, “o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, contribui satisfatoriamente para o desenvolvimento de pesquisas cartográficas, visto que fica claro que a atenção cartográfica exprime um trabalho criativo e inventivo. Sua constituição almeja uma consciência teórica que orienta a atenção, sendo assim, as ciências cognitivas debatem duas modalidades, a seletiva e a flutuante. Quando a atenção cartográfica é flutuante, o pesquisador precisa se atentar para não se perder durante o processo de pesquisa, pois as informações não estão óbvias e evidentes, elas precisam ser percebidas. Isso acontece quando o pesquisador toma conhecimento sobre essas informações. Além disso, o texto apresenta quatro variedades da atenção do cartógrafo para estruturar sua pesquisa, são elas: o rastreio, o toque, o pouso e o conhecimento aberto.

A terceira pista explicita que “Cartografar é acompanhar processos”. Essa pista rompe com o paradigma sobre a representação do saber e fazer ciência. Ela aproxima a pesquisa etnográfica da pesquisa cartográfica, pois torna-se necessário se chegar ao campo de pesquisa e assegurar, ao pesquisador, uma postura interativa para vivenciar a realidade e os contextos internos e externos que permeiam o território observado.

A quarta pista, “movimentos funções dos dispositivos na prática da cartografia”, esclarece que os dispositivos estão associados ao processo criativo do pesquisador e sua função na produção de efeitos a partir de práticas de funcionamento. Assim, a cartografia não visa elementos prontos com técnicas determinadas de pesquisa, mas estabelece dispositivos que acompanham a produção de subjetividade.

A quinta pista fala sobre “O coletivo das forças como plano de experiência cartográfica”. Essa pista mostra a cartografia como prática de um coletivo de forças e a aponta como um processo de conhecimento preocupado em inscrever o próprio movimento no percurso de produção e como práticas de intervenção. Sendo assim, há um duplo movimento no plano de força: o coletivo transindividual, trazida pelas ciências humanas e sociais para a prática de pesquisa e a outra, de natureza empírica, que aloja estratégias ao exercício do conceito de coletivo, como plano da experiência do conhecer e do fazer próprio da cartografia e da pesquisa-intervenção.

As duas individuações psíquica e coletiva são recíprocas, uma por relação à outra; elas permitem definir uma categoria do transindividual que tende a dar conta da unidade sistemática da individuação interior (psíquico) e da individuação exterior (coletivo). O mundo psicossocial do transindividual não é nem o social bruto nem o

interindividual; ele supõe uma verdadeira operação de individuação a partir de uma realidade pré-individual (SIMONDON, 1989, p. 19).

Os autores da sexta pista, denominada por: “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”, discutem a cartografia tendo em vista uma direção metodológica que enfatiza três ideais, sendo elas a transversalidade, a implicação e a dissolução. A primeira, parte do princípio metodológico de que a experiência de comunicação faz elucidar diferentes pontos de vista e, de que a pesquisa, é permeada por intervenções. A segunda, sendo a implicação, traz à tona uma crítica que aponta para um fim intrigante e sem um ponto de vista. A cartografia, em uma posição paradoxal, evidencia a possibilidade de pertencer à experiência do observador sem estar atrelado a um ponto de vista, inclusive, cabe a essa, encerrar o ponto de vista do observador sem anular a observação.

A sétima pista corresponde ao pensamento de que “cartografar é habitar um território existencial”. Nesse pensamento, o cartógrafo entra no território que almeja conhecer e assume a posição de aprendiz em um território incerto, lançando-se ao cultivo de uma experiência implicada. "O trabalho da cartografia não pode se fazer como sobrevoo conceitual sobre a realidade investigada. Diferentemente, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam" (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 131). A definição de território, pelos autores, corresponde a mesma definição trazida por Deleuze e Guattari (1995) de que o território não é uma formação, mas expressividade, como um lugar de passagem sempre em formação.

A oitava pista apresenta a temática: “por uma política da narratividade”. Essa pista deixa evidente a preocupação metodológica nas narrativas como procedimento e aguça reflexões sobre política de narratividade, em que os dados coletados das pesquisas determinam maneiras de narrar. A política, a qual se fala, é entendida em seu sentido ampliado, referindo-se à "forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação os sujeitos, articula-se segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais" (PASSOS; BARROS, 2009, p. 151). Sendo assim, ao representar suas experiências, o pesquisador assume uma posição política de acordo com o que vê, ouve ou sente durante a narratividade.

As oito pistas apresentadas não representam uma direção rígida para o desenvolvimento de pesquisas orientadas à luz da cartografia, mas apresentam diálogos e critérios que pesquisadores usaram para transformar suas experiências em resultados teóricos-práticos. Longe de uma ordem hierárquica, as pistas funcionam como referências que contribuem para nortear e direcionar o pesquisador durante seu percurso de pesquisa. Neste “mapa”, não há apenas um sentido, mas múltiplas entradas que conectam um conjunto de linhas com a

finalidade de permitir dividir a experiência de pesquisa. Diante de todas as pistas apresentadas, para composição deste trabalho, destacaremos três delas que foram utilizadas para refletir acerca do pesquisar-cartografar.

A pista de número 1: “a cartografia como método de pesquisa-intervenção”, embasa a o pensamento de que toda pesquisa é intervenção, que não existe distinção entre o fazer e o conhecer e entre o pesquisar e o intervir. Trata-se aqui de aprofundar, também, as concepções de subjetividade e ciência com que se orienta a investigação. Assim, conhecer "pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com sua produção" (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 131).

A pista de número 3: “cartografar é acompanhar processos” justifica o caminho de pesquisa que traçamos aqui, pois, diferente da ciência moderna que segue etapas sucessivas e separadas de pesquisa (coleta, análise e discussão de dados), nossa intenção é acompanhar os passos que sobrepõem e se misturam para formulação de uma nova pesquisa.

A pista de número 6: “cartografia como dissolução do ponto de vista do observador” é a pista que fundamenta a exposição de fatos pessoais narrados no início dessa seção. Segundo os pesquisadores Passos e Eirado (2014), a pesquisa surge do campo de observação das experiências advindas do pesquisador, firmada nas implicações que foram vivenciadas por ele, assim, “[...] teoria e prática têm sempre suas condições de gênese para além do que se apresenta como forma permanente, substancial e proprietária” (PASSOS, EIRADO, 2014, p. 110). Portanto, é através das implicações que circulam na vida do próprio pesquisador, que surge a necessidade de pesquisar. A cartografia constitui uma perspectiva que assume um ponto de vista construtivista do conhecimento, evitando tanto o objetivismo quanto o subjetivismo.

1.2 Cartografando caminhos

[...] acho que a vida é um processo, uma dinâmica constante. É como subir uma montanha...²

Com a finalidade de explicitar o percurso teórico-metodológico que delineou o estudo, neste capítulo, apresentaremos a cartografia como perspectiva dessa pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, retomaremos o objeto e as questões de pesquisa, aos critérios de

² LUFT, Lya, 1998.

constituição e de organização do *córpus* do trabalho, bem como os procedimentos de análise adotados.

A cartografia foi escolhida como recurso metodológico para compor este trabalho justamente porque representa um processo diversificado, multidimensional e rizomático. Cartografar, portanto, significa acompanhar percursos, encadear processos e as conexões dos rizomas. Originário da botânica, o termo rizoma está relacionado à estrutura de algumas plantas que apresentam brotos que se ramificam em qualquer lugar.

Rizoma é um vegetal de tipo tubérculo, que cresce subterrâneo, mas muito próximo à superfície, e que se compõe essencialmente como uma raiz horizontal. Esta raiz é estranhíssima porque, quando o exemplar alcança grandes proporções (um jornal informava que nos Estados Unidos encontraram um de vários quilômetros de extensão), é difícil saber quais são seus limites externos; quer dizer, não há separação entre “uma planta” que constitui essa rede e outro que também a integre, um “tronco” fundador e os ramos e galhos nos quais se estendeu. Entretanto, no seu interior, o complexo, digamos, radicular ou reticular, está composto por células que não têm membranas, e que só podem ser supostas como unidades porque têm núcleos ao redor dos quais se distribuem partículas de trocas metabólicas e áreas energéticas. Então, pelo menos no sentido tradicional, o rizoma não tem limites internos que o compartimentalizem. Aquilo que circula nesse interior flui em “toda e qualquer” direção, sem obstáculos morfológicamente materiais, nem forças que o impeçam. É difícil imaginar um melhor exemplo de multiplicidade (BAREMBLITT, 2010, p. 43-44).

Sob essa ótica, os filósofos Deleuze e Guattari (1995) se apropriam do conceito de rizoma para exemplificar um jeito de enxergar o indivíduo e suas relações com outros e até mesmo com o conhecimento, a partir de uma ideia de multiplicidades, que não possui um centro ou apenas uma raiz. Na obra *Mil Platôs*, os filósofos apresentam esse conceito a fim de entendermos que as relações entre as pessoas, o mundo e o modo como nos constituímos não é oriunda de uma única base, mas de diversas conexões que se ramificam. “Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidade! Faça a linha e nunca o ponto!” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 48).

A partir de seis princípios, Deleuze e Guattari (1995) destacam características do rizoma, na filosofia. Os autores dividem esses princípios em: 1) conexão; 2) heterogeneidade; 3) multiplicidade; 4) ruptura assignificante; 5) cartografia e 6) decalcomania.

Os dois primeiros, conexão e heterogeneidade, estariam interligados à ideia de que “Qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 9) Sendo assim, diferente das árvores que seguem uma hierarquia em suas conexões, crescendo sempre da raiz aos ramos, o rizoma interliga qualquer ponto a outro. Ele não segue uma regra rígida que comanda as ideias, mas proporciona caminhos/linhas que

se conectam de diferentes maneiras. No que diz respeito à análise da língua, não há uma limitação ao que se diz e aos seus significados, pois há “[...] modos de agenciamento e tipos de poder sociais particulares” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14).

O terceiro princípio, o da multiplicidade, está relacionado com os outros dois citados acima. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 5), “[...] as multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades” porque “uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto”. Para os autores, esse princípio corresponde aos agenciamentos coletivos, pois as ramificações internas direcionam as linhas que modificam a natureza do rizoma em sua multiplicidade.

Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). [...] Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. [...] um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar, nem jamais dispõe de dimensão suplementar ao número de suas linhas, quer dizer, à multiplicidade de números ligados a estas linhas. [...] As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23 -24)

O quarto princípio denominado como ruptura assignificante relaciona-se com a ideia de que não é possível haver rompimentos definitivos em um rizoma. Esse sistema que é marcado por conexões, heterogeneidade e multiplicidade, está sempre pronto também para se redirecionar. “Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17). Sendo assim, a ruptura em um rizoma é a-significante, pois não produz permanentemente o que se deseja, o sistema rizomático se refaz em outras direções.

A cartografia, sendo o quinto princípio, relaciona-se com a ideia de construção de mapas que estão suscetíveis à mudanças e que possuem várias entradas, estando longe de serem representados, mas sendo vistos com uma performance ancorada no real. Deleuze e Guattari (1995) apontam que, por apresentarem essa flexibilidade, os mapas podem ser refeitos, adaptados e manuseados por uma única pessoa ou por um grupo, eles podem se reconstruir como uma meditação, mas também como uma ação política.

[...] o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói [...]. O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social [...]. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

A decalcomania, sendo o último e sexto princípio, diz respeito às raízes que se estabelecem durante as relações entre indivíduos. O decalque se projeta sobre o mapa, pois diferente do que é a cartografia, a decalcomania é uma questão de competência, não de performance. Todavia,

Ele é antes como uma foto, um rádio que começaria por eleger ou isolar o que ele tem a intenção de reproduzir, com a ajuda de meios artificiais, com a ajuda de colorantes ou outros procedimentos de coação. É sempre o imitador quem cria seu modelo e o atrai. O decalque já traduziu o mapa em imagem, já transformou o rizoma em raízes e radículas. Organizou, estabilizou, neutralizou as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação que são os seus. Ele gerou, estruturalizou o rizoma, e o decalque já não reproduz senão ele mesmo quando crê reproduzir outra coisa. Por isto ele é tão perigoso. Ele injeta redundâncias e as propaga. O que o decalque reproduz do mapa ou do rizoma são somente os impasses, os bloqueios, os germes de pivô ou os pontos de estruturação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.23).

O rizoma é capaz de produzir mapas, mas não decalques, justamente por ele representar construções em processos, distante do modelo estrutural e gerativo. Ao pensar em decalque, é possível elucidar sob a ótica da árvore que se reproduz por si mesma. Sendo assim, é possível perceber que o rizoma apresenta várias facetas, pois não obtém uma única forma, sendo suscetível a mudanças, assim como os sujeitos e suas identidades. Deleuze e Guattari (1995) utilizam o termo rizoma, advindo da botânica, na filosofia, para inaugurar um pensamento diferente do método cartesiano e arboresco.

Nesta pesquisa, a cartografia não representa uma metodologia formada por um conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas com estratégias flexíveis de análise crítica. A cartografia, que será abordada aqui nesta pesquisa, está ligada aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas, ela é mais que um mapeamento físico, refere-se a movimento, relação, jogo de poder, confronto entre forças, enunciações e práticas de liberdade.

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “Cartografia” é um termo que faz referência à ideia de “mapa”, contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebido no mundo cartografado. (FONSECA E KIRST, 2003, p.92).

Nesse sentido, a perspectiva cartográfica funcionará como uma estratégia de análise crítica que acompanhará relações, trajetórias, mudanças de tempo e cenário, composição de dispositivos que apontarão linhas de ruptura e de resistência. E mesmo que, inicialmente, a cartografia tenha sido concebida como um método de pesquisa, Deusdará e Rocha (2021, p. 203) problematizam essa concepção metodológica. Portanto, não falaremos aqui “método”,

porque a palavra é portadora de um certo imobilismo processual [...] Preferimos falar em atitude ou perspectiva cartográfica, visto que o que se propõe tem impactos sobre a própria forma de conceber e se relacionar com o conhecimento e a prática de investigação.

A narrativa a ser analisada, bem como as notas de rodapé que a complementam, apresentará mais de uma temática. Assuntos como preconceito, racismo e posição/ exclusão da mulher na sociedade serão abarcados neste texto. Portanto, eis aqui o porquê de se trabalhar com a perspectiva cartográfica, ela abrirá caminhos para reflexão, análise e aprofundamento da narrativa sob a ótica da teoria da Análise do Discurso³ proposta por Maingueneau (1997).

Assim como a cartografia, que considera os processos de pesquisa respeitaremos o processo de leitura, de análise, de escrita e de reescrita deste trabalho. Além de embasarmos nossa análise na teoria de AD, pois desejamos entender o que está para além do texto, também avaliaremos o processo temporal pelo qual a obra Lobatiana passou durante anos. Além disso, validaremos que, para a leitura e para a análise da obra em questão, novos leitores surgem, novas realidades e um novo território é apresentado. A escolha pela perspectiva cartográfica, também de cunho qualitativo, neste trabalho, se justifica pelo significado que a própria palavra “qualitativa” carrega. Uma pesquisa de ênfase nas qualidades das entidades, nos processos e nos significados que não podem ser medidos ou mensurados.

Na epígrafe apresentada no início da seção, a escritora Lya Luft refere-se a um processo, que é a vida, e a uma escalada, uma subida que corresponde a esse trajeto da vida. Subir uma montanha é o mesmo que correr riscos, analisar situações, rever ideias e até objetivos, assim como a metodologia a ser seguida aqui, a cartografia, que apresenta novas coordenadas para a prática. Também pode-se entender a pesquisa qualitativa que não segue um rígido formato ou padrão, mas que vai se moldando durante o percurso de pesquisa. Os pesquisadores qualitativos buscam soluções para as questões que expõem o modo de origem da experiência social e como ela adquire significado, essa busca se torna um caminho a percorrer, uma montanha a subir.

A fim de acompanhar esse movimento processual do percurso da pesquisa, o pesquisador se envolve de maneira afetuosa e intensa no contexto-objeto, requerendo deste um movimento de envolvimento, de engajamento e de composição no e com o território em que o estudo é desenvolvido, ou seja, ele desenvolve uma cartografia. Para Johnny Alvarez e Eduardo Passos (2009) Cartografar é, portanto, “habitar um território existencial”, um território que não é geográfico, mas que está no campo das expressões, dos sentidos, dos movimentos e dos processos.

³ Ao longo da pesquisa, utilizaremos a sigla AD, para nos referirmos a Análise do Discurso.

O próprio significado tradicional de metodologia está interligado à concepção de um caminho a ser percorrido para se alcançar metas: *metá-hódos*. Desse modo, a pesquisa tradicionalmente é estabelecida como um caminho (*hódos*) prefixado pelas metas iniciais. De outra maneira, a cartografia propõe uma troca metodológica, segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2010, p.10). Ao invés de uma *metá-hódos* haveria um *hódos-metá*, que consistiria na investigação de um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido.

Diferente das outras propostas metodológicas, a cartografia tem a finalidade de intervir na realidade, não apenas representá-la e, nesse processo, todos os envolvidos (pesquisador, leitor, objeto) sofrem o efeito do ato de pesquisar. A cartografia, como perspectiva de pesquisa, propõe-se a compreender algo que está em andamento, em percurso, real. Sendo assim, aqui, o pesquisador não coleta dados no andamento da pesquisa, os dados são produzidos. Além disso, o *cópus* do trabalho não é visto de maneira engessada ou padronizada, ele pode ser analisado de vários modos, por diferentes linguistas, mesmo que não sigam a mesma corrente teórica. O objeto a ser analisado pode ser o mesmo, mas o olhar do pesquisador direciona diferentes vertentes, algumas ramificações. A cartografia não orienta o trabalho do pesquisador visando regras prontas, nem com objetivos previamente fixados, mas também não diz respeito a uma ação sem direção, pois, ao reverter o sentido tradicional (primeiro) de método, a cartografia não abre mão da orientação do percurso da pesquisa.

O que queremos dizer é que a cartografia não segue um padrão de regras rígidas e fixadas previamente, ela também apresenta metas e objetivos, contudo, mais flexíveis e móveis que estão interligados aos caminhos que o pesquisador irá percorrer durante todo trajeto de pesquisa. Para tanto, Barros e Kastrup (2015, p. 53) afirmam que “[...] a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos”.

A pesquisa qualitativa, nessa abordagem epistêmica pós-crítica e pós-moderna, oportuniza um trabalho exploratório, arriscado, permeado por experimentos e aprendizagens que oportunizam resultados de pesquisas que apresentam contextos particulares, cuja abordagem está sempre em processo de construção. Utilizar essa perspectiva metodológica nos ajudará a traçar caminhos em relação ao *cópus* literário apresentado a seguir.

2 O DISCURSO LITERÁRIO EM UMA PRÁTICA DISCURSIVA

Análise do Discurso e Literatura. Hoje, uma interface não só possível, mas real.

MELLO, 2005

A citação acima destaca a possibilidade de diálogo que se estabelece entre a teoria da Análise do Discurso francesa com outras áreas, mas precisamente, com a Literatura. A Análise do Discurso, doravante AD, teve seu surgimento na década de 1960, na França, pelo filósofo Michel Pêcheux. Essa teoria destacava-se por ser responsável pelo entrelaçamento entre a linguística, a psicanálise e a sociologia. Nesse período, o maior interesse da AD era o discurso político como corpus de análise. Contudo, em 1995, Dominique Maingueneau apresentou, na revista *Languages*, número 117, um importante balanço crítico sobre a Análise do Discurso francesa. Sua intenção era mostrar que os estudos discursivos não dizem só respeito aos estudos do discurso político, pois entendia que ele era mais um dentre outros.

A partir disso, com as constantes reformulações teóricas e com as diferentes vertentes que surgiram a partir de Pêcheux, a AD se expandiu “[...] de modo que a análise de corpora religioso, publicitário, jornalístico, jurídico passou a integrar o cotidiano dos analistas do discurso” (RODRIGUES, 2014, p. 13), assim, o discurso passou a ser o objeto de estudo da AD. Com a finalidade de compreender os textos, não somente interpretá-los, o analista do discurso passou a ter contato com diferentes tipos de textos. Em se tratando do texto literário, foi Dominique Maingueneau, nas obras *O contexto da obra literária (2001)* e *o Discurso Literário (2012)* que propôs abordar a literatura enquanto Discurso Literário.

Com esse conceito, Maingueneau (2005, p. 21) aponta que não há um território próprio para o discurso literário, pois “toda obra é a priori dividida entre o fechamento sobre o corpus, reconhecido como plenamente literário, e a abertura à multiplicidade das práticas languageiras que excedem esse corpus”. Ele faz essa afirmação, pois, através do discurso, a obra literária reproduz situações de mundo e apresenta seus próprios contextos. É por esse discurso próprio que se diferencia o texto literário dos outros gêneros da esfera literária. Segundo Freitas e Serena:

o escritor dispõe de palavras que o permite manipulá-las e organizá-las de forma que produzam um efeito que vá além da sua significação objetiva, possibilitando ao leitor fazer várias interpretações e recriações a partir do texto (FREITAS; SERENA, 2014, p. 66).

Na análise do discurso advindo do gênero literário, objeto desta pesquisa, a narrativa *Reinações de Narizinho*, é possível identificar um discurso envolvente, que possui como primeiro propósito comunicacional levar o leitor a se entreter, despertar a imaginação e se divertir com a história, já que é uma narrativa, a princípio, direcionada ao público infantil. Mas, também, o segundo propósito comunicacional, é levar o leitor a uma reflexão crítica sobre os aspectos apresentados ao longo da leitura. Sendo assim, ao estudar um *cópus literário*, faz-se necessário identificar quem diz, como diz, em quais circunstâncias diz e para quem diz, pois a linguagem literária é carregada de polissemias e expressividades. O discurso literário deve ser analisado a partir de todos os aspectos que envolveram a sua produção. Maingueneau (2008), em sua proposta metodológica denominada “semântica global”, instituiu um procedimento que vai de encontro a princípios tradicionais de pensar a linguagem; isso porque, “no domínio do discurso, todas as marcas são relevantes”. (FREITAS; FACIN, 2011, p. 202). A AD, vertente proposta por Maingueneau (2008), apresenta contribuições no que tange à constituição do discurso literário, não somente, como peça para análise, mas como metodologia que não deve ser desconsiderada dentro da esfera linguística-discursiva. Os avanços da teoria literária permitem uma observação mais minuciosa sobre seus efeitos sobre a sociedade como transmissora discursiva de valores, cultura e modos de viver, “a obra literária, de certa forma, representa situações de mundo e de contextos por meio de seu discurso” (FREITAS; SERENA, 2014, p. 67).

A fim de compreender o *cópus literário* apresentado neste trabalho, torna-se indispensável o uso da Teoria da Análise do Discurso, segundo a vertente proposta por Dominique Maingueneau (2008), pois, em sua perspectiva, considerar a literatura como discurso envolve considerar o texto literário como evento enunciativo. Isto é, como condutor de um posicionamento e como práticas discursivas de sujeitos socialmente inscritos em condições históricas de produção de sentido. Esse pensamento se legitima porque Maingueneau (2008) se questiona sobre a situação de enunciação envolvida no texto literário e percebe que informações como época em que a obra foi escrita, local e dados sobre o escritor não são suficientes, pois é importante entender a obra não em sua gênese, mas como mecanismo de comunicação.

Dominique Maingueneau sugere um dispositivo de análise do texto literário, que tem como premissa o pressuposto de que o texto é considerado como um gestor do contexto, de modo que o dispositivo enunciativo não é algo exterior ao enunciado, ao mesmo tempo o constitui e é constituído por ele. A análise do discurso literário proposta por Maingueneau

considera as modalidades sociais e históricas da comunicação literária, sem deixar de lado as ciências da linguagem.

Em se tratando da interação entre a Narrativa Literária e a Análise do Discurso, propomos recortar, como objeto de estudo, a narrativa original bem como analisar o discursoda edição crítica, publicada pela Campanhia das Letrinhas em 2019, em suas Notas de Rodapé. Neste recorte, pretendemos comparar duas realidades, uma apresentada pelo autor da obra Monteiro Lobato e outra pela crítica literária Marisa Lajolo, organizadora dessa nova edição, tendo em vista que a narrativa original foi escrita em 1931, e a edição de luxo publicada em 2019. Contudo, nossa intenção não é somente a de comparar, mas colocar uma realidade frente à outra para discutir o contexto de produção de cada edição, assim como o que está por trás da apresentação do texto, mas que envolve uma prática discursiva. Nesta investigação, entre as notas de rodapé e a narrativa original, será possível levantar questões de cunho social e histórico, questões que ainda estão à mercê da nossa sociedade como assuntos relacionados à discriminação, ao racismo, à posição social ocupada pelo sexo feminino e à desigualdade.

Com base na abordagem discursiva de Dominique Maingueneau (2008), esta pesquisa se propõe a investigar o funcionamento da prática discursiva da edição de luxo de *Reinações*, edição publicada em 2019 por Marisa Lajolo. Atentemo-nos, aqui, para o termo prática discursiva, pois não falamos em discurso somente, mas em como se dá sua prática. Fazemos essa distinção e chamamos a atenção do leitor para essa diferença, porque entendemos que o vocábulo discurso, com o passar do tempo, começou a ser usado para nomear conjunto de frases, em outras situações, como sinônimo de texto ou outro tipo de manifestação da oralidade.

Um primeiro movimento em direção ao trabalho em Análise do discurso implica reconhecer que “discurso” é também uma palavra comum da língua portuguesa e que, para empregá-la como conceito, é preciso promover deslocamentos e problematizar aspectos que permanecem neutralizados em seus usos comuns. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 53)

Assim, como aponta Deusdará e Rocha na obra *Análise Cartográfica do discurso* (2021), corremos o risco de utilizar a palavra “discurso” indistintamente. Para que isso não ocorra durante nosso estudo, compreenderemos o discurso como uma prática que se atualiza e se renova, que perpassa pelo texto e pela comunidade. De acordo com Maingueneau (1997, p. 56), “(...) falaremos de prática discursiva para designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso”.

Desse modo, tendo em vista a noção de prática discursiva, entende-se que todo discurso se revela como uma atividade de linguagem que ocasiona uma determinada ação sobre grupos

sociais. Essa ação acontece sobre as representações dos indivíduos, que têm a finalidade não somente de aderir aos sentidos produzidos por um certo discurso, mas também para reproduzir práticas instituídas como legítimas. Sendo assim, a prática discursiva se manifesta para uma imbricação radical entre as dimensões do dizer e do fazer, em que o discurso não ilustra um mero reflexo de um grupo e da realidade que o cerca, mas como algo que forma esse grupo pelo fato de ressoar sentidos (MAINGUENEAU, 2008a).

Assim, é possível considerar a existência de certos lugares instituídos como legítimos para a prática enunciativa de diferentes grupos. Refere-se então a um exercício enunciativo que se alinha com as restrições semânticas impostas pela formação discursiva que inaugura uma certa prática discursiva. Portanto, investigar a prática discursiva é caminhar além da análise estritamente textual para tomar o texto como um lugar em que se encontram, ao mesmo tempo, lugares enunciativos e ações simbólicas.

Após essas considerações, parte-se do pressuposto de que as notas de rodapé, inseridas por Lajolo, são consideradas como uma prática discursiva que estão ligadas aos enunciados da narrativa original e ao contexto ideológico, cultural, político e social da época em que a primeira edição de Lobato foi lançada em contraste com a que foi publicada em 2019.

No âmbito discursivo, acreditamos que se torna cada vez mais relevante investigar o que está no texto e para além do texto, tendo em vista todo contexto histórico, cultural e político que circula na narrativa. Também, faz-se necessário entender, pesquisar e aprofundar uma análise voltada para os pressupostos e para os subentendidos que se instauram a partir dos enunciados, principalmente, na obra, nas notas de rodapé, inseridas por Lajolo, em contraste à narrativa de Lobato. Ainda, sob a ótica da prática discursiva, torna-se indispensável o estudo sobre o interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008) e sobre a manifestação dele acerca obra.

Assim, em se tratando de uma obra que atualmente está disponível, mais facilmente, na mídia digital (por estar em domínio público desde janeiro de 2019), de fácil acesso em sites, blogs, mecanismos de busca ou, até mesmo, circulando de maneira impressa em livros, julgamos importante esmiuçar meandros da produção dos sentidos que interagem com o leitor não só para entreter, mas também ao captar sua atenção, fazendo-o sentir e se envolver nos fatos narrados. Dessa maneira, sua leitura não será superficial, será real, pois, mesmo que a narrativa envolva fatos ficcionais, há verossimilhança, há a presença do real e de todo um contexto.

Desse modo, propomo-nos a estudar, tanto na narrativa original quanto nas notas de rodapé, como se dão as práticas discursivas, tendo em vista a temática que se revela por detrás do discurso. Portanto, em nosso caso, além de analisarmos a obra, tendo em vista as particularidades da AD, investigamos a questão de pesquisa a partir do desdobramento de temas

já citados anteriormente como racismo, preconceito e posição social da mulher, na época em que a obra foi publicada primeiramente em 1931, em contraste com a perspectiva apresentada nas notas de rodapé, de 2019, que apresenta uma visão atual e ressignificada sobre tais temas.

A seguir, apresentaremos a noção de cenografia e de *ethos*, dois desdobramentos que se circunscrevem na semântica global, conceitos que embasarão, posteriormente, a análise do corpus.

2.1 As três cenas enunciativas e a noção de *ethos*

[...] um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada (MAINGUENEAU, 2011, p. 85).

Vemos, na teoria da Análise do Discurso, uma possibilidade congruente entre os estudos linguísticos e literários. A esse respeito, Machado (2006, p. 105) diz que:

[...] a Análise do Discurso (AD), disciplina oriunda das Ciências da Linguagem e que tem como base uma linguística discursiva, é passível de ser aplicada a textos literários e, mais que isso, deles retirar dados importantes ligados à representação da sociedade, ou em outros termos, dados que dizem respeito ao mundo real e social que pode ser apreendido ou ‘traduzido’ em discurso e ser ‘revelado’ por um narrador ou sujeito-falante de uma determinada sociedade, em um determinado momento.

Inicialmente, é possível dizer que o discurso literário é pautado pela realidade. Contudo, não significa dizer que o texto literário é fiel à realidade, no sentido de um retrato idêntico, visto que a Literatura é permeada por textos pertencentes ao estatuto factual e ficcional. Quem produz o texto literário adquire liberdade de redação e de temática, o que sucede em um aproveitamento diferenciado dos recursos estilísticos.

Tento em vista que o discurso literário pertence à categoria dos discursos constituintes, Maingueneau (2006) afirma que os discursos constituintes são tidos como discursos de origem, ou seja, pela enunciação do discurso que é apresentado a partir da cena de enunciação, também proposta pelo autor. “Os discursos constituintes são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade, sendo em verdade os garantes de múltiplos gêneros de discurso”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 61). A constituição pode ser considerada como processo pelo qual o discurso estabelece sua legitimidade e sua organização estrutural como texto.

Mesmo que se possa elencar algumas características do discurso literário, defini-lo e localizá-lo é uma tarefa intrincada. Ao mesmo tempo em que a Literatura fala de si, ela também apresenta sua própria presença no mundo.

[...] renunciamos à definição de um centro ou um lugar consagrado. As condições do dizer atravessam o dito, que investe suas próprias condições de enunciação (estatuto do escritor associado ao seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis ligados aos gêneros, a relação com destinatário construída através da obra, os suportes materiais, os modos de circulação dos enunciados...) (MAINGUENEAU, 2005, p.18).

Neste sentido, o discurso literário estaria localizado em uma dimensão paratópica, em uma condição paradoxal de inclusão/exclusão em um território social, à qual estão subordinados os discursos constituintes. Assim, como a localização indefinida e incongruente entre “um lugar” e um “não lugar” que o autor pode ocupar e que o leva a interferir a partir de criações discursivas literárias.

Para que seja possível realizar uma análise discursiva do texto literário, Melo (2005), segundo a perspectiva de Maingueneau, apresenta alguns critérios sob os quais o texto deve ser observado.

[...] segundo suas condições de emergência, as práticas de leitura, os quadros históricos e sociais de recepção, as condições materiais de inscrição e circulação dos enunciados, a paratopia do autor e a cena de enunciação, enfim, o contrato literário com todas as suas especificidades, além dos discursos produzidos pelas diversas instituições que contribuem para avaliar e dar sentido à produção e à recepção das obras literárias (MELLO, 2005, p. 39).

Além de ser necessário apreender o contexto inicial, ou seja, o campo no qual o escritor se posiciona, faz-se necessário compreender também o contexto implicado pela própria obra; em outras palavras, da cena de enunciação da obra. Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 95, grifos dos autores) no Dicionário de Análise do Discurso, explicam que a cena de enunciação deve ser percebida como o resultado de uma enunciação “em um espaço *instituído*, definido pelo gênero do discurso, mas também sobre a dimensão *construtiva* do discurso, que ‘se coloca em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação”.

Assim como todo enunciado, de acordo com Maingueneau (2006), a obra literária dá início a uma situação de comunicação, que também pode ser entendida como situação de enunciação. De acordo com o autor, ao partir da situação de enunciação, o processo que a comunicação percorre deve ser entendido do ‘exterior’, assim, por uma perspectiva sociológica, as condições de produção de um discurso são observadas em sua esfera social de circulação.

Contudo, as noções de contexto e condições de produção, muitas vezes utilizadas para referenciar aspectos exteriores ao texto, são imprecisas e superficiais, pois é necessário potencializar fatores extralinguísticos no momento da leitura e da interpretação de textos.

Ao contrário da noção de situação de comunicação, Maingueneau (2006) elabora o conceito de cena de enunciação que possibilita analisar aspectos importantes e indispensáveis ligados à produção e circulação de sentido. De acordo com o teórico,

[...] quando se fala de cena de enunciação, considera-se a enunciação pelo seu 'interior', mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. (MAINGUENEAU, 2006, p. 250, *grifo do autor*).

Assim como as cenas de um teatro, as cenas da enunciação, propostas por Maingueneau (2006) e revisadas por Rocha (2013), são absorvidas no interior do enunciado através de elementos internos à situação de enunciação, em relação às falas encenadas.

Maingueneau (2006) prefere tratar o ato de enunciar como uma cena por causa da complexibilidade intradiscursiva e extradiscursiva que os gêneros do discurso abarcam, "(...) evitando, assim, noções como 'situação de enunciação', de ordem estritamente linguística, ou de 'situação de comunicação' que pode ser utilizada em uma abordagem puramente sociológica (...)" (MAINGUENEAU, 2015, p. 117).

Ao se falar da cena de uma enunciação, tem-se como objetivo discorrer acerca da encenação da uma enunciação, ou seja, mostrar a situação que a fala pretende construir no momento em que ela é enunciada. As cenas de enunciação estão relacionadas aos elementos intradiscursivos que constituem o sentido do discurso e que deixam os parceiros cientes de seus direitos e deveres no ato de enunciação.

Para entender melhor o discurso como encenação, Maingueneau (2006) apresenta um quadro cênico, assim como destacadas a seguir:

- i) Cena englobante – que corresponde ao tipo de discurso no qual se insere o texto. Trata-se de um estatuto pragmático;
- ii) Cena genérica – definida pelo gênero de discurso. Implica papéis, circunstâncias, suporte material, modo de circulação, finalidade, etc.
- iii) Cenografia – é instituída pelo próprio discurso; é a fonte do discurso e, ao mesmo tempo, aquilo que o discurso engendra.

A produção de enunciados se constitui por uma “dupla cena”, em que a cena genérica é atravessada pelos elementos da cena englobante (ROCHA, 2013), essas duas cenas “definem conjuntamente o que poderia ser chamado de quadro cênico do texto. É ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEAU, 2013, p. 97). Contudo, não é com esse quadro que o leitor se depara ao encontrar um texto, mas com uma “cenografia”, e essa, não deve ser imposta pelo tipo de gênero do discurso, mas pelo próprio discurso.

A cena englobante diz respeito à definição do tipo de discurso e da função social que cumpre. O tipo de discurso é consequência de atividades simbólicas do sujeito na sociedade, definido por um aglomerado de gêneros de discursos instituídos e reconhecidos, pois são validados por meio do contexto sócio-histórico e que ficam gravados na memória coletiva. Assim, o sujeito se reconhece como um integrante da encenação, pois a cena é formada por discursos legítimos e que interessam toda uma sociedade.

Segundo Maingueneau (2006), mesmo que a cena englobante determine o estatuto dos parceiros em um espaço pragmático, esta cena não é suficiente para designar as atividades de fala, pois a enunciação se dá por meio de um gênero do discurso definido. De acordo com Nascimento e Cano (2011, p. 400), "(...) tanto para os co-enunciadores quanto para os analistas do discurso, tal cena não diz muito, pois é na cena genérica que os coenunciadores conseguirão assumir de fato seus papéis".

A cenografia é tida como um processo daquilo que o discurso constrói e é por meio das pistas localizadas na materialidade do texto que a cenografia se apresenta, ela não é pré-construída, mas é instaurada de acordo com o que o discurso diz. Maingueneau (2005, p. 87) assevera que: “a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém”.

Rocha (2013) investiga como Maingueneau (2006) apresenta os conceitos de gênero e cenografia e sugere que a cenografia se faz presente em diversos graus de atualização. Dessa forma, se estabelece um embate de forças ao que se apreendido como gênero e como cenografia. Rocha (2013), ao dialogar sobre gêneros e cenografias, entende o conceito de cenografia “ora atuando como cilada, como encobrimento do quadro cênico, para retomar a formulação de Maingueneau, ora produzindo discretos deslocamentos que têm por efeito produzir um certo estranhamento em relação ao que há de mais cristalizado em um gênero.” (ROCHA, 2013, p.143).

A cenografia é referida como uma espécie de “cilada” para o leitor, porque quando ele toma o texto para si, defronta-se com a cenografia primeiramente, mas de acordo com o avanço da leitura, se depara com o quadro cênico, que o leva para outra posição. Os panfletos publicitários costumam abordar esse tipo de estratégia. Por exemplo, podemos ter uma campanha publicitária sobre uma marca de sabão em pó, em que um casal dialoga sobre o perfume e a qualidade do produto. Sendo assim, A princípio, o leitor se depara com uma cenografia construída pelo diálogo que há entre o casal, mas logo a seguir, percebe-se que, na verdade, se trata de um anúncio publicitário.

Em contra partida, tendo em vista que, a cenografia a qual nos referimos nesta pesquisa, provoca um pequeno deslocamento com o esperado de uma narrativa infanto-juvenil, por conta das temáticas e dos termos utilizados, há uma força que produz os discretos deslocamentos causadores de estranhamento se comparado ao que há de cristalizado em cada gênero.

Uma cenografia é identificada por meio de aspectos localizáveis no texto ou no paratexto, ela está para além do que está dito explicitamente no texto. A cenografia é definida como um

processo fundador, a inscrição legitimadora de um texto, em sua dupla relação com a memória de uma enunciação que se situa na filiação de outras enunciações e que reivindica um certo tipo de reemprego. A grafia é aqui tanto quadro como processo; [...] é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que em troca ele precisa validar através de sua própria enunciação. A situação no interior da qual a obra é enunciada [...] deve ser validada pelo próprio enunciado que permite manifestar. (MAINGUENEAU, 2012, p. 253).

Por conseguinte, a obra se legitima, ao criar um enlaçamento capaz de envolver o leitor, contudo, uma cenografia só se torna legítima se houver a constatação da autoridade enunciativa do autor, sendo ele mesmo o responsável por determinar espaços pelos quais os sentidos vão sendo construídos dentro de um texto. Ao que concerne ao ‘lugar de materialização’ do discurso, apresenta-se o *ethos*, conceito recuperado por Maingueneau (2008a, 2012, 2013a) da retórica de Aristóteles. De acordo com Maingueneau, o filósofo grego, diante das interações verbais, se referia às modalidades verbais da apresentação de si. Ainda, para ele, o *ethos* constituía a imagem que o orador formava de si mesmo no discurso, não fazendo jus, necessariamente, a identidade dele, mas a uma imagem instaurada no momento da enunciação para persuadir os telespectadores.

Ultrapassando a retórica clássica, Maingueneau (2008a, p. 58-59) elucida que a noção de *ethos* está interligada ao ato de enunciação e prevê a construção de uma imagem projetada no discurso. Ainda, de acordo com o autor, a maneira pela qual o sujeito se pronuncia é tão

importante como o que é pronunciado, pois induz a uma imagem que pode facilitar o entendimento sobre o que se quer dizer. O *ethos* não é objeto do discurso, pois ele precisa ser percebido por meio da fala do locutor, oportunizando, ao analista, depreender, diante do que é dito, uma imagem física e psicológica do sujeito. Por meio do *ethos*, é possível conhecer a imagem do indivíduo sem que ele fale algo sobre si, a questão do *ethos* está ligada a construção de identidade. Sendo assim, “o *ethos* não é dito no enunciado, mas mostrado no ato de enunciação”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 13).

Maingueneau apresenta uma perspectiva de *ethos* mais complexa, se contrastada a desenvolvida nos estudos da retórica clássica. O autor aplica o conceito para além da fala, esclarecendo que o *ethos* se faz presente em todas as formas discursivas, faladas ou escritas, que sejam persuasivas ou não (MAINGUENEAU, 2008, p.69). Com isso, a ideia de *ethos* se fragmenta em vários processos que surgem antes do ato de enunciação e chegam a interpretação dos sujeitos. Há, portanto, cinco tipos de *ethos*: ethos pré-discursivo, ethos discursivo, ethos dito, ethos mostrado e o ethos efetivo, conforme quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Os diferentes *ethos* de acordo com Maingueneau

Ethos pré-discursivo	Trata-se da projeção de si que o enunciador realiza ao imaginar a imagem prévia que o público faz dele.
Ethos discursivo	Aquele ligado a fala do enunciador, é a construção da imagem de si apresentada no discurso.
Ethos dito	É o que o enunciador fala propriamente de si, o que ele deseja que seja visto.
Ethos mostrado	Aquilo, que apesar de não dizer, o enunciador mostra, seja com seus atos, gestos, escolhas de palavras, tom, etc.
Ethos efetivo	trata-se do resultado das diversas interações entre essas quatro diferentes instâncias do <i>ethos</i> .

Fonte: Maingueneau, 2008a, p.18.

Ao analisar um texto literário, torna-se imprescindível observar o enlaçamento paradoxal do qual participam a cenografia e o *ethos*, a fim de possibilitar que a fala carregue um certo *ethos* e se valide através da própria enunciação.

Por fim, é possível perceber que a cenografia está diretamente ligada à construção do dispositivo de fala do locutor e tem como foco legitimar seu discurso. É ela que coloca o leitor no cenário de fantasias da narrativa de *Reinações de Narizinho*, traçando um emaranhado de situações de comunicação que vão estabelecer rastro para que o *ethos* do narrador seja constituído. Cabe ressaltar que as cenas construídas pela narrativa em análise estão associadas a um *ethos*, que deve estar em harmonia com a cenografia selecionada, questão que será evidenciada durante a análise do corpus.

2.2 O cópús literário frente à perspectiva da prática discursiva

A fim de empreender o estudo proposto, procedemos à seleção do cópús que se constitui de trechos da narrativa e notas de rodapé da obra *Reinações de Narizinho*. O recorte origina-se da nova edição do livro, de 2019, organizada por Marisa Lajolo, destinando um espaço específico para um diálogo entre as personagens Emília e Narizinho, criadas por Lobato, mas que, nas notas de rodapé, inseridas atualmente, assumem uma nova voz, uma nova postura e questionam partes da narrativa. Esses questionamentos estão expressos em explicações de palavras que caíram em desuso ou expressões que depreciam a imagem de alguém, seja pelo tom de pele, pelos papéis sociais que desempenha, em diferentes cenários, ou pela hierarquia que se tinha e que ainda reflete resquícios de uma sociedade machista, em que a mulher deveria desempenhar funções ditadas como “certas” ou “apropriadas” como zelar pela casa, cuidar dos filhos, ao invés de fazer o que desejasse de verdade. Estes destaques revelam-nos traços importantes da prática discursiva que conduzirá a análise sob duas faces, social e textual, do discurso, sendo necessário afastar como inapropriado qualquer julgamento ou interpretação que abarque o conceito a simples sequência de palavras. Afinal, palavras são produção do mundo.

A obra se organiza por temáticas relevantes, apresentadas na própria narrativa, comentadas ou indagadas nas notas de rodapé. Faz-se importante lembrar que as notas de rodapé foram escritas em uma edição diferente da primeira, por outra autora e diante de outro contexto histórico e social. Essas mudanças devem ser sempre evocadas, pois são elas que marcarão uma nova maneira de entender, interpretar e discutir o texto.

Diante disso, trabalharemos sob a perspectiva de duas temáticas, as que mais chamam a atenção do público leitor, seja o público alcançado em 1931 com a primeira edição, seja com os diferentes públicos leitores que vêm sendo alcançados ao longo de tantas décadas e com os

de hoje que têm acesso a essa nova edição. Em algumas passagens da narrativa, Tia Nastácia é tratada de maneira desrespeitosa. Em uma passagem da obra, logo na primeira parte, o narrador apresenta os personagens e, quando se refere à Tia Nastácia, a chama de “negra de estimação” (LOBATO, 2019, p. 9). Contudo, na nota de rodapé inserida, Lajolo, na voz das personagens, tenta indagar e, ao mesmo tempo, responder o porquê de ele ter chamado a empregada dessa maneira. Em um diálogo entre Emília e Lúcia ela pergunta:

-Como assim? O que é ser “negra de estimação”?

-Boa pergunta, Emília! Estimação vem de “estimar”, que quer dizer “gostar”. Essa expressão era muito usada no começo do século XX. Fazia poucas décadas que a escravidão tinha terminado e alguns costumes e falas permaneciam. Mas isso não é jeito de chamar ninguém! (LAJOLO, 2019, p. 9).

Nessa passagem, podemos pensar na temática do preconceito racial. Por esse recorte e por outros, é que o autor passa a ser visto, por muitos, como um autor preconceituoso e, até mesmo, racista. Ao trazer para sua indagação a etimologia da palavra estimação, a autora/personagem promove um diálogo com a sociedade do século passado, imprimindo o modo como a relação entre os discursos permeiam nossa sociedade atual através da relação interdiscursiva (MAINGUENEAU, 2008). Ainda, a expressão "Isso não é jeito de chamar ninguém", por meio do que está posto, traz à cena discursiva, o que se pretende para além da advertência, o fato de que pessoas negras/pretas não são bichos e expressões como essas zoomorfizam os indivíduos, através do subentendido (MAINGUENEAU, 1996) e dos efeitos de sentido negativos que a expressão carrega.

Lajolo, como organizadora dessa nova edição, não tenta mudar a opinião do leitor em relação ao autor, ela busca situar esse leitor no tempo, no contexto em que Lobato escreveu. Muitas questões polêmicas emergem à obra de Monteiro Lobato, bem como sua própria pessoa. O autor representava suas personagens, bem como o contexto de suas passagens literárias de maneira autêntica, representando verdadeiramente o que estava à mercê da sociedade naquele tempo. Ainda, com resquícios do tempo da escravidão, Lobato usava, para se referir às pessoas de pele negra e aos trabalhadores rurais, palavras pejorativas e apelidos maldosos. Este tipo de linguagem, referente aos povos menos favorecidos e que vinham do trabalho escravo, era usada com naturalidade pelos indivíduos que ocupavam a alta posição na sociedade daquele tempo. Em suas publicações, inclusive na obra analisada aqui, é possível encontrar marcas que afirmam tal constatação acima.

Atualmente, há vários embates sobre a inserção ou não da obra de Lobato, nos meios de circulação, principalmente nas salas de aula. Essa preocupação se dá pela exposição de expressões como: “negra de estimação” (LAJOLO, 2019, p. 9) / “negra beijuda” (LAJOLO,

2019, p. 16), entre outras, que são fortemente criticadas e apontadas como referências preconceituosas e racistas.

Nesta nova edição, com as notas de rodapé inseridas por Lajolo, o leitor atual consegue perceber que essas expressões e atitudes do autor, são de fato, maldosas e desrespeitosas. Na identidade das próprias personagens que dialogam na narrativa original, Lajolo representa Narizinho e Emília, nas notas, de uma maneira diferente. Nelas, as personagens assumem postura e voz como se fossem personagens criadas por um autor que vivencia os dias de hoje, o que em sua totalidade não deixa de ser. Afinal, as personagens apresentadas por Lobato e as apresentadas por Lajolo ocupam espaços sociais e tempo cronológico distintos. Através do diálogo estabelecido pelas personagens na voz de Marisa, o público atual consegue perceber que a primeira edição foi escrita em outro contexto, sob outra ótica, carregada de resquícios da escravidão. As personagens que dialogam por notas de rodapé evidenciam a passagem do tempo, apontam o porquê do autor se posicionar de tal maneira, principalmente quando se refere, de maneira tão rude, à tia Nastácia.

Nossa intenção, neste trabalho, será de mostrar a importância de se analisar os desdobramentos da prática discursiva, tendo em vista não apenas o texto, palavras isoladas, mas o sentido e a história que elas carregam. Além disso, mostrar ao leitor o que está pressuposto e o que pode ser subentendido desses trechos que apresentaremos na análise. Para delimitar o estudo em questão, selecionamos quatro passagens que serão analisadas à luz das temáticas do preconceito racial e das imposições ideológicas impostas à mulher no período de 1931 até os dias atuais.

A narrativa de Lobato apresenta, ao leitor atual, uma época em que a escravidão era normalizada e em que os menos favorecidos financeiramente e socialmente eram desrespeitados e maltratados, o que espanta a muitos quando leem as histórias de Monteiro Lobato. As notas de rodapé se tornam essenciais para o entendimento e para a mediação dessa leitura feita, atualmente. Essa nova edição apresenta e questiona uma realidade e propõe explicações, cunhadas no período histórico, para que o leitor se localize no tempo e supere padrões ideológicos impostos no decorrer da leitura.

2.3 Do discurso ao interdiscurso

Mesmo sabendo que Bakhtin (2006) não é um autor da AD, neste estudo, faz-se necessário mencioná-lo, devido aos seus pensamentos e ideias que integram os estudos no campo da linguagem. No início do século XX, pesquisadores se reuniam a fim de discutirem sobre obras de grande importância que tematizavam questões sobre a linguagem, esse grupo de intelectuais pesquisadores, atualmente, é conhecido como *Círculo de Bakhtin*. Para esses estudiosos, a linguagem deveria ser entendida como signo ideológico, inseparável das questões que envolvem o meio social e o contexto social imediato de sua constituição. De acordo com essa abordagem, diferente da visão de língua como um sistema abstrato de formas, é possível pensar nela como constituída pelo fenômeno social da interação verbal, praticada por meio da enunciação ou das enunciações. Essas concepções apresentadas pelo *Círculo* puseram em evidência a interação verbal.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações (BAKHTIN, 2006, p. 124).

Em vista disso, as reflexões expostas pelo *Círculo de Bakhtin* instituem a teoria dialógica, na qual aponta que todo enunciado, articulado por uma comunicação verbal, relaciona-se a outros enunciados que foram produzidos anteriormente. Ainda, Bakhtin (2006, p.135) fala que, para compreender a enunciação, faz-se necessário orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar apropriado, no contexto adequado. O enunciado se apresenta como um elo na cadeia da comunicação verbal, já que, através de respostas, é possível formular novos enunciados, que por si já respondem a outros anteriores a eles, esse elo instaura um diálogo desmesurável e dá início a uma relação de sentido, uma relação dialógica que se organiza entre enunciados na comunicação verbal.

Tendo em vista que sempre existe um dito constituído sobre outro discurso, toda produção discursiva faz circular formulações já enunciadas. Por meio da heterogeneidade enunciativa, articula-se a hipótese de que o primado do interdiscurso pressupõe a presença do Outro. Segundo Authier-Revuz (2004) há dois tipos de heterogeneidade: a heterogeneidade mostrada no discurso, que está explícita e que representa marcas linguísticas recuperáveis a partir de outras fontes enunciativas. E a heterogeneidade constitutiva do discurso, que diz

respeito às informações implícitas. Authier-Revuz (2004, p.12) afirma que, “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*”. A heterogeneidade constitutiva não está visivelmente marcada na superfície textual, ela pode ser definida por hipóteses, já que os textos estão interligados, atrelando o Mesmo e o Outro do discurso.

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69).

A heterogeneidade constitutiva não permite que a materialidade linguística fique visivelmente marcada, mesmo que deixe aparente outros discursos dos quais se constituiu. Essa noção de heterogeneidade discursiva (mostrada e constitutiva) foi chamada por Maingueneau de interdiscurso. Em qualquer situação de interação, um discurso estará sendo atravessado por outros discursos, por isso, é preciso deixar evidente a noção de interdiscurso.

Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. [...] é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 286).

Assim, o que se propõe analisar aqui não são as relações existentes entre diversos discursos, discursos em si, isolados, mas as relações interdiscursivas. Maingueneau (2008) apresenta uma noção de interdiscurso mais produtiva, segundo ele: “será preciso tornar menos grosseiro este termo muito vago e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*”. (MAINGUENEAU, 2008a, p.33)

O autor entende que o “universo discursivo” diz respeito ao conjunto de formações discursivas de diversos tipos que interatuam em uma dada conjuntura. Este universo discursivo representa um conjunto determinado, mesmo que não possa ser assimilado em sua globalidade. Este primeiro membro da tríade é de pouca utilidade para os analistas e serve como um delimitador para definir domínios a serem estudados.

No “campo discursivo”, Maingueneau (2008) vê um conjunto de formações discursivas que se esbarram em concordância, delimitam-se mutuamente em um local determinado do universo discursivo seja em confronto, aliança ou em uma neutralidade dentro de seus universos discursivos. Este tipo de concorrência entre os posicionamentos, também chamadas de

formações discursivas, se realiza entre discursos que obtêm a mesma função social, mas diferentes quanto ao modo de ser preenchida. “É no interior de um campo discursivo que se constitui um discurso, e levantamos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes” (MAINGUENEAU, 2008a, p.34). Isso não quer dizer que todos os discursos de um exato campo se constituam de uma mesma forma. O recorte em campos é uma abstração indispensável para abrir uma rede de trocas, mas não um definidor de zonas insulares.

O autor aponta que é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e sua suposição é de que tal constituição pode deixar-se descrever sobre formações discursivas que já existem. Contudo, isso não significa que os discursos se constituem todos da mesma maneira em todos os discursos desse campo, sendo impossível determinar a priori as modalidades das relações entre as distintas formações discursivas de um campo.

Por fim, Maingueneau (2008) sugere isolar “espaços discursivos”, isto é, subconjuntos de formações discursivas em que o analista julga pertinente para seu objetivo. Tais limitações devem resultar somente de hipóteses fundadas sobre uma compreensão dos textos e um saber histórico, que futuramente, serão confirmados quando a pesquisa avançar. Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso estimula a construção de um sistema, no qual a definição da rede semântica que abarca a especificidade de um discurso corresponde com a definição das relações desse discurso com seu Outro. Em se tratando das condições de possibilidade semânticas, haveria um espaço de trocas, de interação entre os discursos e, de modo algum, de identidade fechada. Dentro dessa interação, repousa toda a função dialógica da linguagem, pois a interação permite a presença do Mesmo no Outro, um interdito em constante “conflito regulado”.

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade. Disso decorre o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo (MAINGUENEAU, 2008a, p.37).

Estas três noções sugeridas por Maingueneau (2008) conferem à noção de interdiscurso um caráter não tão vago, justamente por serem mais historicamente e metodologicamente operacionais e reguladas pelas fronteiras do campo discursivo. Ao postular o primado do

interdiscurso, o autor apresenta uma zona de regularidade semântica que estrutura o modo de coesão dos discursos, além da heterogeneidade dos tipos de textos.

Por validar como objeto de análise as relações interdiscursivas e, não, discursos em si, isolados, Maingueneau (2008) propõe a apreensão desses objetos mediante uma semântica global do discurso para dar conta dos múltiplos planos discursivos. A noção de semântica global organiza-se sobre o postulado do surgimento de uma zona de regularidade semântica que aponta que os planos da discursividade estão imersos ao mesmo sistema de restrições globais. Esse sistema de restrições tem por finalidade, apresentar um filtro que anexa os critérios para se estabelecer, no interior de uma formação discursiva determinada, o que pode ou não ser enunciado. Esse sistema de restrições deve ser visto como um modelo de competência interdiscursiva, visto que um sujeito discursivo, selecionando o que é possível enunciar do interior de uma formação discursiva, percebe também enunciados que se opõem ao sistema de restrições da formação discursiva, sendo enunciados pertencentes a formação discursiva antagonista. Ou seja, a competência interdiscursiva conjectura a validação de sujeitos ao reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados de diferentes formações discursivas que formam seu Outro.

Esta ideia, de considerar que os discursos adquirem um sistema de restrições, permite à AD “[...] ler a heterogeneidade lá onde se percebia um imenso campo em que se embaralhavam em todos os sentidos o mesmo e o outro.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 58). A interdiscursividade surge a partir da exploração das possíveis variáveis de um núcleo semântico de cada formação discursiva. Esse núcleo semântico, sobre a perspectiva de eixos semânticos primitivos, afirma que, em todos os planos discursivos, existirá, no mínimo, um caminho que permite remontar a esses primitivos.

É por meio desse sistema de restrições que se estruturam as relações de um discurso com os outros discursos dentro de um espaço discursivo. Maingueneau (2008) entende essa interação, entre os múltiplos discursos de um mesmo espaço discursivo, como um processo de interincompreensão regrada, ou seja, “cada um conduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sob a forma do ‘simulacro’ que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

Desse modo, percebe-se que não há um discurso propriamente dito, mas traduções de discursos que se constroem a partir das interações que se estabelecem em uma sociedade. O discurso não se relaciona com o Outro enquanto tal, mas com simulacro que dele constrói, afinal, não há dissociação entre o fato de enunciar, dentro das regras de sua própria formação discursiva e de não entender o significado dos enunciados do Outro. Há uma rede de relações

que está constantemente aberta, pois não se pode afirmar que há um discurso absoluto, que em um espaço, regularia todas as traduções de um tipo de discurso. A relação com o Outro se atribui à relação que um discurso estabelece consigo mesmo, pois, para construir sua identidade, faz-se necessário relegar o Outro ao interdito, ao espaço do não-dizível.

Na perspectiva de Maingueneau (2008), a materialização do discurso, estabelecida a partir das relações com as situações que perpassam o social e o momento, é definida como uma prática discursiva capaz de incorporar formações discursivas e uma comunidade discursiva. Além disso, o autor afirma que essa prática discursiva também deve ser considerada como uma “prática intersemiótica”, que forma as unidades de um conjunto de enunciados, mas também as produções que demonstram outros domínios semióticos, como por exemplo, o pictórico.

Sendo assim, a noção de prática discursiva como prática intersemiótica sugere que as manifestações simbólicas, as quais a sociedade está sujeita, são condicionadas a uma mesma condição de produção, que são histórico ideológicas. Dessa maneira, há possibilidade de se estabelecer coesão entre os domínios linguísticos e os constituídos em outras semioses.

2.4 Pressupostos e subentendidos- nem tudo que se diz, de fato é

Diante de um texto escrito e da língua falada, palavras e enunciados não possuem um significado fechado, há possibilidade de diversas interpretações que vão além da sequência de marcas presentes na superfície do texto, ou seja, há informações para além do que está explícito. Durante o caminho percorrido neste trabalho, em alguns momentos, será possível notar que a obra *Reinações de Narizinho* (2019) apresenta passagens impregnadas por ditos e não ditos, por enunciados que, dentro de uma corrente de significados e sentidos, apresentam mais informação do que meramente está estampado na superficialidade do texto. Sendo assim, se torna indispensável enxergar este trabalho com olhos atentos, com uma leitura calma e detalhada, pois a narrativa de Lobato apresenta, em seus meandros, perspectivas que envolvem a história (narrativa fantasiosa) por trás da NOSSA história (narrativa do povo brasileiro). Sem contar que, na literatura, é possível encontrar implícitos tanto na narrativa dos personagens, quanto na comunicação que se forma entre a obra e seu destinatário.

Para tal, entender e aplicar os conceitos de pressuposto e subentendido tornará esta pesquisa mais esclarecedora e completa, pois, ao ler uma narrativa, seja ela qual for, o interlocutor precisará mergulhar nas profundidades do texto e para além do que ele enuncia.

Para tanto, este capítulo tem como objetivo, apresentar perspectivas de como entender o que está implícito nos enunciados e compreender teoricamente e de maneira prática, o que se intitula por pressuposto e subentendido. Sendo assim, essa seção terá como introdução o exemplo que segue abaixo.

O enunciado “está frio” pode significar apenas que a temperatura caiu, que de fato, está fazendo frio, contudo, em outros cenários, essa afirmação pode apresentar outros significados, como: “desligue o ar-condicionado”, “feche a porta”, “me dê uma blusa de frio?”, “por que está me tratando com rispidez?”. Assim, percebe-se que os enunciados têm conteúdos implícitos, que extrapolam o dito e que não se fecham somente ao sentido literal das expressões.

Portanto, ao examinar um texto, torna-se necessário compreender os sentidos variáveis de uma língua, desvendar as mensagens implícitas e compreender o porquê de certos “não ditos” permanecerem nas estrelinhas do discurso. Segundo Ilari (2001, p. 92),

Importantíssimos para a interpretação final da mensagem, esses implícitos só podem ser descobertos por um trabalho de conjectura feito a partir de uma avaliação global da situação comunicativa, em que o ouvinte procura recuperar as intenções do falante. Mensagens que comportam esse tipo de implícito são sempre interpretadas como ‘indiretas’ e obrigam, tipicamente, o ouvinte a perguntar: ‘O que foi que ele quis me dizer com isso?’, ‘Aonde ele quis chegar?’ etc.

Sendo assim, para alcançar uma leitura eficaz, o leitor precisa observar atentamente os sentidos explícitos do texto, pois, se não for atento, não alcançará significados primordiais. Caso o leitor não esteja atento aos enunciados e aos seus pressupostos, ele poderá ter uma leitura errônea sobre determinado enunciado e provocar mal-entendidos durante sua atividade interpretativa. A fim de exemplificar o funcionamento dos implícitos, a frase: “O dia continua ensolarado”, comunica explicitamente que o tempo é de sol no momento da fala e que a temperatura está elevada, mas, ao mesmo tempo, o verbo “continuar” demonstra que isso não é uma novidade, pois havia sol antes também. Além desse exemplo simples, será possível encontrar enunciados mais complexos, principalmente na esfera política e jornalística, que podem acarretar consequências negativas se não forem analisadas de acordo com todo o contexto que envolve e embasa o texto, seja ele falado ou escrito. Em contrapartida, muitas vezes, os conteúdos implícitos serão usados intencionalmente e propositalmente como estratégia para incutir e reforçar certas ideias na cabeça do leitor.

Geralmente, as formas implícitas são utilizadas em circunstâncias nas quais não convém dizer tudo claramente, quando precisa-se dizer, mas ao mesmo tempo, agir como se não tivesse dito, distanciando de si o peso de algum comentário. Muitas vezes, um diálogo ou uma

narrativa, torna-se mais leve ou menos conflituoso se encontrar formas de dizer que não apresentem o conteúdo dito à contestação, permitindo que alguns posicionamentos fiquem no campo da dedução.

É importante se atentar ao fato de que os sentidos dos enunciados subordinam-se ao contexto no qual esses enunciados foram produzidos, mas também estão relacionados com a intenção de produção. Muitas vezes, o entendimento sobre os implícitos dependerá do contexto socio situacional, do conhecimento recíproco entre os interlocutores, de seus saberes e suas relações. De acordo com os estudos de Charaudeau e Maingueneau (2004), a literatura semântica e pragmática expõe, por exemplo, diversos conteúdos implícitos, como, ironia, inferências, implicações e implicaturas, alusões e insinuações.

No enunciado, algumas mensagens implícitas possuem um suporte lexical ou morfossintático que as marcam. Mas, em outros casos, sendo na maioria das vezes, as mensagens não são marcadas por esses suportes ou são menos marcadas. Nesses casos em que os conteúdos implícitos não apresentam marcas explícitas, faz-se necessário que o leitor se afine a princípios textuais, como saberes enciclopédicos. Assim, “O trabalho interpretativo consiste, pois, em combinar as informações extraídas do enunciado com certos dados contextuais, [...], para construir uma representação semântico-pragmática coerente e verossímil do enunciado” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 271).

Para explicar e detalhar os mecanismos dos implícitos, Cabral (2011) aponta que há duas categorias importantes a serem vistas, os discursivos e os não discursivos. Os discursivos, para se constituírem, dependem de um contexto de enunciação e do entendimento do interlocutor, e são formados pelos subentendidos. Já os mecanismos não discursivos são representados pelos elementos que estão no enunciado, e são constituídos pelos pressupostos. Dessa forma, o subentendido não consta no enunciado, pois ele depende da interpretação do interlocutor sob o enunciado, pois muitas vezes algo é dito, mas com a intenção de que seja entendido algo completamente diferente. Ao contrário, o pressuposto não está ligado apenas ao que o interlocutor pensa, uma vez que ele está inscrito na língua, no que as frases, dentro do enunciado, significam. Assim, sempre quando tiver um pressuposto, entende-se que há um conteúdo posto e outro pressuposto. Cabral (2011, p. 63) esclarece:

- enunciado: Paulo parou de fumar;
- posto: Paulo não fuma;
- pressuposto: Paulo fumava antes;
- subentendido: a afirmação pode atuar como uma advertência a um interlocutor que

fuma muito e tem Paulo como um exemplo a seguir.

A autora usa esse exemplo para mostrar que a expressão verbal “parar de” juntamente com o verbo “fumar”, apresenta uma negação em relação a Paulo fumar e pressupõe que, anteriormente ao momento da enunciação, ele fumava. Também, cogitando a ideia de que se fale isso para uma pessoa que fuma há muito tempo, ele pode entender a mensagem como uma indireta de que ele também deveria parar de fumar. Essa advertência pode ou não ser percebida pelo interlocutor, pois é deixada apenas no subentendido. Maingueneau (1996) diz que os leitores são capazes de entender grande parte dos subentendidos, pois estão apoiados na situação de enunciação. Contudo, os pressupostos estão arraigados na estrutura do enunciado, independente de qual seja o contexto. Para exemplificar:

- A: estou procurando alguém para fazer minhas unhas;
- B: minha cunhada está em casa;
- A: mas ela está sempre tão ocupada!

Analisando a fala de B, presumisse que “B tem uma cunhada”. Esta informação está implícita inscrita na própria fala. Também, pode-se observar que na fala de B é possível extrair outro conteúdo implícito, pois B sugere a A a possibilidade de sua cunhada fazer suas unhas. A entende o que B quer dizer, mas não porque está escrito ou foi falado de maneira literal, mas ele compreendeu por uma espécie de raciocínio, o subentendido. Analisando a situação de A, percebe-se que ele entendeu que B disse que sua cunhada estava em casa, ele presume que a resposta de B tem a ver com o que ele afirmou. A princípio, sendo assim, A entende que B quis dizer que sua cunhada conseguiria fazer suas unhas.

Pode-se entender então que a existência do subentendido é incerta, enquanto a do pressuposto é sempre regular (MAINGUENEAU, 1996). Desse modo, inferir é uma prática muito mais complexa, pois perto dos pressupostos, há trechos mais instáveis, os subentendidos, que apontam tanto os sentidos mais pontuais quanto os mais duvidosos. A respeito dos subentendidos, durante a troca linguística, nunca se sabe se o enunciado deve ser entendido em seu sentido real ou se há ironia na enunciação (MAINGUENEAU, 2001, p. 22).

Pensando que os pressupostos estão inferidos no próprio enunciado, pode-se traçar uma distinção entre os níveis de conteúdo de um enunciado, em primeiro plano ao que se refere ao enunciado (o posto) e em um segundo nível, mais baixo, sobre o qual se apoia o posto (o pressuposto) (MAINGUENEAU, 1996). Atestando o que Maingueneau diz, Fiorin (2014) afirma que “o conteúdo explícito será denominado ‘posto’, enquanto o conteúdo implícito

desencadeado pela formulação do enunciado, independentemente da situação de enunciação, será cognominado ‘pressuposto’” (MAINGUENEAU, 1996, p. 23). O pressuposto, em termos de textualidade, executa o papel fundamental na construção da coerência textual, pois, para avançar, um texto fundamenta-se em informações que transforma, logo após, em pressuposto. Sem essa informação, haveria apenas uma sequência de enunciados sem encadeamento. Por esse motivo, os pressupostos são concebidos anteriormente ao enunciado (MAINGUENEAU, 1996).

Para Maingueneau (1996), há dois tipos de pressuposto, os locais que consistem em uma inclusão, como por exemplo: “chegou quando?” pressupõe que “em um determinado momento, alguém chegou”. Eles necessitam de uma interrogativa parcial (Quem? Onde? Quando?). E os globais que se fundamentam em algo que já aconteceu, como em: “Júlia não está mais em casa”, pressupõe que Júlia estivesse em casa anteriormente. Eles intervêm por meio de uma negação ou por uma interrogação total. Em relação aos conteúdos implícitos, Maingueneau (1996, p. 105) afirma:

Pressupostos e subentendidos permitem que os locutores digam sem dizer, adiantem um conteúdo sem assumir completamente sua responsabilidade. No caso do pressuposto, existe um recuamento desse conteúdo; no do subentendido, trata-se antes de uma espécie de adivinhação colocada ao co-enunciador. Ele deve derivar de proposições baseando-se nos princípios gerais que regem a utilização da linguagem. Esses subentendidos não são, portanto, passíveis de predição fora de contexto; de acordo com os contextos, a mesma frase poderá liberar subentendidos totalmente diferentes.

Os pressupostos semânticos podem ser facilmente encontrados, principalmente, quando se conhece os apoios linguísticos que subjazem os enunciados. Os verbos factivos, que pressupõem a verdade e os verbos contrafactivos, que designam correspondências mentirosas, são facilmente encontrados em estruturas nas quais analisamos como pressupostas. Além disso, ainda há grande presença de verbos subjetivos que indicam um julgamento de valor sobre o que se diz, como o verbo “confessar”, como os marcadores aspectuais, que também podem ser verbos, que pressupõem uma situação que estava andamento. Também há as nominalizações como em: “o susto de Júlia”, que pressupõe que “Júlia está assustada”. Bem como as descrições definidas que pressupõe o surgimento de um referente correspondente, os epítetos não-restritivos, as interrogativas parciais, as construções clivadas e as relativas apositivas. Sendo assim, por meio desses indicativos que estão nos enunciados e que marcam as pressuposições, o co-enunciador tem acesso a informações que anteriormente era desprovido. Em suma, os

pressupostos podem ser encontrados inicialmente em dois níveis, o da frase, distante de um contexto, e o do enunciado em contexto, que se afina na tematização.

Em se tratando dos subentendidos, é possível pensar que eles são ativados por uma espécie de adivinhação inserida ao co-enunciador. Para que se tenha uma sentença subentendida, o contexto torna-se essencial, pois, é de acordo com ele, que uma mesma frase poderá apresentar diferentes interpretações. Os subentendidos não estão marcados linguisticamente, mas se escoram em informações que podem ser recuperadas a partir da análise da enunciação de um texto.

Sendo assim, há distinção entre os pressupostos que, fornecem informações consideradas indiscutíveis, que não podem ser negadas por servirem de base para uma futura argumentação, e entre os subentendidos que podem não ser aceitos ou reconhecidos pelos ouvintes, por causa de seu raciocínio indireto. Ducrot (1987) não apresenta os pressupostos e subentendido com a finalidade de opor um contra o outro, mas como noções que não estão situadas no mesmo nível. Para o autor, “a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (p. 41). O locutor apresenta sua fala como um enigma para o destinatário resolver.

Tendo em vista que o que pretende-se analisar aqui não são enunciados soltos, sem uma conexão e sem um mapeamento, a perspectiva cartográfica tanto da narrativa de Lobato, quanto das notas de rodapé de Lajolo se efetiva por meio dos pressupostos e dos subentendidos, pois o leitor emoldura sua narratividade respaldado nas condições de produção oferecidas e concedida por essa prática discursiva.

3 LETRAMENTO LITERÁRIO- É QUESTÃO DE RAÇA OU NÃO É?

A obra *Reinações de Narizinho* chama a atenção de um público infantil que deseja mergulhar na fantasia e nas aventuras que os personagens apresentam, desperta a curiosidade dos adultos que desejam trabalhar com a narrativa, mediar a história para seus filhos e usar como ferramenta de ensino nas escolas. Tem-se esse vasto público justamente porque a obra foi escrita para crianças e jovens, mas também intriga os adultos por apresentar temas de cunho social e político tão presentes no cotidiano. Além disso, a literatura de Lobato está cercada por passagens que geram comoção na sociedade e levanta questionamentos ao que se refere à temática de cunho racista.

Como já dito, em outro capítulo, Lobato escreveu suas obras em uma época em que ainda havia muitos resquícios da escravidão, em que a pessoa negra era marginalizada, desrespeitada e subalterna às pessoas de pele branca. O autor, homem de pele clara, deixa explícito, em suas passagens, como ele enxergava a sociedade negra, e até mesmo como via e interpretava o papel social das mulheres. Isso se justifica nas passagens em que tia Nastácia, empregada da família, é apresentada por apelidos pejorativos como “negra de estimação” (LOBATO, 2019, p. 9) e “negra beçuda” (LOBATO, 2019, p. 51), como quem se refere a um animal doméstico. Além disso, quando mais se pensa nessa alcunha utilizada, outro entendimento é ativado, a ideia colonialista de que os povos africanos escravizados que chegaram ao Brasil eram selvagens. Outra interpretação que é possível tecer é a depreciação que se tem em torno da aparência das pessoas negras, já que os lábios são uma característica física bastante marcante do fenótipo.

Por esses e outros motivos, as obras de Lobato vêm sendo centro de discussões antirracistas no Brasil, principalmente porque em 2010 iniciou-se uma celeuma judicial contra a utilização da literatura de Lobato nas escolas. Há muito que se questiona quando, em uma sala de aula, alguém lê passagens que depreciem a imagem do negro, pois isso reforça estereótipos relacionados a um determinado grupo e até mesmo corrobora e naturaliza esse tipo de descriminalização entre os alunos. Apresentar as histórias de Lobato ao público infantil pode parecer precoce e irresponsável, visto que as crianças não possuem uma bagagem cultural nem amadurecimento para tratar de tais assuntos. Contudo, mesmo que não pareçam estar preparadas para esse tipo de assunto, esse mesmo público infantil vive exposto a uma sociedade violenta e preconceituosa. As crianças negras, assim como os adultos, são fortemente afetadas pelos olhares e gestos ofensivos.

Pensando assim, a literatura pode ser utilizada como uma proposta didático-pedagógica que possibilite a reconstrução de identidades raciais por meio de obras infantis que apresentam a cultura dessas etnias, que muitas vezes são censuradas pela escola e pela sociedade como um todo. Dessa forma, traça-se um dos caminhos rizomáticos que leva à valorização da diversidade étnico-racial no âmbito escolar. Nesse cenário, não só as crianças terão contato com as narrativas de Lobato, como também professores que ora articularão o papel de mediadores da leitura, ora não. Os responsáveis desses alunos também estarão envolvidos nesse processo seja ativamente na escola ou em casa. Então, torna-se válido que se fale de Reinações, que as crianças tenham contato com a obra, mas que essa leitura seja sempre direcionada, contextualizada e criticada. As obras de Lobato podem ser trabalhadas com a ideia de inserir, no meio infantil, questionamentos do que seria certo ou errado e levar as crianças a refletirem.

A edição de luxo de Reinações de Narizinho, organizada por Lajolo (2019), mantém a autoria em sua íntegra e adiciona um tipo de nota explicativa, as notas de rodapé. Esse suporte pode auxiliar crianças já alfabetizadas que tomam a leitura para si, mas também auxiliam professores e responsáveis, que não sabem dialogar sobre o assunto de combate ao preconceito, a apresentarem o assunto aos pequenos que ainda não leem. Vale salientar que, levar as obras de Lobato para sala de aula, não quer dizer que o educador é conivente com essa visão de mundo proposta na obra, mas que ele assume o compromisso com a democratização da leitura literária. É importante que o leitor estabeleça um diálogo com o texto literário, esse processo se torna formativo, “por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (CANDIDO, 2011, p. 177). Sendo assim, o processo de educação não se dá pelos modelos morais estabelecidos na leitura, mas em seu potencial de diversas interpretações e usos.

A fim de dialogar sobre a temática do racismo e do preconceito, faz-se necessário entender o conceito de raça, a fim de compreender a ideia que circula no imaginário sociodiscursivo de que essa categoria produz uma prática discursiva racista, sendo assim, segundo Schucman (2010, p. 47), o conceito de raça “não se trata de um dado biológico, mas de ‘construtos sociais’, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”.

Para o filósofo Achille Mbembe (2018), a ração não é somente o que se demonstra através de processos econômicos, políticos, sociais, psíquicos, é tão somente, gênese das relações coloniais, bélicas e comunitárias:

Enfim, a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispensada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque originariamente é e será sempre aquilo em cujo nome se operam cesuras no seio da sociedade, se estabelecem relações de tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas cuja vida e presença são considere-radas sintomas de uma condição-limite e cujo pertencimento é contestado porque elas provêm, nas classificações vigentes, do excedente (MBEMBE, 2018, p. 73).

A literatura não recebe a função de entreter ou de funcionar como mecanismo para formação de leitores proficientes que dominem o código escrito e seus usos, mas corrobora para formação de cidadãos críticos e reflexivos sobre o papel que exercem enquanto sociedade democrática. “A leitura literária conduz a indagações sobre o que somos e o que queremos viver, de tal forma que o diálogo com a literatura traz sempre a possibilidade de avaliação dos valores postos em uma sociedade” (COSSON, 2012b, p. 50). Contudo, só se alcançará, com a literatura, práticas de ensino-aprendizagem em suas diversas materializações e apropriações de diferentes situações sócio-histórico-culturais se a literatura tiver o propósito de transformar o real pelo imaginário, e não somente com a mera circulação dos textos literários. Por esse motivo, os múltiplos agentes (o escritor, o ilustrador, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o pai, a mãe, a avó, o jornalista, o professor-mediador entre outros) levarão o aluno-leitor a uma leitura crítica, em que os limites do texto sejam extrapolados para compreender melhor o mundo.

O que pretende-se aqui, nesta pesquisa, não é apagar as marcas do racismo presentes nos livros de Lobato ao levá-los para sala de aula, nem tão pouco relativizar esse assunto ou de proteger ou esconder o autor do debate que surge em torno a essa temática de uma terminada raça. Em um país, como o Brasil, dialogar acerca deste assunto é também refletir sobre uma educação antirracista, que se configura através da noção de valores, crenças e comportamentos que se reverbera por uma leitura crítica dos dispositivos culturais que constituem o sujeito enquanto nação. Falar sobre o assunto é preparar a sociedade para discutir, dialogar, defender e questionar discursos/ações que vão contra a democracia e que denunciam posturas de intolerância.

Em se falando de um público infantil, a princípio, torna-se necessário entender como se dá o processo de letramento literário e, para isso, o professor Rildo Cosson (2012) disserta acerca dos aspectos teóricos metodológicos que abrangem esse processo, para ele “o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola” (COSSON, 2012, p. 23). Sendo assim, através das obras infantis que retratam a cultura étnica de um povo, a literatura pode ser vista como uma proposta didático- pedagógica que favoreça a reconstrução de

identidades raciais. Ainda, Cosson (2012, p. 106) afirma que o principal objetivo do letramento literário nas escolas é formar “um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive”. Dessa forma, o letramento étnico- racial pode contribuir para transformar estereótipos que evidenciam o racismo, em uma prática pedagógica que leve a reflexão e a criticidade diante de comportamentos preconceituosos e de depreciação da pessoa negra.

Sendo a escola uma das principais agências de letramento, Rojo (2009, p. 52) aponta que se deve “estabelecer a relação, a permeabilidade entre as culturas e letramentos locais/globais dos alunos e a cultura valorizada que nela circula ou pode vir a circular”. A escola deve abordar textos de múltiplas culturas e mídias para que suas intenções, finalidades e ideologias sejam alcançadas. A intervenção na perspectiva do letramento racial e da educação antirracista revela aprendizados e problematizações acerca do discurso hegemônico crítico e reflexivo sobre um racismo que está estruturado na sociedade.

Em se tratando do Letramento Racial, Skerrett (2011, p. 314) aponta que esse tipo de Letramento “tem uma compreensão poderosa e complexa da forma como raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos”. Já Guinier (2004, p. 114) afirma que “Letramento Racial [...] obriga-nos a repensar raça como um instrumento de controle social, geográfico e econômico de ambos brancos e negros”.

O conceito de raça origina-se dos estudos advindos da biologia, dos processos de classificação dos seres vivos, mas também pode ser utilizado para denominar instrumentos de categorização de pessoas e abrir possibilidade para, a partir de seu conceito biológico, criar-se o racismo. Mesmo que esse tipo de conceito tenha sido negado pela própria biologia, há em seu rastro, reflexos e consequências sociológicas dessa construção de raça. Logo, biologicamente, sabe-se que não há distinção racial, mas no âmbito das relações sociais dos indivíduos, essa diferenciação fica evidente. Sendo assim, no que tange em relação ao campo educacional, torna-se importante pensar nas manifestações e nos imaginários que integram o racismo.

Na luta para tentar vencer a discriminação, em 2003 foi aprovada a lei 10.639 (BRASIL, 2003), que obrigava instituições de ensino em todos os níveis a abordarem o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Tal lei alterou a de 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e nessa mesma perspectiva surgiu a lei 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008), que obrigava o ensino da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” nas instituições. Vale destacar que essa obrigatoriedade se refere a todos os níveis, portanto, refere-se à educação básica ao ensino superior. Sendo assim, até as crianças devem ter conhecimento e tecer diálogos sobre a cultura afro-brasileira e indígena.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. [...]. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (BRASIL, 2004, p. 8)

A lei 10.639/03 refere-se também à formação de professores, pois muitos não sabem articular o assunto em sala de aula e acabam não praticando, de modo adequado, atividades e discursos sobre essa temática. O que se propõe não é que o professor desempenhe o papel de apresentar, o tema em questão, com deslocamento de um ensino com eixo eurocêntrico para um eixo afro centrado, mas que se apresentem as experiências das pessoas, suas cosmologias para que os estudantes, de fato, se interessem pelo assunto e se sintam parte de uma sociedade que anseia por respeito à diversidade e por igualdade de direitos. Sendo assim, a literatura poderia ser utilizada para conduzir um letramento antirracista.

4 O PROCESSO DE LEITURA COMO INTERAÇÃO

Ao pensar sobre leitura, Paulo Freire (1989), em seu livro *A importância do ato de ler*, faz uma análise sobre a leitura da palavra e a leitura do mundo. Para ele, é importante ler o mundo antes mesmo de saber ler a palavra. Assim, a primeira leitura se dá por meio das experiências de cada indivíduo e por meio do contexto em que esse indivíduo é inserido. Essa leitura é essencial para que as pessoas compreendam o ato de ler, interpretar, escrever e reescrever a palavra. Portanto, nessa perspectiva, a leitura como interação acontece de duas formas. Primeiro, pela relação entre leitura do mundo e leitura da palavra, que precisam estar atreladas para que o aluno/leitor veja significado nesse processo. Depois, pelo contrato de leitura, pois quem lê precisa ler a palavra, e essa leitura precisa estar unida a um contexto, precisa ter uma relação entre leitor e autor. Pensar nisso é pensar na leitura de mundo, pois tanto o autor quanto o leitor são formados por lugares sociais e memórias que lhes imprimem uma identidade. A experiência abaixo, narrada por Freire (1989, p. 11), esclarece:

Por isso é que, ao chegar à escolinha particular de Eunice Vasconcellos, [...] já estava alfabetizado. Eunice continuou e aprofundou o trabalho de meus pais. Com ela, a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com a “leitura” do mundo. Com ela, a leitura da palavra foi a leitura da “palavramundo”.

É evidente, portanto, que o ato de ler permeia as experiências, as vivências e os fatores culturais, para que o que se quer escrever seja compreendido.

Quando se fala em leitura, faz-se necessário pensar na finalidade ou no sentido do que é ler. Para tanto, pensar na concepção de sujeito, de língua, de texto e de sentido se torna necessário, uma vez que todos esses elementos estão envolvidos no processo de construção de um texto. O ato de ler não é uma decodificação de itens linguísticos entre emissor e receptor, há muitos fatores relevantes que ratificam a ideia de que o texto é uma manifestação, totalmente interativa, de produção de sentido.

Leitura não é esse ato solitário; é interação verbal entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros; o autor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e os outros. (SOARES, 2000, p. 18)

Para essa interação, segundo Koch e Elias (2006), o texto se torna o elo entre o autor e o leitor, pois, por meio do que é escrito pelo autor, o leitor consegue detectar implícitos que estão envolvidos em seu contexto sociocognitivo.

Jouve (2002) assevera que, em uma comunicação oral, o emissor e o interlocutor desempenham papéis na interlocução direta, vivenciando o mesmo esquema espacial e temporal de referenciação, também questionam e debatem eventuais subentendidos. Contudo, no texto literário, há uma diferença na dinâmica espaço-tempo, pois o leitor assume o texto longe de sua situação origem. O autor e o leitor não partilham do mesmo espaço de referenciação, por esse motivo, através da estrutura do texto e no jogo das relações internas é que o leitor do texto literário construirá, diante da obra, o contexto necessário para sua produção de sentido.

O sujeito, com base em seus conhecimentos, dá uma nova interpretação ao que está sendo lido, portanto, é imprescindível pensar que um mesmo texto se torna diferente quando lido por pessoas distintas ou pela mesma pessoa, quando instruída ou quando envolvida em um outro contexto social. O autor é o mesmo, os símbolos são os mesmos, mas a realidade e os objetivos de leitura são particulares a cada um. Isso o faz único, passivo a diferentes interpretações, plural. Sendo assim, o texto permite várias leituras, mas não qualquer leitura. Esse processo se torna interacional a partir do momento em que se tem o autor, o texto e o leitor juntos. Sem esses três pólos unidos, a leitura não poderia ser entendida como uma ferramenta de interação. Para Feres (2016), o ato de ler deve ser visto em

[...] uma perspectiva interativa, que considera a participação do sujeito-leitor na construção de sentido textual a partir de suas experiências e seus conhecimentos, do reconhecimento do outro e das circunstâncias em que se dão as trocas comunicativas engendradas pela leitura, em conformidade com o material formal que se apresenta (FERES, 2016, p. 31).

Pensando que os fatores de compreensão não derivam somente desses sujeitos, o próprio texto tem condições relevantes para o processo de entendimento, como os aspectos materiais, fatores linguísticos e de conteúdo que, se não estiverem bem estabelecidos e direcionados, comprometem a percepção leitora. Além desses fatores, vale ressaltar que o contexto, não só o do leitor, mas da escrita do texto, também se torna relevante para o processo de compreensão dele, visto que há um contexto de escrita e um de uso. Portanto, pensar no momento em que algo foi escrito e no momento em que será lido, se forem diferentes, é ter a consciência de que muitos fatores, ao longo do tempo, sofreram mudanças e que, no momento lido, terá outro significado. Orlandi (2005) esclarece que compreender é refletir *sobre*, pois existem várias perspectivas de se ler e diversas posições do sujeito-leitor. Logo, esse contexto deve ser analisado e estudado pelo leitor para que ele saiba interpretar, levando em consideração o momento histórico, corretamente, o que o escritor quis transmitir na época e como ecoa até os dias atuais. “...a compreensão não requer que os conhecimentos do texto e os do leitor

coincidam, mas que possam interagir dinamicamente” (ALLIENDE; CONDEMARIN, 2002, p. 126-7apud KOCH E ELIAS, 2012, p. 37).

Vicent Jouve, em sua obra intitulada *A leitura* (2002), a considera como “uma atividade complexa, plural, que se desenvolve em várias direções” (ibid. p.17). Por ser uma prática perceptível por diferentes ângulos, Jouve apresenta a leitura como um processo em cinco dimensões, como descritos a seguir.

- Processos neurofisiológicos – diz respeito às atividades de percepção, identificação e de memorização dos signos mediada pelo aparelho visual e diferentes funções cerebrais;
- Processos cognitivos – depois de perceber e decifrar os signos, esse processo diz respeito justamente à conversão desses signos em elementos de significação, o que supõe importante esforço de abstração;
- Processos afetivos – diz respeito às emoções que emergem no ato da leitura criando padrões de identificação, componente essencial da leitura em geral;
- Processos argumentativos – trata-se do posicionamento do leitor em assumir para si próprio a argumentação desenvolvida;
- Processos simbólicos – corresponde à interação, no processo de leitura, com contexto cultural onde cada leitor evolui, acessando dimensões simbólicas e agindo nos modelos do imaginário coletivo. (JOUVE, 2002, p. 17-22)

Em se tratando dessas cinco dimensões, Feres (2010) demonstra a necessidade de se aderir mais uma competência, essa necessidade surge da percepção de que processos afetivos e simbólicos também perpassam pela leitura. A autora denomina essa nova dimensão, frutiva, como sendo um:

[...] Conjunto de práticas que o leitor deve dominar não só para perceber as sensações provocadas pelas estratégias analógicas articuladas na tessitura textual, como também para criar um “estado de aceitação favorável” a fim de deixar-se afetar interiormente pelo texto. (FERES, 2010, p. 127)

A autora pensa nessa nova competência, justamente por levar em conta, os afetos e as emoções que se afloram no leitor no momento em que lê. Ela aponta que essas emoções sentidas pelo sujeito diante das situações de leitura são semelhantes com as que ele vivencia, e essa singularidade é capaz de provocar maior aceitação ao texto. Sendo assim, a leitura passa a ser entendida como um processo pessoal e subjetivo, capaz de proporcionar múltiplos textos para um único leitor ou para outros leitores.

Ainda, segundo Jouve (2002, p. 63), em relação ao texto narrativo, ao participar do texto, o leitor desenvolve a função de completá-lo. Assim, graças à verossimilhança, o leitor dá sequência à narrativa com o que ele imagina ser verdadeiro. Ele se atenta à sequência das ações para dar sentido temporal aos fatos ocorridos. O leitor procede à adivinhação espontânea do

que ainda vai acontecer pelo desenrolar do enredo, ou seja, ele cria uma lógica simbólica dos acontecimentos. E dá-se o entendimento geral da obra, que levará não somente aos acontecimentos explícitos que constituem o sentido global, como também aos implícitos, que dependerão do leitor para serem decifrados.

Ao falar de leitura como processo de interação e dos componentes que a fazem ter esse perfil, torna-se importante discorrer acerca do gênero que envolve cada obra, pois, de acordo com as circunstâncias, vai determinar o estilo do texto, sua estrutura e seu universo temático.

Como será analisado neste trabalho, o leitor precisará ter conhecimentos prévios ativados, para poder acompanhar as mudanças históricas, culturais e sociais marcadas nas falas das personagens, elementos verbais e imagéticos que estão ligados ao nível discursivo. Como aponta Bakhtin (2003, p. 289), “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva”, assim, as relações e inter-relações discursivas são fundamentalmente necessárias para a compreensão textual. Por conseguinte, será necessário assumir uma postura de leitura crítica exigida pelas circunstâncias comunicativas (a identidade dos protagonistas, a finalidade ou os fins discursivos, o tema e as circunstâncias materiais).

O ato de ler pressupõe informações explícitas, pois está inteiramente ligado à construção de sentido, às relações que se tem com o texto e com os saberes partilhados. Feres afirma que o ato de ler

[...] pode ser definido como um processo interativo de construção de sentido, baseado na criação de expectativas concernentes aos saberes partilhados pelos integrantes de uma troca comunicativa estabelecida por meio de um texto. O sentido é construído nas relações entre texto e contexto, entre produtor e leitor e, enfim, entre o que está explícito no texto e o que é evocado (FERES, 2016, p. 31).

Ler é essencial a todos, pois a leitura se transforma em lazer, em prazer e em aprender e é, sobretudo, uma ferramenta de enriquecimento cultural e social. A sociedade é construída por leituras. Dessa forma, fica claro que ler não é apenas decodificar códigos, e sim interpretar a palavra e o mundo.

Contudo, para se ler, torna-se imprescindível um leitor, e sua função não é de meramente decodificar as palavras, ou lê-las ao vazio, mas significá-las.

4.1 Não um, mas vários tipos de leitores

Diferente do que o modelo tradicional da comunicação linguística apresenta, o leitor não é apenas aquele que ouve ou lê um texto, ele não ocupa o papel de receber ou de ingerir palavras e enunciados promovidos por quem fala/escreve. A ideia de que o leitor desempenha uma atividade passiva, meramente reprodutiva e de que o autor obtém o poder de exercer sua atividade ativa, ou seja, produtiva, está longe de ser considerada como certa ou como visão condutora do que se propõe apresentar neste trabalho. O leitor põe em movimento o ato de narrar, pois o narrador não desempenha o papel de substituto de um sujeito falante (MANGUENEAU, 1996). Assim, faz-se necessário pensar nas funções que o destinatário desempenha ao produzir ou interpretar enunciados.

O leitor não exerce a função de desvendar somente o que está no campo do que é linguístico, mas também dos signos não linguísticos que se apresentam diante das trocas languageiras que os indivíduos estabelecem. Ler um texto literário ou de qualquer outro gênero, exigirá que o leitor participe do processo de leitura, identifique personagens, perceba os subentendidos, reconstrua ideias e termos que já foram citados, construa redes rizomáticas e decifre o sentido e o contexto que envolve as palavras, que formam as enunciações, e que transformam a leitura em uma co-enunciação.

[...] a leitura constrói caminhos sempre inéditos a partir de uma disposição de índices lacunares; não permite ter acesso a uma voz primordial, mas apenas a uma instância de enunciação que é uma modalidade de funcionamento do texto (MANGUENEAU, 1996, p. 33).

A leitura se ramifica e alcança distintas funções e entendimentos, isso porque o texto lido pode ser o mesmo, mas sempre haverá mais de um leitor, e havendo mais, outras interpretações e entendimentos surgirão. A dissemetria entre as posições de enunciação e de recepção ocupa um espaço importantíssimo em se tratando do discurso literário e, por esse motivo, é importante entender que há mais de um tipo de leitor, e que o leitor de uma obra literária não exercerá o papel de receber o texto, mas de tecer pontos de vista diferentes no que concerne à posição de leitura. Além disso, a escrita se torna melindrosa porque o locutor e o receptor não articulam a mesma situação de enunciação, até porque não partilham de um mesmo público ou espaço (MANGUENEAU, 1996).

Assim, por diferentes primas, Mangueneau (1996) apresenta diferentes tipos de leitores,

de acordo com sua posição de leitura. Em primeira instância, o autor apresenta o leitor invocado, que seria aquele a quem o texto literário direciona referências explícitas, com quem o narrador dialoga enquanto expõe os fatos narrados. Geralmente, esse leitor se apresenta, na enunciação, por meio dos vocativos. Também há o leitor instituído que é a premissa do própria enunciação do texto, que pertence a determinado gênero ou a outro, e que se apoia em registros do próprio texto, mas também de outros. Esse leitor vai se contruindo por meio das singularidades contruídas anteriormente ou durante a própria leitura. O autor aponta que, “pelo vocabulário empregado, pelas relações interdiscursivas [...], a inscrição neste ou naquele código de linguagem [...], um texto vai supor categorizações muito variadas do seu leitor” (MAINGUENEAU, 1996, p.35).

O autor ainda apresenta o que ele intitula de público genérico, que seria o público previsto para o gênero, que acaba caracterizando, pela instância de produção, um certo tipo de receptor. E o público atestado, que seria aquele que, de fato, a obra vai encontrar, pois, mesmo que o texto tenha sido escrito em outro momento e direcionado ao público da época, hoje, é lido pelo público atual que cria relações interpretativas totalmente diferentes do público que antes havia sido projetado.

Maingueneau (1996) apresenta também o leitor cooperativo, que pode ser visto como um leitor modelo, pois ele é capaz de produzir o universo de ficção a partir das informações que lhe são fornecidas na leitura. Isto é, o leitor que averigua a autenticidade das informações de acordo com o que o locutor planeja, por meio das pistas encontradas no discurso.

A superfície do texto narrativo aparece como uma rede complexa de artifícios que organizam a decifração, condicionam o movimento da leitura. Mesmo que não tenha consciência disso (é geralmente uma habilidade adquirida por impregnação), para elaborar sua obra o autor deve presumir que o leitor vai colaborar para superar a “reticência” do texto (MAINGUENEAU, 1996, p.39).

Mais uma vez, o autor evidencia que a leitura de um texto vai além do que decifra-se em sua superfície, pois as condições de produção da enunciação indicam o papel do leitor e isso resulta no seu desempenho interpretativo. Vale salientar que a leitura das obras, ativa o pensamento criativo e enriquece as saberes dos leitores, pois eles se veem obrigados a formularem diversas possibilidades interpretativas que extrapolam a literalidade dos enunciados.

Para compreender um enunciado, o leitor precisa conhecer, mesmo que minimamente, o contexto que envolve o que está sendo exposto. Da mesma forma, deve perceber as competências lexicais que indicam o significado e os valores que determinados termos ocupam,

para isso, o leitor precisa dominar a gramática da língua e empregar o discurso adequadamente. Ainda, é importante destacar que as relações intratextuais e as regras de organização textual são as que indicam as condições de coesão e de coerência de uma sequência de enunciados, o que também conduzirá a leitura fluída por parte do leitor.

Maingueneau (1996) evidencia que o texto é atravessado por lacunas que devem ser preenchidas pelo leitor (expansão) e que o texto também requer um trabalho de filtragem para selecionar uma interpretação pertinente. Isto é, as ramificações que se sucederão por meio do percurso que o leitor traçará resultarão na expansão, e o que direcionará esse caminho percorrido será a filtragem.

Refletindo um pouco mais sobre a construção, o resgate e a manifestações de sentidos presentes em um texto, o autor traz a noção de roteiro à tona. Para Maingueneau (1996, p.47), roteiros “[...] definem contextos que permitem que o leitor integre informações do texto em encadeamentos coerentes. Têm ao mesmo tempo uma função de filtragem e de expansão”.

Por intermédio de diferentes roteiros, é possível perceber uma familiaridade com o intertexto literário e com outros gêneros. Essa familiaridade varia de acordo com as experiências de leitura, e isso oferece ao co-enunciador a identificação e a apuração de roteiros indicados pela própria esfera literária. O leitor adquirirá a habilidade de situar o texto a partir de roteiros mais amplos, justamente por estabelecer uma experiência com o intertexto literário e por sugerir índices apresentados pela cena de leitura. Para exemplificar, é possível pensar na obra *Reinações de Narizinho* (2019) que apresenta uma estrutura prototipicamente repetida em relação ao seu formato. Sendo assim, quando o leitor, seja infantil ou não, apresenta facilidade em reconhecer a estrutura de um texto pelos seus aspectos textuais: personagens inanimados, cenário realista, mas também fantasioso, diálogo entre personagens, imagens desconstruídas e pitoresca, essa estrutura pré-moldada leva o leitor ao reconhecimento do gênero literário, provocando, assim, seu intertexto.

Um texto, instintivamente, apresenta um tema ou vários temas, justamente porque o texto versa sobre algum assunto. Diante dessa afirmativa, Maingueneau (1996) aborda a questão do tópico, que designa, dentro do texto literário, tópico principal e tópicos que não apresentam tanta relevância, contudo, esses tópicos irrelevantes podem vir à tona e tomar o centro da narrativa.

A fim de falar sobre a produtividade na construção de sentidos de textos de diferentes gêneros sob a garantia de uma leitura uniforme, Maingueneau (1996) traz à tona o termo isotopia. Sendo assim, a fluidez literária seria suspensa se fossem atribuídos a alguns sintagmas, conotações que escapassem ao conhecimento universal da população. Importante compreender

que a isotopia e o tópico sempre estabelecerão uma relação, pois não é possível falar em isotopia isoladamente.

Por fim, entende-se que Maingueneau (1996) lança um modelo estratégico de leitura, não um modelo linear. Visto que o ato de ler não se remete a abrir um livro, revista, jornal, seja qual for a obra e apenas passar os olhos sobre palavras segmentadas, é imprescindível que se tenha uma visão madura sobre o processo de leitura e como ela se desenvolve por meio de um co-enunciador. Por trás de uma bela ou triste história, há sempre informações escondidas nos sentidos das palavras, nos contextos que embasam e fundamentam as cenas, na centralidade do tema, na bagagem linguística e gramatical do leitor.

Na obra de Lobato (1931), bem como na obra de Lajolo (2019), muitas vezes, será questionado o dito, tendo como parâmetro, a posição que se ocupa por supostos leitores, como analistas do discurso, mas sobre tudo, como cartógrafos prontos a entender que o texto é um rizoma vasto e cheio de vida/sentido.

5 LITERATURA INFANTOJUVENIL E MONTEIRO LOBATO: DESCRREVENDO A EDIÇÃO DE LUXO DE *REINAÇÕES DE NARIZINHO*

Ao analisar o processo de formação da Literatura infantojuvenil, é importante refletir sobre o conceito de criança no decorrer do tempo. Na Idade Média, como aponta Heywood (2004, p.10), “a criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto”. Elas trabalhavam, viviam em ambientes hostis e presenciavam situações que, por elas, não eram bem entendidas pelo fato de ainda não terem maturidade. A criança não brincava, não se expressava livremente, não era respeitada.

Entre os séculos XIV e XV, período em que não havia surgido, ainda, a Literatura Infantil, a criança não era reconhecida por suas expressões particulares, pois, até então, ela era vista apenas como uma miniatura de ser humano. Sendo assim, ela era tratada como um ser vazio, pronto a ser moldado pelos adultos. Suas diferenças, gostos e personalidades não eram avaliados, pois acreditava-se que esse ser tão pequeno não carregava nada em si.

Somente a partir dos séculos XVI e XVII, período da Revolução Industrial e do surgimento das escolas, é que a criança começou a receber um tratamento diferenciado:

A criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo), e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária” (LAJOLO; ZILBERMANN, 1988, p. 17).

Com essa nova visão sobre a figura da criança e com o surgimento das escolas, a família passou a desempenhar outro papel social, o de educar e de proteger. Já a função de ensinar ficou sob a responsabilidade da escola. Assim, essas duas instituições funcionavam como mediadoras entre a criança e a sociedade.

Nesse período, na França, surgiram as primeiras histórias de La Fontaine (1621-1695) e de Fénelon (1651-1715) que também eram apropriadas às crianças, com a finalidade de educá-las moralmente. No entanto, somente no final do século XVII e no começo do século XVIII, é que foram produzidos livros escritos como Literatura para crianças. Essas produções literárias surgiram com o escritor Charles Perrault (1628- 1703). Com esse advento, a escola e a literatura tornaram-se aliadas, pois os alunos começaram a ter acesso a obras impressas. Assim, por algum tempo, a Literatura Infantil passou a ser vista somente como uma ferramenta de ensino, de auxílio aos alunos, sendo também muito importante na fase inicial da alfabetização.

Portanto, discorrer acerca da Literatura infantojuvenil é, em primeiro lugar, comparando com outras Literaturas, pensar em algo novo, que foi analisado, por muito tempo, apenas com caráter pedagógico, de doutrinação às crianças. Contudo, não é dessa Literatura que se quer discorrer aqui, pois, através do tempo, se moldou a partir dos interesses das crianças e se construiu com estéticas e sentidos próprios.

Hoje, a Literatura infantojuvenil é vista como uma forma de expressão artística e pessoal, que se consolida por meio da fantasia e da criatividade. Assim, segundo Afrânio Coutinho (1978, p.8), “a Literatura é um fenômeno estético. É uma arte, a arte da palavra. Não visa a informar, ensinar, doutrinar, pregar, documentar. Acidentalmente, secundariamente, ela pode fazer isso, pode conter história, filosofia, ciência, religião”.

No Brasil, a partir do século XIX, o escritor José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) inaugurou a Literatura Infantil. Desde então, ele passou a retratar o povo brasileiro e seus costumes por meio da linguagem coloquial, com gírias e dialetos que marcavam, principalmente, a fala rural. Com isso, mudou a temática das histórias infantis e aproximou o real do imaginário. Assim, quando escreveu seu primeiro livro, ele recebeu uma crítica positiva de Tristão de Ataíde (1921, *apud* Azevedo; Camargo; Sacchetta, 1997, p. 158), no Jornal O Rio de Janeiro, que dizia:

Por ele a criança criará gosto pela leitura, sentirá que o livro não é apenas um instrumento de disciplina, mas um campo maravilhoso para expansão de um mundo interior, reprimindo ou apenas pressentindo. É um livro que estimula a vida, que fecunda a imaginação, que desperta a curiosidade.

Esse sucesso lhe é concedido, pois, em suas histórias, o autor não falava apenas de um mundo fantasioso, mas usava essa outra dimensão para situar o leitor no mundo das relações sociais, dos preconceitos e das injustiças. Suas histórias, além de entreter e de divertir as crianças, também as ensinavam, pois as narrativas eram cercadas por instruções, conselhos e ensinamentos.

O livro *Reinações de Narizinho*, escrito por Monteiro Lobato, é um grande exemplo dessa mistura de realidades. A narrativa encenada pela turma *do Sítio do Picapau Amarelo* começa descrevendo algumas personagens como Dona Benta, uma senhora de mais de sessenta anos, branca, que adora costurar na varanda de sua casa e que é avó de Lúcia e Pedrinho. Tia Nastácia, uma mulher que trabalha como cozinheira, que é conhecida como “negra de estimação” (LOBATO, 1931, p. 12) e que criou a boneca Emília e o Visconde de Sabugosa e, por esse motivo, deixa ver o quão criativa ela é. Também tem a boneca Emília, que, dona de

uma personalidade forte e muito teimosa, é descrita como uma boneca que tem olhos de retrós preto e sobrancelhas para cima. E Lúcia, uma menina de sete anos, morena como jambo, que gostava muito de pipocas e que amava Emília, sua boneca. Depois, retrata um lugar bucólico com um ribeirão que passa atrás de um pomar e, em seguida, Lúcia, também conhecida como Narizinho, começa a conversar com um peixe, depois, vai visitar o Reino das Águas Claras, um mundo totalmente ficcional. Assim, todo o livro é permeado por aventuras e descobertas as quais Lobato acreditava ser essencial na infância.

Por meio de sua linguagem simples e de seus personagens, é possível notar que o público-alvo de Lobato eram as crianças, mas suas histórias também conquistaram inúmeros adultos, pais ou educadores, pois suas histórias eram capazes de encantar e de trazer a cada um o sentimento de liberdade. Um dos mecanismos usados pelo autor, para chamar a atenção dos pequenos, era usar uma linguagem mais simples, diferente da que era encontrada nos livros da época. “Evidentemente, a linguagem que expressava tal fusão foi elemento fundamental. Fluente, coloquial, objetiva, despojada e sem retórica ou rodeios, [...] é dos que ‘agarram’ de imediato o pequeno leitor”(COELHO, 1993, p. 122). Desse modo, a criança começa a se identificar com a narrativa, pois nela ocupa o espaço central por meio dos personagens principais que também são crianças e o seu mundo infantil, cheio de fantasias, é respeitado.

Após oitenta e oito anos da primeira publicação do livro *Reinações de Narizinho*, em 2019, a escritora Marisa Lajolo organizou uma nova edição da obra, chamada de edição de luxo. A ilustradora Lole conseguiu representar, por meio de seus desenhos coloridos e pitorescos, os personagens com as características que Lobato lhes deu, porém, pelas cores e seus traços peculiares, ela consegue inová-los. Essa inovação se dá pelo caráter estético de como são representados, como, por exemplo, o corte de cabelo e o vestido mais curto e apertado da personagem Lúcia e a aparência jovial, menos infantilizada, da boneca. Esses fatores remetem o leitor aos dias atuais. Isso dá a impressão de que as histórias registradas nesse livro se aproximam do público leitor de hoje.

Essa nova edição traz, logo no início, um panorama da época em que o livro foi escrito, explicando, assim, o contexto social e cultural que inspiraram o autor, com a finalidade de esclarecer algumas polêmicas relacionadas a Monteiro Lobato, como atitudes racistas e preconceituosas. Também, nessa edição, há a presença de várias notas de rodapé, não em todas as páginas, mas em muitas. Essas notas, escritas em forma de diálogo entre Narizinho e Emília, têm a finalidade de explicar o vocabulário e os costumes do país na década de 1920 e de criticar determinados usos de palavras e expressões que são apresentadas ao longo da leitura. As notas trazem ao leitor várias reflexões sobre as mudanças que aconteceram desde sua primeira

publicação, mas também o fazem pensar sobre a força que as palavras e as expressões carregam e como elas podem ser entendidas por uma nova geração e por tantas outras gerações passadas.

Portanto, pensar nessa nova edição também é pensar na possível mudança do público-alvo e na possibilidade de que a primeira edição se compunha pelas narrativas, atraindo as crianças, e os mediadores de leitura, e, nesta edição de luxo de *As Reinações*, além das crianças e dos mediadores, pesquisadores também compõem o grupo de leitores. Isso porque a leitura pode ser entendida não apenas como objeto de fruição, mas também de análise, já que um novo elemento integra a narrativa: as notas de rodapé.

A seção seguinte é dedicada ao processo de pesquisa de acordo com as práticas discursivas que envolvem os enunciados analisados.

6 OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A LITERATURA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Ao se deparar com as obras literárias de Monteiro Lobato, assim como com qualquer outra obra, o leitor cria uma expectativa de leitura que pode ser reforçada pelos fatores linguísticos, extralinguísticos e estéticos que estão na introdução, ou, até mesmo, na capa do livro. Além disso, sua expectativa também é aguçada pelo fato de conhecer ou não, as obras literárias, ou, até mesmo, o autor. Ou seja, um leitor que já conhece o território de leitura criará uma expectativa embasada nessa experiência; um leitor que ainda não conhece esse espaço de leitura apresentará outro tipo de expectativa e, somente ao final da leitura, é que saberá se suas projeções foram alcançadas/supridas ou não.

Dizemos isso, pois, o co-enunciador, que já conhece as obras de Lobato ou a história do próprio autor, pode, antes de iniciar a leitura, mostrar-se familiarizado e não se atentar aos ditos e não ditos que perpassam pela obra, ou seja, lançar uma leitura mais objetiva e superficial. O mesmo pode acontecer com o leitor que ainda não teve nenhum contato com as obras literárias do autor, ou com sua biografia, mas acreditamos que, por pisar em um território desconhecido, esse leitor leia com mais calma e profusão.

Para esta análise, evocaremos leitores que estejam dispostos a lançar mão de uma visão pré-definida em relação à obra *Reinações de Narizinho*, para, juntamente conosco, enxergar o que está por detrás das palavras, o contexto de produção dos enunciados que destacaremos para análise e em como se dá a prática discursiva das peças que separamos. Nossa intenção, neste capítulo da pesquisa, é propor uma reflexão crítica sobre alguns recortes que fizemos da obra *Reinações*, a fim de compreendermos o que está pressuposto e subentendido nas entrelinhas do texto (MAINGUENEAU, 1996), as cenas, que ora fundamentam ora atualizam um já dito e o legitimam por meio daquilo que funda ou atualiza (MAINGUENEAU, 2006), o contexto de produção que envolve o percurso de análise, bem como o interdiscurso, visto que as práticas discursivas, que serão apresentadas, se validam por meio de outras práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1997; DEUSDARÁ; ROCHA, s/a, s/p).

Todos os trechos escolhidos, bem como as notas de rodapé em destaque, foram criteriosamente selecionados por serem práticas discursivas que podem interferir na sociedade, causando efeitos de sentido diversos, através do pressuposto e do subentendido (MAINGUENEAU, 1996), que só são possíveis resgatar dado o interdiscurso que é produtor das práticas.

Esta análise está ancorada sobre cinco passagens da narrativa original de Lobato, bem como sobre quatro notas de rodapé que dialogam entre si, mapeando uma discussão de acordo com a perspectiva exposta pelo autor quando a obra foi lançada, e outra, na visão de Lajolo, a organizadora da nova edição. Ou seja, uma realidade, de acordo com o contexto de produção, contrastada à outra, visto que as notas foram escritas justamente para explicar ou esclarecer ao leitor atual certos ditos que são melhores entendidos se contextualizados.

Além disso, fazemos uso de dados estatísticos e de reportagens atuais para comprovar o que afirmamos sobre o racismo e sobre o papel social da mulher e que essas temáticas ainda estão em voga atualmente. Estes recortes também têm a função de tornar a leitura mais dinâmica e familiar a quem está lendo, tendo em vista que sempre há um novo acontecimento político-social-cultural no espaço-tempo que precisa ser levado em consideração.

Primeiramente, analisaremos as peças (figuras 1 e 2) que dialogam sobre o papel social da figura feminina. Diante disso, poderemos pensar nas mudanças que surgiram de acordo com o passar dos anos, em como as mulheres são vistas atualmente, quais papéis desempenham e em como meandros do passado ainda afetam os dias atuais. Posteriormente, investigaremos peças (figuras de 8 a 13) da narrativa original, que apresentam um racismo velado, contrastadas com vozes de combate, nas notas de rodapé.

Diante de tantas temáticas que poderíamos evocar diante da leitura de *Reinações*, escolhemos estas duas por entendermos que tais assuntos ainda são fortemente discutidos, e que a sociedade atual ainda pratica atos de intolerância e de preconceito, principalmente, a esses dois grupos, às mulheres e aos negros.

A primeira peça que destacamos para análise apresenta uma visão antiquada e machista sobre o papel da mulher na sociedade. Antes, quando a obra foi inaugurada, era comum que as mulheres se dedicassem inteiramente aos cuidados dos filhos e da casa. Contudo, com o passar do tempo, isso mudou, as mulheres foram habitando outros espaços. Em *Reinações*, há uma passagem em que essa temática é discutida, e, por meio das notas de rodapé, dialogada. No capítulo, “a viagem”, o Marquês de Rabicó é questionado sobre querer ou não se casar com a Condessa Emília, ele responde que deseja casar-se sim, mas somente se o dote for bom. Ele continua dizendo que é capaz até de se casar com uma cadeira, caso dessem-lhe, como dote, dois cargueiros de milho. Em seguida, Narizinho diz:

Figura 1 – Narrativa de Lobato sobre Narizinho falando com o Marquês de Rabicó

— Guloso! Pois olhe que vai fazer um casamentão! Emília é feia, não nego, mas **muito boa dona de casa. Sabe fazer tudo, até fios de ovos, que é o doce mais difícil. Pena ser tão fraquinha...**

Fonte: LOBATO, 2019, p. 50.

Tendo em vista os adjetivos “feia” e “fraquinha” que caracterizam Emília, percebemos um tom depreciativo em relação à sua posição feminina, em que suas características físicas são realçadas por não seguirem os padrões de beleza impostos pela sociedade. Este fato evoca interdiscursos recorrentes na esfera social, que configuram tipos de violência moral e psicológica que diminuem a autoestima e desvalorizam a figura mulheril por causa de características físicas e até mesmo pelo modo de se vestir.

Ainda, no enunciado apresentado acima, pode-se notar a fala de Narizinho, como dito, apresentando a ideia de que a boneca Emília é uma boa dona de casa que sabe cozinhar, lavar, limpar e arrumar e que, somente isso basta para ser uma boa esposa. Em contra partida, subentende-se que, para ser uma boa dona de casa, a mulher não precisa ser ou estar bonita. A beleza está relacionada à função que ela desempenha dentro do seio familiar e, para cumprir com as obrigações da casa, a mulher não precisa ser dotada de beleza.

Assim, podemos pensar que, a obra, ao ser publicada no século passado, período no qual as mulheres não trabalhavam fora de casa, compara a produtividade da mulher a ser uma boa senhora do lar e isso é, provavelmente, algo comum e, até mesmo, elogiável. Contudo, grande parte do público atual não enxerga da mesma maneira. Essa comparação pode soar como um deboche, inclusive, como desrespeito ao sexo feminino, já que, atualmente, essa imagem cristalizada não pertence mais à realidade deste novo século. Sob essa perspectiva, o movimento de implícitos nos textos é um fenômeno altamente argumentativo, justamente porque faz a mulher se questionar, na atualidade, a partir de um texto que foi escrito antigamente, mas que foi constatado na sociedade. Sendo assim, percebemos que, essa passagem da narrativa, circunscreve interdiscursivos por meio da relação do Mesmo com seu Outro (MAINGUENEAU, 2008) que estão relacionados às vivências que embasam a sociedade atual. A interincompreensão se reveste em seu Outro para dar sequência a distintas práticas discursivas.

A partir do momento em que mensagens são divulgadas e absorvidas de diferentes maneiras, mesmo muito bem elaboradas para certos fins, elas podem surtir efeitos agradáveis, neutros ou desconfortáveis, contrariando, muitas vezes, o próprio indivíduo, como as mulheres

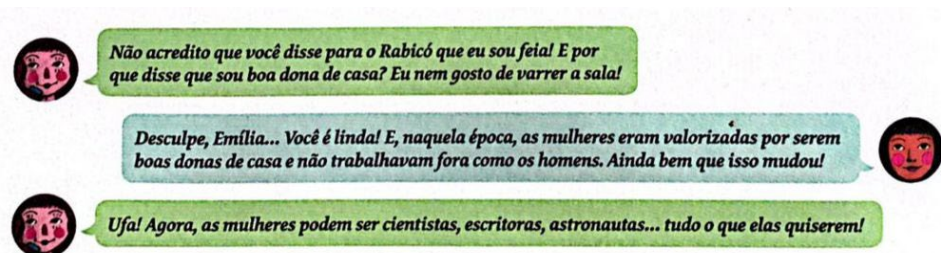
ou grupos maiores, inclusive instituições ou áreas de estudo, que apresentam crenças diferentes às ideias, aos sentidos transmitidos de alguma forma.

Ao ler essa passagem da narrativa, bem como outras peças, faz-se necessário que o leitor não leia somente a palavra, mas leia o mundo (FREIRE, 1989) que está sendo representado por cada ato de enunciação. Tanto o leitor, como o autor da obra, são tomados por memórias e papéis sociais que lhe imprimem uma identidade, e, por meio, da narrativa que analisamos, conseguimos perceber o contexto que cerca a escrita do autor, bem como a leitura que evoca diferentes tipos de leitores.

Feres (2016) alega que o ator de ler precisa ser enxergado sob uma perspectiva interativa, que abrange a participação do sujeito-leitor a partir de suas experiências e de seus conhecimentos, mas também do conhecimento do outro e dos sentidos que vão nascendo através das trocas comunicativas. Além disso, pensando nas notas de rodapé, e em especial a que trazemos abaixo, torna-se imprescindível que se perceba não somente o contexto que embasa a escrita do escritor, mas também no contexto de uso. Assim, percebemos a relevância que as notas desempenham nesta pesquisa, pois estão e foram escritas com a finalidade de combater ou de elucidar a narrativa original, que foi escrita sob outra perspectiva sócio histórica.

A fim de mostrar a realidade do século XXI, em que as próprias mulheres contestam este tipo de preconceito relacionado à sua imagem, e de combater este tipo de prática discursiva polarizada, Lajolo, na voz de Narizinho e de Emília, dialoga e debate sobre o conteúdo do enunciado que vimos acima. Segue assim:

Figura 2 – Diálogo entre Narizinho e Emília



Fonte: LAJOLO, 2019, p. 50.

A encenação, exposta na figura 2, apresenta uma imagem, em forma de diálogo, entre duas personagens da narrativa, Emília e Narizinho, constituindo-se como uma resposta ao enunciado que foi dito anteriormente, de modo didático, proposto por Lajolo. Na parte visual, vemos que as falas das personagens são destacadas por cores diferentes, as falas da boneca em verde e as falas de Narizinho em azul. Além disso, para captar a atenção do leitor, a caricatura

delas é exposta ao lado das falas, e isso também corrobora para uma leitura mais fluida, organizada e distante de qualquer confusão em relação à troca de papéis das personagens. No verbal, encontramos falas da Emília que refutam a ideia dela ser uma boa dona de casa com o pedido de desculpa de Narizinho.

Diante desse diálogo, fica evidente que, atualmente, as mulheres podem exercer a profissão que desejarem, bem como ocupar espaços e assumir vozes que almejem. Além disso, a aparência física não é parâmetro para determinar o que se pode ou não alcançar e exercer. A cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995) deste território é possibilitada pela relação rizomática que desencadeia sentidos múltiplos. Hoje, graças ao movimento feminista e seus largos passos em prol de direitos para as mulheres, o sistema patriarcal, intensificado em gerações passadas, como a de Lobato, ainda não está superado, mas repercute com efeito amenizado diante da sociedade.

Os ecos que persistem até os dias de hoje, insistem em desprestigiar a mulher que desempenha a função de cuidar do lar e dos filhos ou de alguma outra pessoa que precise de seus cuidados. Por mais que hoje as mulheres possam ocupar outras posições fora da esfera familiar, muitas ainda se dedicam exclusivamente às necessidades e às demandas do local onde habitam. Essas mulheres, por diversas vezes, são tratadas como empregadas pelas próprias pessoas que gozam de seus cuidados, são rotuladas como esposas que não gostam de trabalhar, que são dependentes financeiramente de seu marido. Mas, o que muitos não percebem é que essas mulheres trabalham tanto quanto se estivessem em um trabalho, digamos que, oficial. Com isso, surgem práticas discursivas preconceituosas como: “não faz mais que a própria obrigação”, “ela não quer saber de trabalhar”, entre outras que reforçam pensamentos e atitudes de desvalorização ao trabalho desempenhado pelas mulheres que optam ou necessitam estar em casa.

Percebemos que com o passar do tempo, as mulheres “entraram” no mercado de trabalho, mas os homens não “entraram” nas atividades domésticas, o que reforça mais ainda a necessidade que muitas mulheres têm ao trocarem seu emprego formal pelo trabalho doméstico e com os cuidados para com os filhos. Essa sobrecarga que circula diante da esfera feminina, acaba dificultando o ingresso e principalmente a manutenção do emprego. Além disso, as mulheres que conseguem ingressar no mercado de trabalho, ainda recebem menos que os homens. Mesmo que a não discriminação de gênero esteja prevista na CLT⁴ e na Constituição Federal de 1988, a desigualdade salarial ainda é realidade do Brasil, mesmo que os movimentos

⁴ Consolidação das Leis do Trabalho.

femininos denunciem esse tipo de prática. Segundo o IBGE⁵, a diferença salarial entre homens e mulheres chegou a 22% no fim de 2022. Isto deixa claro que uma mulher recebe 78% do salário de um homem.

Com o intuito de combater e acabar com essa prática discriminatória, no dia 03 de junho do ano de 2023, foi sancionado, pelo atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, a lei⁶ de número 14.611, que garante igualdade salarial entre homens e mulheres. Por mais que a lei tenha sido sancionada, a desigualdade ainda faz parte da realidade de muitos brasileiros. Ainda, em pleno século XXI, precisamos de leis que assegurem o que deveria ser óbvio e natural.

Ainda, por mais que atualmente, a figura do feminino não esteja mais reduzida, totalmente, ao privado e as suas funções diante da família e dos cuidados com a casa, ainda encontramos discursos patriarcais que veem a mulher como se estivesse no século passado. Conseguimos elucidar essa afirmação quando pensamos, por exemplo, em como a ex-primeira dama do Brasil, Marcela Temer, foi referenciada na matéria publicada na revista *Veja*, em 18 de abril de 2016. A manchete tinha como título:

Figura 3 – Reportagem sobre o papel social de Marcela Temer

Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Ao observarmos a figura de número 3, conseguimos perceber, pelos aspectos visuais, que tipo de mulher a *Veja* retrata como sendo sinônimo de “mulher do lar”. Temos, então, uma representatividade feminina de mulher bem vestida, maquiada, com acessórios de valor e com cabelo arrumado, além disso, ela se encontra em um ambiente iluminado, aparentemente sofisticado, o que destoa totalmente da realidade da maior parte das mulheres que também “são

⁵ Informação disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/presidente-sanciona-lei-que-determina-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

⁶ Lei disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.611-de-3-de-julho-de-2023-494137808>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

do lar”. Diferente de Marcela, a realidade do atual contexto social mostra que a maioria das mulheres não frequenta ou habita lugares luxuosos e que não conseguem adquirir os mesmos privilégios que a primeira dama tem como roupas caras e novas, maquiagens, adornos, tempo, disponibilidade e dinheiro para cuidarem da parte estética. Ou seja, a mulher “do lar” que é apresentada na reportagem, não é capaz de representar a mulher brasileira que também é “do lar”, que não tem ganho financeiro, que precisa desempenhar atividades braçais, visto que não podem usufruir dos serviços de uma empregada doméstica, como Marcela. Além disso, muitas cuidam integralmente de seus filhos, pois não têm condições de financiar uma pessoa para que, junto com elas, se dediquem aos cuidados dos filhos.

Diante disso, conseguimos estabelecer uma relação interdiscursiva entre a narrativa de Lobato, do trecho destacado acima e o título da revista *Veja*, acerca da esposa do ex-presidente Michel Temer. As entrelinhas discursivas reverberam que, além da beleza física de uma mulher com traços europeus, como Marcela, que tem a pele branca, cabelos loiros e um biotipo corporal magro, ela centra suas atividades no lar, no cuidado com os filhos, com o marido e com a casa, reforçando a ideologia patriarcal que afasta mulheres dos espaços públicos. Os termos “recatada” e “do lar” evocam os implícitos, sobre tudo, os subentendidos (MAINGUENEAU, 1996), que são resquícios da historicidade que se referem a momentos nos quais essas eram as características padronizadas idealizadas às mulheres, sendo assim, subtende-se que a mulher que possui essas características torna-se boa para casar. O tom do que é proferido nestas práticas discursivas, de Lobato e da *Veja*, e seus contextos configuram, à imagem da mulher, um *ethos* pré-discursivo marcado pelas ideias cristalizadas discursivamente de acordo com os modelos culturais compartilhados.

Ainda, na matéria da revista *Veja*, o texto segue descrevendo Marcela, como a seguir: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. Logo, ao evidenciar os gostos da mulher de Temer, fica evidente que ela ocupa o papel de esposa ideal, de acordo com os padrões de antigamente, que se preocupa em usar roupas que mostrem menos o corpo e que idealiza procriar. Além disso, ela não aparece muito nas mídias, pois segundo o contexto da revista, nos movimentos políticos e em relação à carreira de Temer, sua imagem é apagada, ela ocupa uma posição secundária em relação à posição do marido, um homem no poder. A *Veja*, então, “resgata” a imagem de Marcela como sendo símbolo de mulher idealizada pelo patriarcado.

Contudo, essa imagem, digamos que, perfeita, sobre a mulher, não é condizente a todas as mulheres da contemporaneidade, pois elas não ocupam a mesma posição de esposa rica

mostrada nessa matéria jornalística. O casamento não é mais o objetivo central do público feminino atual, bem como o desejo em ter muitos filhos. Além disso, as mulheres ocupam o espaço do trabalho fora de casa, almejam estudar e ocupar uma elevada posição na carreira profissional. Ainda, diante da descrição de Marcela, pela *Veja*, percebemos que, comparando ao público feminino atual, essa imagem de mulher “recatada” silencia outros sentidos como de uma mulher contemporânea e emancipada.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE⁷, os registros de casamentos civis caíram 26,1% de 2019 para 2020 e o número de registros de nascimentos também sofreu uma redução de 4,7%. Além disso, ainda de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística, as mães estão adiando a maternidade, os registros de nascimentos cujas mães têm de 30 a 39 anos, em 2000 eram 22,0% e chegaram a 34,2% em 2020. Esses dados comprovam que a imagem de mulher do lar, descrita na *Veja*, não corresponde, em sua maioria, à imagem de mulher que encontramos na sociedade brasileira atual.

Reinações, com suas notas de rodapé escritas em 2019, dialoga e debate com essa realidade que hoje temos, quebrando o estereótipo de que a mulher goze dos serviços domésticos e, de que, os realize com prazer, não como uma obrigação/imposição à sua figura. Esta ideia se rompe quando, na narrativa, pressupõem-se que se Emília é boa dona de casa, provavelmente goste do que faz, mas, diante da troca linguageira estabelecida nesse novo diálogo, a boneca exclama que não gosta nem de varrer a sala. Sendo assim, esse diálogo, que se estabelece na nota de rodapé, também contribui para quebrar o pressuposto (MAINGUENEAU, 1996), que conjecturamos, diante de nossa experiência de leitura e de mundo, frente a um contexto histórico.

Cartografando (DELEUZE; GUATTARI, 1995) o período passado e implicando-se com os processos⁸ da contemporaneidade, diante de práticas sociais das novas mães, uma nova visão tem se constituído e tem, desde o “berço”, ganhado força em nosso meio. As mães, deste século, têm ensinado aos seus filhos valores e princípios de igualdade entre o sexo feminino e masculino, muitas delas, dialogam sobre a importância de todos, dentro do âmbito familiar, desempenharem as mesmas tarefas para que haja igualdade entre as atividades realizadas, mas sobretudo, para que haja entendimento que, independentemente do sexo, todos devem cumprir com suas obrigações domésticas, já que todos usufruem do mesmo espaço. Contudo, mesmo que

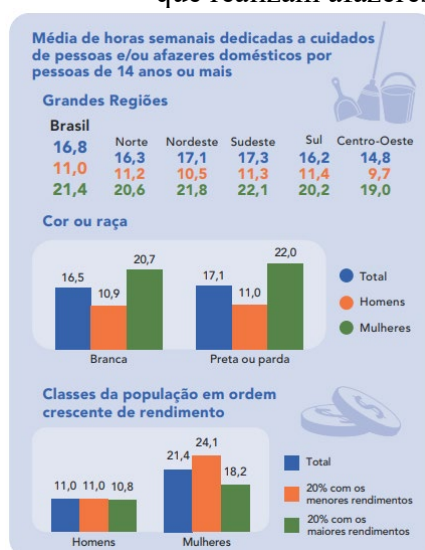
⁷ Utilizaremos, em alguns momentos, a sigla IBGE, para falar acerca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/18/registros-de-casamento-e-nascimento-no-brasil-tem-queda-em-2020-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

⁸ Pista 3- *Cartografar é acompanhar processos* (BARROS; KASTRUP, 2015).

esse pensamento esteja ganhando força, ainda vivemos em uma sociedade machista em que a mulher deve estar disponível para o trabalho da casa e do cuidado com os filhos, mesmo que trabalhem fora o dia todo.

Confirmamos este fato, quando observamos a pesquisa do IBGE⁹, de 2019, que mostra que a população com mais de 14 anos de idade, dedicava, em média, 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos ou ao cuidado de outras pessoas, sendo 21,4 horas semanais para as mulheres e de 11,0 horas para os homens. De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais.

Figura 4 – Resultado de pesquisa, por Amostra de Domicílios Contínua 2019, realizada pelo IBGE sobre o quantitativo de pessoas, dividido por sexo, que realizam afazeres domésticos



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Percebemos, por meio deste gráfico, que esta realidade sobre as horas dedicadas aos afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais, contempla todas as grandes regiões, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, do Brasil. Além disso, notamos que os números são discrepantes, pois em todas as regiões, quase 50% das atividades são ministradas pelo sexo feminino.

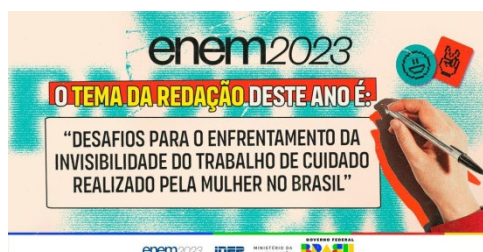
⁹ Informação disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023

Além disso, percebemos que os números são diferentes não somente para a posição ocupada pelas mulheres, no geral, mas pelas mulheres negras e pardas, ou seja, essa população ocupa uma posição elevada no que diz respeito aos serviços domésticos. Traçando um paralelo rizomático com a literatura de Lobato, lembramos que tia Anastácia, mulher negra, ocupava o papel de empregada doméstica, era ela que cuidava dos afazeres da casa, do preparo dos alimentos e do cuidado com as crianças do Sítio. A narrativa de Lobato estabelece uma relação interdiscursiva (MAINGUENEAU, 2008) com as práticas sociais que ainda se fazem presentes em nosso meio.

Entre as mulheres, também há diferenças marcantes por rendimento domiciliar *per capita*, com uma média maior de horas trabalhadas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos entre aquelas que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos (24,1 horas) em comparação com as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos (18,2 horas). Essa diferença mostra que a renda é um fator que impacta no nível da desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado, uma vez que permite acesso diferenciado ao serviço de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, possibilitando a delegação das atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, sobretudo a outras mulheres.

Esse assunto é tão relevante, que, no ano de 2023, o tema da redação do Exame de Nacional do Ensino Médio (ENEM) abordou o assunto que traz à luz a questão estrutural da sociedade brasileira: mulheres que cuidam de familiares, de filhos, de companheiros e da casa e que, por diversas vezes, têm mais de uma jornada de trabalho diária sem opção de escolha, remuneração ou reconhecimento. O tema para a elaboração da redação do exame se apresenta a seguir:

Figura 5 – Tema de redação do ENEM



Fonte: Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2023/noticia/2023/11/05/tema-da-redacao-do-enem-2023-e-desafios-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-realizado-pela-mulher-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Na figura 5, temos o tema da redação, lançado pelo INEP¹⁰ nas redes sociais, em que é possível ver a mão de uma pessoa, segurando uma caneta preta, instrumento esse indispensável para realização do exame, que configura a mão de um estudante/candidato que realizou a prova no dia 05 de novembro de 2023. Ainda, percebemos que, na parte superior, há dois adesivos que configuram o tipo de candidato jovial que se espera, mas claro, sem descartar a possibilidade de candidatos mais maduros. Na parte textual, além do tema, temos a referência do ano da redação, bem como o explícito de que o que está sendo exposto é o tema, não outra questão que se refere ao ENEM.

O tema: "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil" cartografa alguns possíveis caminhos de argumentação, mas o que gostaríamos de destacar, nesta pesquisa, é sobre a jornada dupla que as mulheres, hoje, enfrentam, em que as cobranças sociais são naturalizadas, são tidas como normais. Além disso, as mulheres, que dedicam seu tempo aos cuidados dos filhos e dos pais, não são valorizadas e a maioria não é reconhecida pelo trabalho que desempenha fora e dentro de casa. Os inscritos, que realizaram a prova, deveriam apresentar o assunto, desenvolvê-lo e apresentar uma proposta de intervenção que respeitasse os direitos humanos.

Sendo assim, entendemos que, se essa premissa não fosse tão emblemática, não estaria exposta para ser discutida em uma prova a nível nacional. Prova essa que pode ser realizada por alunos que acabaram de concluir o Ensino Médio, bem como por pessoas mais experientes que almejam uma vaga em uma universidade. Ou seja, faz-se necessário que o papel que a mulher ocupa na sociedade, bem como sua relevância seja dialogado em diferentes territórios, como em toda nação brasileira e por diferentes públicos, independente da idade. E mais, não só dialogado, mas reconfigurado.

Estando o interdiscurso sobre o papel social que a mulher desempenha, presente na redação do ENEM, a memória discursiva - que apresenta o saber discursivo e possibilita os dizeres e ainda retoma como algo pré-construído e que está explícito - sustenta cada tomada de palavra. Sendo assim, o interdiscurso é capaz de oferecer dizeres que vão afetar a forma como o sujeito analisa tal situação discursiva. Neste tema de redação, assim como na narrativa e na nota de rodapé que analisamos, percebemos, por meio do interdiscurso, a memória ideológica das atribuições das mulheres na sociedade. Seja por meio dos ditos expostos no próprio tema da redação, bem como nos textos de apoio, seja pela recuperação dos não ditos que se

¹⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

apresentam por meio das memórias discursivas acerca da questão social e política em volta do papel desempenhado pela mulher.

Ademais, tomando como exemplo a terminologia mulher, também concebemos uma relação interdiscursiva aos movimentos feministas, sobretudo porque Lajolo, com as notas, traz para a narrativa, ironicamente, em comparação ao regime patriarcal, uma revolução feminina, uma nova perspectiva sobre o papel social da mulher. Tendo em vista que essa edição de luxo também pode ser encontrada em escolas e ao alcance do público infantil, a leitura dessa nova concepção, pode servir para chamar a atenção dos pequenos leitores sobre tal temática. E, ainda, contribuir para reformular concepções cristalizadas sobre a posição que homens e mulheres podem ocupar na sociedade.

Com essa mesma perspectiva, trazemos à tona apontamentos ao que concerne à temática do racismo. Em algumas passagens da narrativa de Lobato, tia Nastácia, mulher negra, é tratada por apelidos que reverberam uma conotação negativa. A nova edição de *Reinações de Narizinho* não objetiva reforçar esse tipo de prática, nem de esconder ou camuflar a voz do autor, Monteiro Lobato, ao proferir tais “xingamentos”. A nova edição, com suas notas de rodapé, elucida alguns termos, contextualiza o leitor e problematiza esses tipos de enunciados. Essa problematização surge, quando, nas notas, as personagens advertem, chamam a atenção e criticam o uso de determinados termos.

Na obra *Reinações de Narizinho*, pode-se notar a presença da (i) cena englobante (MAINGUENEAU, 2006) literária, caracterizada pela produção linguageira que permite a liberdade de criação, atribuindo particularidades e perspectivas em relação a uma objetividade. Neste caso, o enunciado apresenta propriedades exclusivas que auxiliam a caracterizá-la e a conhecê-la como discurso literário. O autor, nesta tipologia, está livre para criar a obra da maneira que achar melhor. Ele pode inventar novas maneiras para se expressar, modos que não precisam seguir os padrões convencionais da língua.

Mesmo que no discurso literário o autor tenha a liberdade de optar pela ficção de um cenário, no cópua analisado, Monteiro Lobato adota uma perspectiva realista em se tratando de temas que, de fato, retratavam a sociedade na época em que a obra foi publicada. Por mais que em *Reinações* haja diversos personagens e passagens do mundo da fantasia, a obra é capaz de captar assuntos que não são fictícios, como a questão do preconceito e do racismo, que estão à mercê da leitura por causa dos resquícios deixados pelo fim da escravidão no Brasil, que ainda era recente.

Sabe-se que o discurso literário pode estar atrelado a vários gêneros. No contexto da obra em destaque, é possível perceber a (ii) cena genérica (MAINGUENEAU, 2006) por meio

dos traços do gênero de ficção, a fantasia. A narrativa de Lobato se desdobra em um mundo real, em uma “casinha branca, lá no sítio do Picapau Amarelo” (LOBATO, 2019, p.9). Contudo, no decorrer da narrativa, há elementos, personagens e lugares que pertencem ao mundo da imaginação, da fantasia. Lobato utilizou-se de um fio íngreme que prende a realidade e a magia, dentro de um enfoque que valoriza o olhar da criança para situações do dia a dia, capaz de mostrar possibilidade de vida para além do real. É por esse mundo fantasioso que a maioria das aventuras dos personagens do livro perpassa. Este universo fantástico está repleto de seres imaginários como príncipes-peixes, boneca falante, sabugo de milho inteligente, porco marquês, aranha com dotes de costura, caramujo doutor, dentre tantos outros personagens pertencentes ao universo infantil, mas que apresentam características humanas.

No início da leitura do livro, o autor leva o leitor a um universo mágico, tão poético e fluido que a cena parece estar correndo diante dos olhos de quem lê. Como podemos ver a seguir.

Figura 6 – Narrativa de Lobato sobre o encontro de Lúcia com animais personificados

Uma vez, depois de dar comida aos peixinhos, Lúcia sentiu os olhos pesados de sono. Deitou-se na grama com a boneca no braço e ficou seguindo as nuvens que passeavam pelo céu, formando ora castelos, ora camelos. E já ia dormindo, embalada pelo mexerico das águas, quando sentiu cócegas no rosto. Arregalou os olhos: um peixinho vestido de gente estava de pé na ponta do seu nariz.

Vestido de gente, sim! Trazia casaco vermelho, cartolinha na cabeça e guarda-chuva na mão — a maior das galantezas! O peixinho olhava para o nariz de Narizinho com rugas na testa, como quem não está entendendo nada do que vê.

A menina reteve o fôlego de medo de o assustar, assim ficando até que sentiu cócegas na testa. Espiou com o rabo dos olhos. Era um besouro que pousara ali. Mas um besouro também vestido de gente, trajando sobrecasaca preta, óculos e bengala.

Lúcia imobilizou-se ainda mais, tão interessante estava achando aquilo.

Ao ver o peixinho, o besouro tirou o chapéu, respeitosamente.

— Muito boas tardes, senhor Príncipe! — disse ele.

Fonte: LOBATO, 2019, p. 10.

Neste trecho, a presença de animais falantes, como um besouro e um peixe - que é príncipe e também rei do reino das Águas Claras - remete ao universo das fábulas, onde tudo acontece e que, para Lobato, seria o modelo ideal de histórias para crianças. Em muitos e diferentes momentos dos textos que compõem *Reinações de Narizinho*, o autor mistura fantasia com realidade, ele materializa personagens da imaginação das crianças que interagem e compartilham experiências de vida com outras personagens humanas. Os adultos, aqui neste contexto, não advertem a criança ou o leitor sobre o que pode ser real ou fantástico, o autor

deixa essa tarefa de distinção para todos os que têm contato com a obra, restando-lhes a tarefa de identificar o limite entre a realidade e a fantasia a partir dos dados oferecidos ao longo da narrativa.

Cabe à cena genérica funcionar como normas que regem as expectativas conjecturadas a cada gênero do discurso. Através do gênero do discurso encontrado nesta obra é que será possível definir a finalidade do contrato de comunicação, os papéis sociais que estão envolvidos na realização da enunciação, bem como o suporte pelo qual a cena é compartilhada, a composição, o uso específico de recursos linguísticos, lugares e tempos que precisam ser utilizados para construção da cena.

Segundo Carvalho (2011), a cena englobante e a cena genérica constituem um espaço cênico e fixo do texto no qual o enunciador produz sentido. A segunda está relacionada, ainda de acordo com o autor, a uma “instituição discursiva” que é o contrato relacionado a um gênero do discurso. Para Maingueneau (2015, p.122), "Enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação: uma cenografia". Nesse sentido, a (iii) cenografia representa o próprio ato de enunciação ancorada no fato de que o enunciador administra a situação “encenada” a partir da finalidade comunicativa.

O locutor possui o poder de modular a própria cenografia, isso possibilita que ele garanta a comunicação para seu próprio enunciado. Em outras palavras, [...] o locutor deve, em seu enunciado, configurar um mundo cujas propriedades sejam tais que justifiquem o próprio quadro de enunciação [...] Uma cenografia só se desenvolve se o locutor puder controlar seu desenvolvimento (MAINGUENEAU, 2015, p.123).

Mesmo que um discurso ative três cenas enunciativas, a fonte produtora dos efeitos de sentidos imediatos à enunciação é a cenografia. O discurso, por apresentar ideologias e pretensões, provoca a adesão dos destinatários. A cenografia (MAINGUENEAU, 2006) permite uma camuflagem da cena genérica, tendo em vista que, ao ler um convite de casamento, por exemplo, em formato de poesia, o interlocutor pode cair na cilada de estar lendo uma história em versos, quando, na verdade está diante de um convite, como proposto por Rocha (2013). Ao comprar o livro *Reinações de Narizinho*, em sua nova edição, achei que fosse encontrar a história do Sítio e sua narrativa fantasiosa, mas, ao me deparar com questões de cunho social, político e cultural que me motivaram a escrever esta dissertação de mestrado, percebi que havia caído em uma cilada (ROCHA, 2013).

Ao cartografar a narrativa de Lobato, podemos notar que a cenografia (MAINGUENEAU, 2015), que nos é apresentada, mostra uma prática discursiva impregnada por imagens estereotipadas, o que é debatido e revertido pela materialidade textual das notas de

rodapé. A obra *Reinações de Narizinho* reuni diversas histórias e narrativas. Em alguns capítulos, é possível perceber a cena representada pela temática da marginalização em se tratando de aspectos raciais e a estigmas relacionados à mulher.

Em uma das passagens da narrativa, duas personagens brancas aparecem preocupadas com o tom de pele que podem vir a ter se tomarem café, elas pensam em uma maneira de não ficarem pretas, negras. Na época em que a obra foi publicada, ser negro era uma ofensa, não ser branco era sinal de preocupação e de desprestígio. Logo, podemos inferir que elas tinham esse medo porque também desprestigiavam a negritude e relacionavam ao negro uma imagem pejorativa, sendo assim, não queriam se igualar. Ou, através do dito, que se apresenta na figura 7, a seguir, podemos subtender que, ao ver como o negro era tratado com desprezo e rejeitado pela sociedade, elas não queriam ocupar esse lugar de serem menosprezadas também, não queriam sofrer o que o negro sofria e, ainda, sofre.

Esse cenário se instala porque tivemos centenas de anos de construção de um país sob um regime escravocrata que, com a tentativa de clarear a população, forçou a miscigenação a partir do abuso sexual de mulheres negras. Além disso, os negros eram tidos como mercadoria humana, o que gerava lucro e impulsionava o comércio administrado pelos brancos. As práticas discursivas vistas em *Reinações* evocam interdiscursos da real história do nosso país, história essa que é marcada por desrespeito, preconceito, racismo, intolerância e violência que refletem até os dias atuais. A figura do homem branco sempre foi vista com superioridade acerca de qualquer outra cor ou gênero, o homem branco sempre assumiu o poder diante dos negros e das mulheres, até as que também eram brancas. E, diante disso, o racismo nada mais é do que uma ferramenta para sustentar essa estrutura de poder, mantendo pessoas não brancas em uma posição de inferioridade e de subalternidade na sociedade.

Até os dias atuais, ainda há reflexos da era da escravidão, até hoje as pessoas negras lutam por políticas sociais de igualdade, ascensão no mercado de trabalho e maior acessibilidade às escolas. Infelizmente, o sintagma *negro* carrega diversos subentendidos históricos, como se ser negro fosse sinônimo de ser pobre, serviçal, perigoso, como se ele fosse uma ameaça à sociedade. A produção das diferenças étnico-raciais no Brasil ocorreu por meio de oposições binárias e de relações desiguais de poder, que construíram negativamente sujeitos e grupos por meio da exclusão e da marginalização.

Certa vez, ouvindo duas mulheres dialogarem, uma disse para a outra: “fiquei muito tempo esperando o ônibus ontem, ele demorou a passar, mas quando passou o primeiro, eu logo fiz sinal e entrei, nem olhei direito para saber se era Magé ou Piabetá. Eu estava morrendo de medo porque tinha um *negão* grandão perto de mim no ponto”. Quando digo que o sintagma

ou a figura do negro deixa subentendidos, é porque, de fato, deixa. Quem estava ouvindo, pelo tom de voz da pessoa que dava sentido a essa prática e pelo uso da palavra “negão” conseguiu entender o motivo de seu medo. Pelo outro indivíduo ter a pele escura e por ser grande, ela ficou amedrontada, se sentiu ameaçada. Contudo, a pessoa que estava ao seu lado era meramente mais um cidadão a espera de um ônibus, assim como ela. Hoje, em pleno século XXI, a figura da pessoa negra remonta estereótipos de um indivíduo marginalizado, perigoso, violento (...). E, diante disso, eu não sei o que é mais preocupante neste diálogo, se é o que a pessoa que estava esperando o ônibus disse, ou se é o fato da pessoa que estava ouvindo entender todo o motivo de seu amedrontamento, simplesmente, pelos significados ativados mentalmente ao proferir a palavra: *negão*. O indivíduo que ouviu captou todo enredo da história, entendeu a justificativa de se pegar um veículo sem ter a certeza para onde ia, simplesmente pelo fato de, ter ao lado, uma pessoa negra. Além disso, não poderia deixar de expor que, a pessoa que proferiu esse discurso racista, também era negra. Sim, ela era negra, mas com a tonalidade de pele que, popularmente, as pessoas chamam de morena.

Diante disso, podemos partir do princípio de que pessoas negras podem reproduzir o racismo de que são vítimas, elas podem internalizar a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que os brancos ocupam a posição do poder e os negros são serviçais. De tanto a sociedade pregar que negros são suspeitos, os próprios negros passam a desconfiar do seu semelhante.

Ainda, temos outro ponto de reflexão, a maneira pela qual a pessoa negra se vê, não só a pessoa negra, como qualquer outra pessoa que pertença a qualquer outra raça. Esse é um dos exemplos que temos quando pensamos que a história da alforria, de anos atrás, possa ainda, causar desconforto aos negros, porque muitos, além de estarem sob o olhar racista do outro, ainda não se reconhecem, não se identificam como negros, por medo, por vergonha, ou até mesmo por uma rejeição inconsciente de cor.

O caminho cartográfico (MAINGUENEAU, 2006) que trilhamos neste trabalho, abarca uma narrativa fantasiosa e contrasta a uma realidade altamente significativa. As histórias de Lobato, nesta pesquisa, perpassam por caminhos de situações que carregam vida, que não só utilizam os personagens para encenarem uma dada situação, mas que representam um contexto que não é fictício. Um contexto que se iniciou há séculos, mas que perdura até os dias atuais. Isso significa que, ao cartógrafo, é requerida uma abertura aos diversos pontos de vista¹¹ que

¹¹ Pista 6- *Cartografia como ponto de vista do observador* (BARROS; KASTRUP, 2015).

habitam uma mesma experiência, sem deixar-se dominar pelas aparências. É preciso ir abrindo caminhos para as multiplicidades.

Em *Reinações*, no capítulo, “a coroinha”, a princesa Cinderela explica que não toma café porque tem medo de que ele a deixe morena. Logo em seguida, a boneca de pano explica que tia Nastácia é negra porque tomou muito café. Podemos perceber que o autor usa o sintagma “morena” para designar o tom de pele que a princesa tem medo de possuir, caso tome café. Contudo, nessa passagem, esse sintagma está sendo usado para esconder a negritude ou até mesmo camuflar especulações, ou melhor, amenizar, o efeito de sentido que é evocado por essa comparação.

Atualmente, usar a palavra “morena”, em certas situações, pode gerar uma discussão muito emblemática, pois os negros, devido à escravidão e a diversos outros problemas que os inferiorizaram, acabaram ficando a margem da sociedade. Chamar uma pessoa negra de morena seria uma forma de embranquecê-la e de amenizar o “incômodo” que essa questão étnico-racial traz. Chamar uma pessoa de morena, segundo o movimento negro, é ignorar ou tentar apagar a história e o sofrimento que esse povo carrega.

A fim de exemplificar essa afirmação, debruçamo-nos no atual exemplo que circulou nas mídias, acerca do uso desse sintagma para referir-se a pessoa negra. No dia 24 de outubro de 2023, foi ao ar o programa *Mais Você*, apresentado por Ana Maria Braga, mulher loira, branca e de grande prestígio. Durante uma entrevista, a apresentadora se referiu à convidada, Maju Coutinho, mulher negra e jornalista renomada na TV brasileira como “morena”, Ana Maria disse: “Você fez um curso, não chega lá para fazer previsão porque é bonita, longilínea, falo bem, morena linda e vou estourar a boca do balão falando da previsão do tempo. Teve que aprender”. Contudo, de maneira sutil, a jornalista corrigiu o erro respondendo: “Não adianta você ser negra, maravilhosa, linda e falar da previsão. Eu tenho que aprender e eu fiz isso mesmo”.

Figura 7 – Entrevista no programa Mais

Você, da rede Globo
**Ana Maria Braga causa revolta ao chamar Maju
 Coutinho de 'morena'**

Apresentadora socabete e jornalista em seu 'Mais Você'



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/ana-maria-braga-causa-revolta-ao-chamar-maju-coutinho-de-morena>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Na materialidade visual, pode-se observar a figura de duas mulheres. A Mulher de blusa laranja e negra é a jornalista Maria Júlia Coutinho, mais conhecida por Maju Coutinho, que foi convidada para uma entrevista no Programa *Mais Você*, da rede Globo, sob o comando da apresentadora Ana Maria Braga, mulher loira que a aparece na foto de blusa amarela. Na materialidade verbal, na manchete acima, lê-se: ‘*Ana Maria causa revolta ao chamar Maju Coutinho de ‘morena’*. Por mais que a própria entrevistada não tenha indagado a escolha de palavra feita por Ana Maria, Maju, de maneira sutil, ratificou o termo morena e o trocou pelo sintagma negra.

Esse fato causou grande comoção nas redes sociais, pelos telespectadores, que parabenizaram a postura de Maju em corrigir, educadamente, Ana Maria, mas também de deixar claro seu incômodo frente à maneira pela qual foi chamada. Nas redes, os internautas comentaram o ocorrido e alguns se mostraram indignados. Frases¹² como: “*Ana Maria não aprende*”, foram diversas vezes postadas. Um internauta disse também: “*E a Ana Maria Braga já se enrolou duas vezes, evitando chamar a Maju Coutinho de Negra e a chamando de Morena*”. Também foi postada a frase: “*Ana Maria Braga chamando a Maju de morena linda foi pra acabar. Elegantemente, corrigiu à altura*”. E, “*As pessoas parecerem que tem medo de chamar a gente de negros*”, pontuou mais um, na rede social.

Ao ler a passagem da narrativa em que as personagens dialogam sobre a pele morena, percebemos que o interdiscurso dessa prática dialoga com a notícia acerca de como Maju Coutinho foi chamada, visto que, não falamos de apenas uma palavra isolada, mas que está

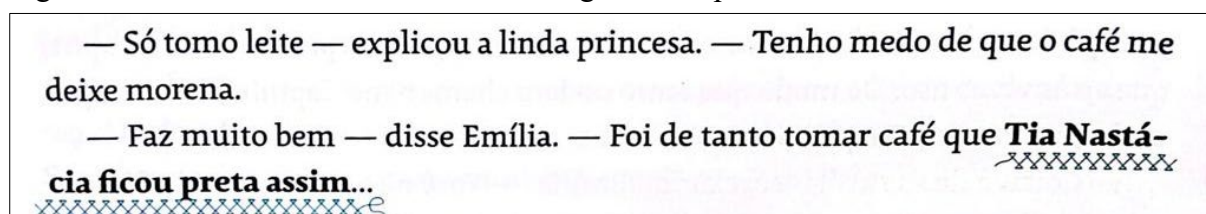
¹² Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/zoeira/ana-maria-braga-chama-maju-coutinho-de-morena-e-revolta-os-internautas-ela-nao-aprende-1.3434658>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

inserida em diversos contextos de produção. O termo usado nos dois exemplos está impregnado de sentidos relacionados ao tempo da escravidão.

No caso da narrativa, usar o sintagma *moreno* é uma forma de amenizar os efeitos de sentidos evocados pelo vocábulo “*negra*”, como uma forma de esconder os efeitos causados pelo sintagma negro e de toda história de luta do povo afro-brasileiro. E, no diálogo entre as duas figuras públicas apresentado acima, poderíamos dizer que a apresentadora usou essa palavra apenas como um qualificativo para expressar uma “*cor*”, deixando de lado as implicações sociopolíticas dos termos raciais, e que, por mais que não tenha tido a intenção de desmerecer a figura negra, muitos sentiram-se incomodados e não representados com a não referência à cor que a jornalista, de fato, tem.

Voltando ao exemplo do livro e pensando nos contos de fadas europeus, mapeamos um território capaz de explicar esse estranhamento, causado em Cinderela, princesa branca, em relação a cor de pele da empregada, pois nos contos europeus daquela época, não existia a representatividade do negro como personagem. E também remonta ao pensamento de que socializar com pessoas negras e ter a pele morena seria algo fora do comum e estranho, visto que a população negra era tida como um problema gerado pelo pós-abolição.

Figura 8 – Narrativa de Lobato sobre o diálogo entre a princesa e a boneca Emília



Fonte: LOBATO, 2019, p. 154.

Diante do que é proferido, formula-se a ideia de que o café é uma substância que, ao ser ingerida, é capaz de mudar a cor de pele de uma pessoa, deixando-a preta, marrom, assim como a cor do grão de café. Diante disso, percebemos que ser negro não é algo bom e desejável, pois a negritude carrega a herança de uma (des)colonização desumana e controladora, que matou e estuprou milhares de pessoas, contribuindo para a miscigenação do nosso país. Ao conjecturar ideias como essa da narrativa, Lobato, de certo modo, corrobora o pensamento ocidental e constrói uma hierarquização por meio de classe e de cor.

Desse modo, percebe-se que a narrativa é projetada também através dessa multiplicidade permitida pela relação rizomática, não só porque ela é capaz de se multiplicar através do contexto, mas também porque ela pode suscitar outras práticas discursivas, através

do linguístico marcado explicitamente ou pelos implícitos, que contribuem para a construção da superfície textual. Isto é, a criação e a reprodução dos enunciados, tal qual a noção de cartografia, que é processual¹³. Ou seja, para que o leitor seja capaz de entender os motivos que levam uma personagem da ficção a ter receio de possuir a pele negra, torna-se necessário entender o caminho de contextos e de histórias que incentivam um autor a expor tal pensamento pela voz das personagens.

Como se pode ver, fica evidente, na narrativa fantasiosa, que grandes doses de café ou de qualquer outra bebida escura sejam capazes de mudar, de escurecer o tom de pele de uma pessoa, o que sabemos não ser possível no real. Além disso, o próprio preconceito racial fica subentendido, já que qualifica como ruim um tom de pele, justamente, porque a princesa (que é sinônimo de beleza e autoridade) não pode ser negra, reforçando, mais uma vez, os estereótipos raciais pejorativos constituídos historicamente que se perpetuam até os dias de hoje.

Contudo, por se tratar de uma história de ficção, o leitor, que conhece a narrativa por completo, compreende que tia Nastácia nasceu negra, sua cor de pele não foi adquirida com o passar do tempo nem por alguma substância que havia tomado. Mas, fora do contexto da obra, se esse enunciado fosse lido isoladamente, seria possível entender que tia Nastácia passou por um processo de enegrecimento, como se fosse possível tingir a pele permanentemente com alguma substância.

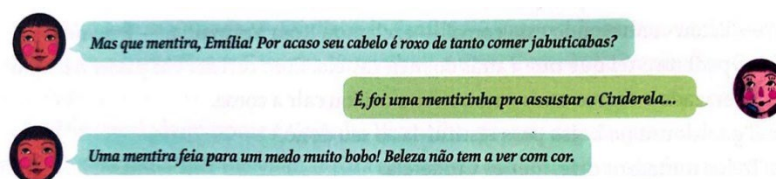
O leitor maduro enxerga, nessa e em outras passagens, o preconceito do escritor daquela época. Mesmo sendo um texto escrito em tempos outros, a prática discursiva aqui consagra o preconceito e faz refletir acerca de produções como essa serem lidas e relidas sem questionamentos, até a chegada do livro de Lajolo.

O enunciador é responsável pela direção que a própria cenografia realiza. Ao produzir seu enunciado, ele também é responsável por produzir a si mesmo por meio da mobilização dos espaços demarcados pela cena genérica. Assim, faz-se necessário compreender como o enunciador se estabiliza através de interferências sócio-historicamente marcadas.

Ao se referir a essa passagem que foi destacada acima, Lajolo, na voz da personagem Narizinho, retruca a fala da princesa em conversa com a boneca. Estando, hoje, em outro contexto social e político, essa personagem atual apresenta um novo espaço discursivo ao leitor. Em uma nota de rodapé, as duas meninas dialogam:

¹³ Pista 3- *Cartografar é acompanhar processos* (BARROS; KASTRUP, 2015).

Figura 9 – Nota de rodapé com o diálogo entre Emília e Lúcia acerca de tipo de cor



Fonte: LAJOLO, 2019, p.154.

Ou seja, essa ideia se mostra contrária ao pensamento que foi apresentado na narrativa original. Por um lado, tem-se uma cenografia marcada por uma temática que naturaliza o preconceito racial e, por outro, uma cenografia que combate essa concepção. A cenografia adquire, no ato enunciativo, o poder de legitimar a si mesma como única possibilidade de enunciar a pretensão do enunciador. A cenografia deve lapidar os elementos que ela própria considera importantes para o dizer e, assim, constituir a si mesma no ato enunciativo. Entretanto, essa análise requer um distanciamento do pesquisador no próprio ato de pesquisar. Pode-se pressupor que a relação entre esse objeto e o pesquisador¹⁴, ao fazer uso dessa literatura em ambientes sociais ou ser captada por essa prática para um trabalho de pesquisa, tem a ver com a relação de afetivação que o implica e proporciona curiosidade para um olhar mais atencioso à narrativa.

Ainda, em outro trecho da narrativa, a mesma temática, sobre o racismo, é acionada. Emília expõe:

Figura 10 – Trecho da narrativa de Lobato em que Emília discute sobre a negritude de tia Anastácia

— Mentira de Narizinho! Essa negra não é fada nenhuma, nem nunca foi branca. **Nasceu preta e ainda mais preta há de morrer.**

Fonte: LOBATO, 2019, p. 168.

Novamente, a cor branca é remetida ao que é mágico e singelo, e a cor preta, ao que há de errado, até mesmo, impuro. Aqui, subentende-se que, para ser fada, é preciso ter a cor branca, o que fazia tia Nastácia não poder exercer esse papel de fada, essa posição superior. Além do mais, o preconceito, em relação à pele negra, é ainda mais acentuado quando a boneca diz que “ainda mais preta há de morrer”, como se a morte fosse um processo que levasse a pessoa a escurecer mais, ou como se ser negro fosse uma sentença de morte.

¹⁴ Pista 6- *Cartografia como ponto de vista do observador* (BARROS; KASTRUP, 2015).

O filósofo Achille Mbembe (2018), em sua obra *Críticas da Razão Negra*, diz que o sintagma “negro” sempre carregou uma carga de significação forte relacionada a um insulto ou a um hábito, pois esse sintagma foi e ainda é sinônimo de coisificação e de degradação. O nome “negro” estabelece uma relação íntima com a morte, com o assassinato e com o sepultamento.

Durante o período em que Lobato escreveu *Reinações*, o período da escravidão havia se encerrado, contudo, o autor de *Reinações* vivenciou este momento perverso da história do Brasil e o momento pós- abolição da escravatura. A questão da morte ativa várias memórias ruins de um tempo em que ser negro era sim sentença de morte, pois muitos morriam durante o tráfico atlântico dos Navios Negreiros que importavam da África à América milhões de pessoas. Muitos morriam nas lavouras com o serviço braçal pesado, com doenças que se alastravam dentre eles, pois não tinham direito à saneamento básico, a remédios ou à tratamento médico. Além disso, muitos morriam açoitados, como punição referente a alguma fuga ou tentativa, desse modo, as mortes serviam de exemplo para paralisar qualquer tipo de “rebeldia”.

Neste trecho, em que Emília condena tia Nastácia, podemos evocar interdiscursos que se mostram aparentes em séculos de segregação, de exploração, de preconceito e de violência, e que, evidentemente, apresentam características difíceis de se apagarem. A história da negritude no Brasil perpassou por diversos fatores que apontam e explicitam o racismo que, na contemporaneidade, ainda existe.

As origens coloniais do Brasil se fazem presentes na forma de estabelecer vida e morte, mesmo nos dias atuais, principalmente em relação a pessoas negras. Em relação às taxas de homicídio no país, os dados são alarmantes. Segundo os dados do *Atlas da Violência 2021*, em 2019, as pessoas negras representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. E entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil. Em relação às mulheres negras, os dados também revelam as desigualdades. Elas representaram 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação à taxa de 2,5 para mulheres não negras (CERQUEIRA, FERREIRA, BUENO, 2021, p. 49).

As práticas discursivas que se estabelecem na narrativa e nas notas de rodapé constituem o rizoma de um país que está impregnado por resquícios de um período escravocrata. A construção sócio-histórica da identidade negra no Brasil perpassou por diversas cadeias rizomáticas inerentes ao preconceito, subalternidade, estereótipos, explorações, entre outros, que possivelmente influenciaram e ainda influenciam a memória coletiva da sociedade atual.

Na história do Brasil, mesmo após a celebração do dia 13 de maio de 1888¹⁵, em que os negros deveriam estar no mesmo patamar de igualdade de acordo com as leis dos brancos, os negros não tiveram o mesmo acesso à cidadania, pois enfrentaram dificuldades para conseguir emprego, já que a elite branca preferia contratar imigrantes para o trabalho remunerado. Além disso, não foi desenvolvido nenhum incentivo à política habitacional, visto que, quem era escravizado, não possuía moradia própria, o que ocasionou o surgimento da favelização das cidades.

Contudo, assumindo a voz de uma pessoa consciente de que ninguém deve ser tratado diferente pela sua raça, Narizinho, na edição de luxo, adverte Emília e mostra ao leitor atual que a cor de pele de uma pessoa nunca poderá ser vista pejorativamente, nunca deverá ser usada para ofender outro sujeito.

Figura 11 – Nota de rodapé em que Lúcia adverte Emília sobre seu modo de se referir à tia Anastácia



Puxa, Emília! Você não tem direito de desrespeitar ninguém porque está brava. E desde quando cor de pele é xingamento?

Fonte: LAJOLO, 2019, p.168.

Poderíamos conjecturar que, o papel do educador ou do mediador diante do público infantil, tendo em vista o currículo escolar, seria de apresentar e de contextualizar o período da publicação do livro e as modificações no modo de organização social que foram ocorrendo da referida época até a atual. Dentre outras considerações, deve-se depreender o posicionamento do estudante sobre a leitura feita em sala de aula, pois, na medida em que estiver sendo desenvolvida a prática de ensino, o professor perceberá as diferentes formas de expressão sobre os temas trabalhados e, dessa forma, será necessário estabelecer um paralelo, sem que haja exclusão, desrespeito e intolerância sobre as múltiplas etnias.

Sendo assim, poderíamos, com essa nota de rodapé, aguçar o pensamento crítico das crianças para a prática de leitura antirracista que se instaura quando se lê a narrativa de Lobato (2019) em contraste com prática discursiva que é acionada nessa nota de rodapé. Seria interessante, em meio ao momento de leitura, chamar a atenção do público para os sintagmas “direito”, “desrespeitar”, “cor” e “xingamento”, a fim de resgatar a ideia de que, independente de qualquer diferença entre os povos, todos eles devem ser tratados com respeito e dignidade.

¹⁵ O dia 13 de maio é uma data marcada na história brasileira como o dia quando, em 1888, a escravidão foi abolida em nosso país. Isso se deu por meio da Lei Áurea. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>>. Acessado em: 02 nov. 2023.

Diante de toda problemática analisada até o dado momento, percebemos que a literatura, em especial neste trabalho, a de Lobato, não funciona em seu sentido genérico de entreter os leitores ou como um mecanismo que só pode ser manuseado por quem domine os códigos escritos e seu uso, mas como uma cadeia rizomática capaz de formar cidadãos críticos e reflexivos sobre questões sociais que enraízam reflexões a cerca do papel de cada indivíduo, a começar pelas crianças. O professor, assim como os responsáveis, têm a responsabilidade de educar para as diversidades encontradas nesta sociedade hodierna em que as questões identitárias e de cidadania estão sendo mais evidenciadas.

Por meio dos papéis sociais que os personagens desempenham na obra literária, podemos conjecturar tipos de leitores reflexivos sobre a diversidade dos grupos sociais, raças/etnias, gênero, poder aquisitivo e entre outras influências que mapeiam uma realidade frente a uma obra de ficção. A literatura é um dos caminhos possíveis, no que concerne às práticas pedagógicas, capaz de mitigar o racismo estrutural embrenhado no sistema educacional brasileiro.

A cartografia analítica possibilita múltiplas entradas de análises e o reconhecimento de sentidos conotativos, à medida que esse pesquisador volta à prática discursiva e reflete acerca de mais um signo. Ao ler os livros sobre a história do Brasil, deparamo-nos com teorias que desfavoreciam e apagavam a identidade do negro. Existiu, após a abolição da escravatura, o *racismo científico* que originou a *eugenia*¹⁶, movimento que pregava a superioridade branca em detrimento das demais, afirmando que era possível “melhorar as raças”. A teoria da eugenia evoca o interdiscurso na narrativa, quando Narizinho diz que Tia Nastácia está condenada a ser negra e que esse encanto, ao ser quebrado, transformaria tia Nastácia em uma linda princesa loira, como exposto a seguir:

Figura 12 – Narrativa de Lobato com Lúcia apresentando Dona Benta e Tia Nastácia

— Respeitável público, tenho a honra de apresentar vovó, Dona Benta de Oliveira, sobrinha do famoso cônego Agapito Encerrabodes de Oliveira, que já morreu. Também apresento a princesa Anastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. **Foi uma fada que um dia a pretejou**, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loira.

Fonte: LOBATO, 2019, p.195.

¹⁶ Lobato fazia parte da Sociedade eugênica de São Paulo. Fonte: <<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2051/lobato-e-o-choque-das-racas>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Este trecho compõe o capítulo V, de *Reinações*, intitulado: O espetáculo. Nele, os personagens do Sítio estão reunidos para um espetáculo no circo, do qual eles mesmos são os protagonistas. Narizinho apresentou tia Anastácia e Dona Benta, ao público, por ter muita gente que não as conhecia. Este trecho acima mostra a maneira pela qual as senhoras foram apresentadas pela menina. Sendo assim, primeiramente, Dona Benta foi apresentada como sendo a sobrinha do famoso cônego e tia Anastácia, também chamada de princesa Anastácia, foi apresentada pela cor de pele. Narizinho sentiu a necessidade de explicar, ao respeitável público, o porquê de tia Anastácia ter a pele negra. Ou seja, enquanto Dona Benta, senhora de pele branca e dona do Sítio era apresentada por ser sobrinha de alguém que ocupava um lugar de prestígio, tia Anastácia, mulher negra e empregada da família, era apresentada por suas características étnicas.

Diante disso, percebemos que ser loiro e branco, naquela época e também nos dias atuais, eram características dirigidas a quem ocupava alta posição na sociedade, um lugar de destaque. A questão da pele negra seria uma maldição, ou seja, quem fosse negro estaria envolto de um feitiço que, ao se quebrar, transformaria a pessoa em um indivíduo livre, loiro e branco. Sendo assim, ao se tornar branca e possuir os cabelos claros, tia Nastácia poderia ocupar a posição de fada ou, até mesmo, de uma linda princesa, pois, por mais que ela seja apresentada pelo sintagma princesa, ela só se tornará uma princesa linda se for loira.

Ainda, diante do mesmo contexto pós-escravidão, surgiu também a teoria do *darwinismo social*¹⁷, que levava intelectuais da época a pensarem na ideia de “tipos perfeitos”, indivíduos que tinham uma raça pura, não miscigenados. Essa teoria enxergava a miscigenação como uma praga que precisava ser exterminada. Podemos mapear a ideia que está posta no trecho da narrativa, acima, em comparação com essa visão do darwinismo, pois ser negro era estar condenado, como se fosse uma doença que precisasse ser curada ou extirpada.

Por último, havia a teoria do *embranquecimento*¹⁸, também chamada de ideologia do branqueamento, que propagava que o Brasil deveria passar por um processo de clareamento, em que as raças indígenas e negras, ao se misturarem com a raça branca, poderiam ser aperfeiçoadas geneticamente. O lugar do negro, no projeto de nação que se desenhava no período analisado e que era apresentado na literatura, só era possível mediante a negação de suas marcas raciais, pelo embranquecimento reiteradamente descrito na narrativa.

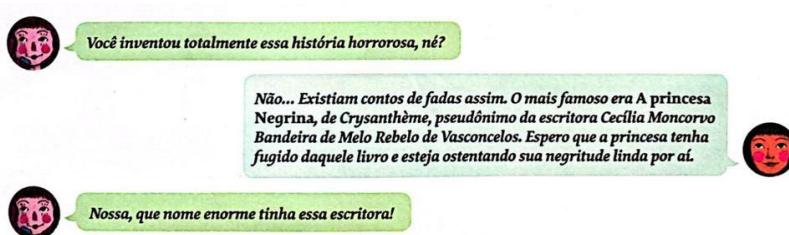
¹⁷ Fonte: <<https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZztNDyt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

¹⁸ Mesma fonte e mesmo dia de acesso da nota de número 17.

Essa cena, narrada por Lobato anteriormente, evoca o interdiscurso das bonecas loiras, das Barbies que as crianças tanto desejam. Os pequenos, mesmo sendo negros, brincam com essa boneca que é tão popular pela mídia, como se ela os representasse. A maioria das crianças almeja ser a Barbie loira, magra, rica e bem vestida, ainda que, em 1980, tenha surgido a Barbie negra, que permanecia com os mesmos traços da boneca branca, exceto pela cor. As crianças percebem, pelos diálogos que ouvem, pelos exemplos que veem, pelos textos que leem e/ou escutam e pelos brinquedos que manipulam, os prestígios e os desprestígios que embasam as vivências dos brancos e dos negros. Elas, que ainda não conhecem a fundo o racismo e o preconceito, desejam habitar no mundo do “faz de conta”, em que personagens brancas, assim como as bonecas de pele clara, ocupam a posição de poder.

Portanto, o que desejamos é que o público infantil, bem como qualquer público atinja o mesmo nível de pensamento que Emília atingiu na nota de rodapé que se segue abaixo, queremos que todos percebam que toda essa história de hierarquia do branco sobre o preto e qualquer tentativa de menosprezar a negritude, não passa de uma história perversa que não deve mais fazer parte de nenhum contexto social e que todos, sejam pretos, pardos, brancos, indígenas ou amarelos podem ocupar o lugar de prestígio e poder.

Figura 13 – Nota de rodapé em que Emília e Lúcia dialogam sobre o conto de fadas *A princesa Negrina*



Fonte: LAJOLO, 2019, p. 195.

Por meio da materialidade visual, percebemos que as personagens dialogam em balões de fala e que as práticas discursivas referidas por Emília, estão sinalizadas com a cor verde e que a fala da personagem Lúcia, vulgo, Narizinho, se apresenta pela cor azul. Além disso, ao lado de cada balão de fala, percebemos a caricatura das personagens que evidencia ainda mais a quem pertence cada prática discursiva. Na materialidade verbal, a boneca de pano mostra-se indignada e pergunta à menina se ela havia inventado a história terrível sobre uma fada ter um dia pretejado tia Anastácia. Contudo, Narizinho rebate dizendo que não havia inventado essa

história e que, inclusive, existiam contos de fadas que abordavam esse tipo de assunto, como o conto da princesa *Negrina*.

Neste diálogo, percebemos a heterogeneidade mostrada em que o locutor usa suas próprias palavras para expressar o discurso de um Outro, ou seja, sua perspectiva se compara a outra, como no exemplo acima, em que uma história ficcional traça paralelos com a realidade. Mas, também, há aspectos interdiscursivos quando, na nota de rodapé, Lajolo, na voz de Lúcia, cita a obra *A princesa Negrina*, de Cecília Vasconcelos, em que os pais da menina desejam ver sua filha negra, transformada em branca. Por isso que, no final da nota de rodapé na voz de Lúcia, ela diz que espera que a princesa esteja esbanjando sua negritude linda à fora.

Devido às entrelinhas discursivas presentes na narrativa de Lobato, a produção e os efeitos de sentido nas práticas discursivas pode projetar diferentes subjetivações. Com isso, levar em consideração o entorno sócio-histórico (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) dos objetos de análise torna-se primordial, principalmente, se a figura do leitor, em seu gesto de leitura, puder se desvencilhar de suas subjetividades para encontrar “brechas” discursivas que possibilitem novos efeitos de sentido presentes na enunciação. Em todas as peças destacadas para análise, o co-enunciador precisa evocar situações reais que fundam e materializam a narrativa ficcional do autor.

Além disso, é possível perceber que as notas de rodapé surgem para agregar outros efeitos de sentido que surgem com as narrativas de Lobato. Elas não foram escritas com o intuito de mudar as palavras do autor ou de modificar o sentido instaurado em suas práticas discursivas, mas de agregar uma reflexão crítica e outros tipos de concepções com o objetivo de fazer o leitor pensar sobre os aspectos que tornam a leitura de *Reinações* ofensiva e em como oferecê-la a certos públicos. A perspectiva cartográfica pretende contribuir para criar caminhos de pesquisa que sejam flexíveis ao tempo, ao enredo e aos diferentes tipos de materialidades que são reunidos e utilizados com a finalidade de tecer uma análise que não trata de uma ficção, por mais que estejamos utilizando uma obra ficcional, mas que representa momentos cruciais na história do Brasil e que ainda refletem, nos dias atuais, as mesmas questões polarizantes que circulam nas mídias.

Reconhecer as diferentes vozes que ecoam na leitura de práticas discursivas literárias, por meio do desdobramento cartográfico, contribui efetivamente para o gesto de leitura cartográfica que se propõe nesta pesquisa. Compreender que há significados escondidos nos subentendidos faz com que o leitor seja capaz de se desterritorializar para ver o mundo com olhar do outro. Além disso, em se tratando da textualidade, o pressuposto assume o lugar central

na construção da coerência textual, baseando-se em informações colocadas que, futuramente, se convertem em pressupostas.

No entanto, reconhecemos que ninguém fala algo sem motivo, em qualquer momento, sobre qualquer assunto, pois nossas ações estão baseadas em outras práticas discursivas. Diante de todo processo de análise, foi possível perceber que as peças retiradas na narrativa original, assim como as notas de rodapé, dialogam com outros interdiscursos que fundamentam as ideias propagadas, por meio de dados históricos. Contudo, as práticas discursivas marcadas nessas páginas também foram capazes de evocar outros interdiscursos que estão em voga na atualidade.

A prática discursiva literária possibilita análise sob distintas teorias. Nesta pesquisa, pudemos mostrar de que maneira a Análise Cartográfica do discurso, relacionada aos gestos de leitura pode ajudar no caminho e na análise das peças que se contrastam. As redes rizomáticas que se estabelecem durante o percurso de leitura, possibilitam diferentes entradas analíticas, assim como a Análise Cartográfica do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) que se reencontra com outras teorias, como a Análise do Discurso apresentada por Maingueneau que fundamenta as cenas discursivas, o interdiscurso e os pressupostos e os subentendidos que se constroem a todo tempo, tanto na narrativa quanto nas notas de rodapé, e que nos fazem entender que o discurso racista e preconceituoso sobre a mulher, possui raízes fincadas em tempos passados e que ainda reforçam discursos de ódio, desrespeito e de desvalorização.

Que, com essa análise, possamos contribuir com o pensamento de que o espaço da literatura infantojuvenil pode ser um espaço de luta, mesmo que rememore práticas discursivas tão espinhosas. E também que as obras literárias podem funcionar como ferramenta para uma educação que combate estereótipos tão reforçados na nossa sociedade.

A seguir, iniciaremos nossas considerações finais, mas tendo em mente que essa etapa do trabalho, por mais que tenha a finalidade de concluir o que expomos durante toda pesquisa, continuará inconclusiva, prezando pela reflexão contínua, por novas possibilidades de discussão, visto que falamos de temáticas que ainda estão enraizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver em sociedade é essencial para todos os seres humanos. Não é possível, ao indivíduo, viver isolado, pois ele precisa se satisfazer materialmente e afetivamente, e, para alcançar isto, ele precisa do outro. A fim de desfrutar dos benefícios em não se viver distante do mundo social, as pessoas devem ter a consciência de seus direitos e deveres e isso implica em respeitar todos os indivíduos, independente de suas diferenças e pluralidade. Com esse intuito, torna-se essencial que, desde os primeiros anos de vida, fase em que os indivíduos começam a viver com outros pares, todos tomem consciência de que devem respeitar o próximo, assim como desejam ser respeitados.

É, justamente nesta relação, que habita o cerne da questão, que os seres humanos, criados para viverem em sociedade, disputam posições de poder, em que um precisa sempre estar acima do outro e em que questões como preconceito de cor, de sexo e o poder monetário designam qual posição cada grupo de pessoas deve ocupar. Mediante a todos os resquícios históricos de escravidão e de pobreza, a pessoa negra ocupa uma posição subalterna em relação à pessoa branca. Diante da mesma perspectiva, a figura feminina não ocupa o mesmo patamar que a figura masculina, vestígios também de uma era em que a mulher não tinha o direito de exercer a sua cidadania. Então, mesmo que seja comum ao ser humano viver em conjunto, essa duplicidade não assume o mesmo nível, o que caracteriza desigualdades. Mesmo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirme que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos, na prática, as pessoas são tratadas como desiguais, e as próprias leis, que regem o Brasil, reforçam essa distorção.

Tendo em vista este fato, entendemos que a literatura de Lobato, em *Reinações de Narizinho*, nesta pesquisa, funciona como um espelho que reflete um país desigual e que traz marcas de desprestígios e de preconceitos direcionados à Tia Nastácia, mulher negra que é por diversas vezes menosprezada por possuir a pele escura, por ser mulher e por ocupar a posição de empregada da família de Dona Benta, senhora de pele clara, assim como a maioria dos outros personagens da narrativa. Além dessa realidade, trazemos à tona, a forma pela qual as mulheres, independente da cor de pele, eram vistas e, até mesmo, tratadas, como o caso em que o serviço do lar e do cuidado com os filhos era obrigação da mulher-esposa, excluindo-a das manifestações sociais, como trabalhar para prover sustento, ter o direito de votar, de não se casar, de escolher seu parceiro, de escolher a vestimenta que desejasse usar. Não só isso, mas, em linhas gerais, de ter a liberdade para SER o que ela quisesse.

Esta pesquisa brotou da necessidade que a pesquisadora viu de abordar temas como o racismo e o preconceitos que giram em torno do papel da mulher, em lugares em que a literatura é capaz de chegar, sendo o principal meio, a sala de aula, lugar este que faz parte de suas vivências. Mas, não somente de abordar tais temas para refletir, mas para exercer uma postura de contestação e de luta contra essas problemáticas que ainda embasam o mundo atual.

Além disso, tem-se em mente que a literatura de Lobato, sendo apresentada nas escolas, precisa passar por um processo de contextualização e de mediação para que não se chegue à contradição do que se deseja fazer, reforçar estereótipos e práticas de preconceito. O objetivo era, somente, de analisar a narrativa original, frente às notas de rodapé, com a finalidade de contrastá-las e de apontar as mudanças que foram surgiram com o passar dos anos, do século. Contudo, assim como o texto, a pesquisadora arboresceu e percebeu, em diversos diálogos trocados com amigos/pesquisadores, que essa literatura poderia ser instrumentalizada com o intuito de combater paradigmas preconceituosos e racistas que embasam o contexto da narrativa, bem como ressignificar e explicar, por meio das notas de rodapé, práticas discursivas que não condizem com o que é certo e respeitoso.

Com isso, esta parte da pesquisa rememora alguns caminhos que construímos e desconstruímos que foram se moldando e se solidificando durante todo esse processo cartográfico. A princípio, o que nos movia era apenas a indignação com que práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1997; ROCHA; DEUSDARÁ, 2021), tão depreciativas que compunham a obra, faziam parte dos espaços sociais até os dias de hoje, principalmente, das escolas. Assim, para além da literatura lobatiana, a produção de subjetividade, por meio da cartografia (Deleuze; Guattari, 1995) desse território de pesquisa, passou a ser um desejo, a percepção de que, para além da apresentação de um mundo fictício e do entretenimento, a literatura carregava consigo a produção de efeitos de sentido que se afluía a cada novo gesto de leitura e a cada nova relação que fazia com outras práticas discursivas do mundo real.

Refletindo acerca do percurso analítico que se construiu durante o processo-pesquisa-intervenção, foi fundamental remodelar a metodologia escolhida para este estudo, pois ela não se estabeleceu por um início irreal, ela surgiu das vivências significativas que impulsionaram a pesquisadora, com o cópuz, que era tão presente em sua vida profissional como professora, e agora, como mãe. Sendo assim, percebeu-se que não faria sentido dar início a uma análise distanciada do objeto, pois a pesquisadora estava inteiramente atravessada por ele. Com isso, os conceitos de cartografia e de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995) foram essenciais para organizar e apontar o caminho pelo qual a pesquisa trilhou. Logo, as pistas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2014; 2015), que se desdobravam durante o trajeto da cartografia da

narrativa, foram imprescindíveis para que a figura leitora assumisse o papel de um pesquisador capaz de, além de investigar as práticas discursivas, fosse capaz de intervir em seu próprio percurso e traçar rotas mais precisas que tocassem em suas subjetividades. Além disso, o co-enunciador obteve o prazer de acompanhar e de se permitir viver do processo de pesquisa, sendo necessário passar por reflexões as quais o fizeram remanejar seu trajeto, com a possibilidade de alcançar, não o melhor e mais rápido caminho, mas o certo. E, por fim, a pesquisadora teve a liberdade para, a partir de experiências que a movem, significar esta pesquisa.

Com a finalidade de entendermos os efeitos de sentido produzidos pelo diálogo estabelecido entre as narrativas e as notas de rodapé, em destaque, foi necessário apoiarmo-nos a cerca da noção de prática discursiva (MAINGUENEAU, 1997; ROCHA; DEUSDARÁ 2021), que compreende que a materialidade discursiva produz duas perspectivas, uma textual, a que podemos cartografar de maneira mais explícita; e uma perspectiva social, a que precisa do fator interdiscursivo (MAINGUENEAU, 2008) com outras subjetividades, resgatando, no espaço-tempo, colocações sócio-históricas. Sendo assim, compreendendo a relação da prática discursiva com o interdiscurso, percorremos pelas postulações de Maingueneau (2008) acerca dessa noção.

Ainda, a fim de compreendermos os efeitos de sentido das práticas discursivas e sua relação com os posicionamentos e as circunstâncias históricas, evocamos três cenas enunciativas. A primeira, que corresponde à cena englobante, que caracteriza o tipo de discurso, está inteiramente ligada às necessidades da sociedade, de acordo com as mudanças do tempo e do espaço. Já a cena genérica agiu com intuito de apresentar o gênero do discurso e definir seus próprios papéis. Sendo assim, essas duas cenas deram conta de apresentar o quadro cênico do texto, o espaço no qual os enunciados emanam sentido. A terceira cena, chamada de cenografia, refere-se ao contexto que a obra implica. Não corresponde a um cenário já pronto, mas que se constitui de acordo com o desenvolvimento da enunciação, capaz de desenvolver as práticas discursivas que se desdobram a partir dela e levar o co-enunciador a se questionar acerca das ciladas (ROCHA, 2013) que envolvem a narrativa, pois a parte visual da nova edição, bem como o gênero infantil, faz o leitor pensar que a narrativa é exclusivamente para crianças, o que está equivocado, já que o contexto, que embasa as práticas discursivas, é de cunho social e também direcionado ao público maduro.

Ainda, a prática de leitura desempenha um papel muito importante em torno de toda pesquisa, pois, através dela, demos vida a esta pesquisa, bem como em *Reinações*, e, além disso, através da leitura, acessamos a um mundo imaginário, da literatura, para chegar ao mundo real. A prática leitora embasa-se sobre uma perspectiva interativa (FERES, 2016) que evoca a

interação do sujeito-leitor na construção de sentido textual a partir de suas experiências e de seus conhecimentos. Como o mundo é constituído por diversas culturas, pessoas e histórias, a leitura de um texto nunca será o mesmo, por mais que sejam os mesmos escritos. Isto acontece porque quem lê, de acordo com a sua realidade, absorve o que leu de diferentes maneiras e ativa alguns recursos linguísticos, como os pressupostos e os subentendidos (MAINGUENEAU, 1996). Ao ler *Reinações de Narizinho*, torna-se necessário que o leitor, seja ele qual for, explore o dispositivo de análise textual que permite ir além da superfície do texto, mas que tem o texto como referência com os seus elementos linguísticos e pragmáticos. Ele também precisa compreender os implícitos e fazer as inferências que o texto, em análise, possibilita, isto é, que ele seja capaz de ler nas entrelinhas.

Assim, com a finalidade de analisar como se constroem as práticas discursivas por meio da materialidade verbal da narrativa de Lobato e das notas de rodapé de Lajolo, fomos impactados por cinco trechos da narrativa e por quatro notas de rodapé que dialogaram com duas manchetes e dados estatísticos que embasaram e validaram o contexto sócio-histórico dessas práticas. Essas peças foram criteriosamente selecionadas pela pesquisadora por interferirem efetivamente em sua vida pessoal e profissional. Tentamos mostrar aos nossos leitores quais forças exteriores contribuíram para a construção de cada fala que se encontrava materializada em determinadas práticas discursivas.

Na figura de número 1, pudemos perceber uma carga depreciativa direcionada à figura feminina, em que ela servia apenas para realizar os serviços da casa, como se sua existência fosse somente eficaz quando desempenhasse o papel de servir e de cuidar dos serviços domésticos ou dos filhos. Além disso, pelos adjetivos em destaque no enunciado, percebe-se que os aspectos físicos da mulher eram vistos como parâmetro para designar e para classificar sua posição. Essa visão preconceituosa, embasada na sociedade primitiva, é combatida quando, na nota de rodapé, da figura 2, as personagens convidam o leitor a enxergar a narrativa original, sob o viés da nova era, que é marcada por revoluções e por lutas por igualdade entre os sexos. A figura de número 3, a matéria da *Veja* sobre Marcela Temer, dialoga com essas duas práticas discursivas e convida o leitor a refletir sobre como essas enunciações verbais e históricas cristalizadas, que desprestigiam a mulher, ainda fazem parte do contexto social do novo século e em como visões patriarcais estão impregnadas nas práticas discursivas de novos sujeitos. Ainda, dialogando sobre a temática do papel social da mulher, percebermos que, mesmo que as mulheres consigam desempenhar outros papéis sociais, as responsabilidades sobre o cuidado com o lar e com os membros da família, ainda continuam sob seu encargo, o que é validado e comprovado pela pesquisa feita pelo IBGE (figura de número 4) que mostra que as mulheres

dispõem de mais horas de trabalho doméstico e de cuidado com outras pessoas. Sendo assim, além de realizarem tarefas fora de casa, elas ainda precisam suprir as necessidades da família, o que as sobrecarrega.

Por fim, estabelecemos um diálogo interdiscursivo com o tema da redação do ENEM, (figura de número 5), do ano de 2023, a fim de percebermos a relevância que esse assunto ainda tem nos dias atuais. O tema do exame nacional cartografou uma realidade de desafios que diversas mulheres enfrentam.

Antes de dialogar sobre a próxima temática que impulsionou este trabalho, recuperamos, na figura de número 6, as cenas enunciativas que constituíram essa pesquisa e que nortearam o leitor. Para tanto, apresentamos a cena englobante que possibilita a espontaneidade na criação da obra, conferindo-lhe, a tipologia textual, originalidade e autenticidade. Falamos também sobre a cena genérica, responsável por apresentar o gênero da obra em análise, a fim de estabelecer um contrato de comunicação entre os personagens envolvidos nesta cena e seu suporte. Por fim, de acordo com o fragmento da figura 6, que possibilitou um rápido retrato do espaço de análise, falamos sobre a cenografia e em como ela se constituiu na pesquisa, com intuito de conferir diferentes efeitos de sentidos acerca das imagens estereotipadas que foram se desmitificando no decorrer da pesquisa.

A figura de número 8 deu início à discussão sobre a temática que reverbera, por quase toda narrativa, o racismo que está exposto nas falas dos personagens de Lobato. Com o diálogo estabelecido entre a princesa Cinderela e a boneca de pano Emília, o preconceito racial fica subentendido, pois o tom de pele de Tia Nastácia, mulher negra, é desqualificado. Contudo, na figura 9, as personagens, na voz de Lajolo, rebatem e criticam o diálogo que foi estabelecido entre a princesa e a boneca. As personagens, na voz atual, repudiam qualquer tipo de preconceito e enfatizam que beleza não tem a ver com a cor de pele.

Na figura seguinte, de número 10, subentende-se que para ser uma fada, figura que remete ao singelo, puro e mágico, o indivíduo precisa ser branco, o que reforça a ideia de que a pessoa negra não pode ocupar esse lugar de pureza. Este trecho da análise, cartografou anos de escravidão no Brasil, em que o negro ocupava uma posição inferior à posição do branco e que, por causa da escravidão, levou milhares de negros à óbito. Com a finalidade de traçar uma rede rizomática paralela aos dias de hoje, utilizamos dados de pesquisa do IBGE que comprovaram que a população negra continua morrendo em números alarmantes em comparação à população branca, mesmo com o fim da escravidão tendo acontecido há décadas.

A figura de número 11, nota de rodapé, trouxe à tona o sintagma “xingamento”, que foi evocado para representar os termos que são designados à tia Nastácia. Narizinho, ao chamar a

atenção da boneca pelo modo com o qual ela chamava tia Nastácia, evidencia que nada justifica depreciar a imagem de uma pessoa. Diante disso, refletimos sobre o papel do educador ou, até mesmo, do mediador, seja ele quem for, de chamar a atenção dos pequenos leitores para essa prática de xingamento como sendo absolutamente errada. Além disso, é fundamental mostrar a esses leitores que, assim como Narizinho, na voz de Lajolo, todos eles têm o poder de combater práticas de preconceito e de racismo que ouvem e percebem em seu cotidiano. Sendo assim, estamos contribuindo para uma educação antirracista que se utiliza da literatura para acabar com essas práticas tão impregnadas na sociedade.

Diante do exposto, na figura de número 12, estabelecemos conexão com algumas teorias, contextualizadas pelo fim da escravidão, que surgiram para reforçar tais práticas discriminatórias que embasavam o contexto histórico daquele tempo, momento este que foi vivido pelo autor da obra, Monteiro Lobato. Para tanto, destacamos a teoria do *darwinismo social* que pensava em tipos perfeitos de pessoas, de uma raça branca pura, sem a miscigenação. A teoria do *embranquecimento* que pregava a ideia de que poderia haver um aperfeiçoamento genético se houvesse a mistura das raças. E também, a *eugenia* que acentuava a posição hierárquica da pessoa branca em detrimento da pessoa negra ou de outra raça. Na figura de número 12, percebemos que, ao dizer para o público não reparar a cor preta de tia Nastácia, Emília encara a cor negra como um defeito, mas um defeito que não é de nascença, mas que foi concebido magicamente por uma fada que a condenou a ser negra para sempre. Mas, Lúcia/Narizinho têm esperanças de que esse feitiço da fada se quebre e de que tia Nastácia se transforme em uma princesa linda e loira. Ou seja, ser negro era estar condenado a uma vida miserável, ser negro era sinônimo de ser feio, destituído do belo e da posição de supremacia. Além disso, essa e outras passagens deixam ramificações rizomáticas do *darwinismo social*, porque a raça branca era tida como a única bela e perfeita. Traços da *eugenia* em que o negro nunca poderia exercer a posição de poder, e, por fim, também percebemos que havia traços do *embranquecimento*, pois, em alguns momentos, captamos o uso da palavra *morena* para designar uma cor que ainda não era bem definida naquele tempo, uma mistura, talvez, entre o preto e o branco.

Por fim, fechamos a análise com a figura de número 13. Através dela, invocamos interdiscursivamente outra obra que também fala do negro, a narrativa da *princesa Negrina*, de Cecília Vasconcelos (1906) que também apresentava, com as palavras de Emília, um enredo horroroso permeado de vestígios escravocratas e preconceituosos. O que mais chama a nossa atenção, no entanto, é o que Lúcia fala ao final, na nota de rodapé. A personagem, na voz de Lajolo, especula que espera que a princesa negrina esteja ostentando sua negritude linda por aí.

E, com esta pesquisa, desejamos justamente o mesmo, que as histórias que estão escritas nessas folhas de papel sirvam para encorajar meninas e meninos a lutarem contra qualquer prática de racismo, que eles esbanjem sua negritude linda sem medo de represália, de comentários maldosos, de olhares de reprovação ou de palavras depreciativas. E que, um dia, não precisem mais lutar por igualdade de direitos em um país que, em termos legais, isso já é direito de todos.

Os trajetos, percorridos até aqui, foram possíveis graças a todas as vivências que perpassaram pela vida da pesquisadora. A perspectiva cartográfica abriu caminhos para a produção de uma nova metodologia que respeitou todo o processo de pesquisa, bem como todos os processos e mudanças que moveram a vida pessoal dessa pesquisadora-mulher-mãe-professora-aluna.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisaintervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 131-149.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de, CAMARGO, Márcia, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora do SENAC, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2015. P. 17- 30.

BARROS, Laura; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. In: ESCÓSSIA, L.; KATRUP, V. PASSOS, E. (org.). *Pistas do método cartográfico– pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Salina, 2015. p.52

BAREMBLITT, Gregório. *Introdução à esquizoanálise*. 3ed. Belo Horizonte, 2010.

CABRAL, Ana Lúcia. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2011

CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. Ouro Sobre azul, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.) *Atlas da violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTINHO, Afrânio. *Que é literatura e como ensiná-la*. Notas de teoria literária. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 8 -15.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

DEUSDARÁ, Bruno.; ROCHA, Décio. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

DRUCOT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (reexame) (1977). In.: DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito* (1984). Campinas: Pontes, 1987.

FERES, Beatriz dos Santos. Competência para ler com emoção. In: (Org) MENDES; MACHADO. *As emoções no discurso*. Vol II. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 45. ed. São Paulo, Cortez, 2003

FREITAS. Ernani Cesar. SERENA, Marinês Giaretta. A cenografia no discursivo literário: enlaçamento enunciativo e ethos no romance *Eva Luna*. *Desenredo – Revista do Programa de PósGraduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 10, n. 1, p. 64-91, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/4097/2641>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FACIN, Débora. Semântica global e os planos constitutivos do discurso: a voz feminina na literatura de Rubem Fonseca. *Desenredo – Revista do Programa de PósGraduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 7, n. 2, p. 198-218, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/2399/1552>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FONSECA, Tânia; KIRST, Patrícia. *Cartografia e devires: a construção do presente*. Porto alegre: UFRGS, 2003.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

JOUBE, Vincent. *A leitura*. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.

LYA, Luft. Citação extraída da página eletrônica: <https://citacoes.in/citacoes/608925-lya-luft-acho-que-a-vida-e-um-processo-e-como-subir-uma-mo/> . Acessada em: 02 de nov. de 2021.

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. Ilustrações Lole. Organização: Marisa Lajolo, – 1. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

MACHADO, Ida Lúcia. Relações de força/poder entre “iluminados” e “loucos”. In: EMEDIATO, Wander et al. (Org.) *Análise do Discurso: Gênero, Comunicação e Sociedade*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2006. p. 105-118.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 5. ed. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. O Discurso Literário contra a Literatura. In: MELLO, R. de. (Org.) *Análise do Discurso e Literatura*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letra da UFMG, 2005. (p. 17-29)

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo. Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frase sem texto*. São Paulo. Parábola Editorial, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Parábola Editorial: São Paulo, 2015.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

MELLO, Renato de. Análise do discurso & literatura: uma interface real. In: MELLO, Renato de. (org.) *Análise do discurso & literatura*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

NASCIMENTO. Jarbas Vagas; CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Cenas de enunciação em textos jornalísticos: o caso da "ditabranda" na folha de S. Paulo. In: Veredas on line. p. 318-411, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/Artigo_Marcio_CanoREV.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PASSOS, Eduardo.; BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção In. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. - Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, Eduardo.; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In, PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* - Porto Alegre: Sulina, 2014.

KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

ROCHA, Décio. *Cartografias em Análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia*. DELTA, n. 29.1, 2013.

RODRIGUES, Kelen Cristina. Por uma análise do discurso literário: Funcionamento da autoria em Oscar Wilde e construção de imagem de autor. 2014. 144 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2014. Acesso em: 07 de jun. de 2023

SIMONDON, Gilbert., L'individuation psychique et collective à la lumière des notions de Forme, Information, Potentiel et Métastabilité, Paris, Editions Aubier, 1989.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2010, vol.10, n.19, pp. 41-55. ISSN 2175-1390.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1976.